



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

ANDREZA CRISTINA DA COSTA SILVA

**MEMÓRIAS, COTIDIANOS E HISTÓRIAS: RETALHOS DE IDENTIDADES DE
MULHERES NEGRAS EM CONSTRUÇÃO**

Manaus – AM

2019

ANDREZA CRISTINA DA COSTA SILVA

**MEMÓRIAS, COTIDIANOS E HISTÓRIAS: RETALHOS DE IDENTIDADES DE
MULHERES NEGRAS EM CONSTRUÇÃO**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, sob orientação da Profa. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio e co-orientação do Prof. Dr. Ornette Denardo Clennon.

Manaus – AM

2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586m Silva, Andreza Cristina da Costa
Memórias, cotidianos e histórias: retalhos de identidades de
mulheres negras em construção / Andreza Cristina da Costa Silva.
2019
125 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Cláudia Regina Brandão Sampaio
Coorientador: Ornette Denardo Clennon
Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicossociais) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Mulheres negras. 2. identidade. 3. Psicologia Social Crítica. 4.
Negritude. I. Sampaio, Cláudia Regina Brandão II. Universidade
Federal do Amazonas III. Título

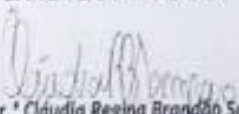
ANDREZA CRISTINA DA COSTA SILVA

"Memórias, cotidianos e história: retalhos de identidades de mulheres negras em construção."

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, na *Linha de Processos Psicossociais*.

Aprovado em 03 de maio de 2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dr.ª Cláudia Regina Brandão Sampaio
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS


Prof. (ª) Dr. (ª) Taíete Ribeiro da Silva
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS


Prof. (ª) Dr. (ª) Jennifer Simpson dos Santos
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

*Dedico esta dissertação, às mulheres negras
que vieram antes de mim, abrindo os
caminhos para a concretude desse momento,
em especial a Haideê Batista dos Santos in
memoriam*

AGRADECIMENTOS

O processo da escrita muitas vezes parece um trabalho solitário, você e a tela em branco do computador. E por mais que esse sentimento aflorasse em céleres momentos, quando a tela se preenchia de palavras eu via que não estava, nunca estive. Muitas pessoas escreveram comigo essa dissertação e eu não posso negar que a finalização dela só foi possível através desse trabalho coletivo. Aproveito para nesse momento, agradecê-las.

Agradeço à minha mãe Andréa Kátia e minhas irmãs Angela e Carol pela paciência e impaciência do meu modo chato de questionar as coisas do mundo, pelo colo e pelas puxadas de orelha quando constantemente pensava em desistir. Muito obrigada, mãe, por todo o apoio. Pelo afeto que a gente vêm construindo, você é um exemplo de força e eu estarei sempre aqui pra senhora. Manas, à vocês também minha gratidão, por me mostrarem quando eu vacilava na contradição da minha prática com o discurso e por me amarem mesmo com as minhas imperfeições.

Ao meu pai, Aurimar Silva que mesmo com as nossas diferenças e conflitos, não mediu esforços no investimento da minha educação. Obrigada pai, por tudo. Sei que nessa imagem de homem negro, forte e bruto, reproduzida pelo racismo e o machismo, mora um homem que tentou a sua maneira me possibilitar uma realidade menos dura, agressiva e miserável.

À minha avó querida Haideê Batista, in memoriam, por ter me criado como a ‘princesinha da vovó’, me protegendo e dando suporte material e imaterial na minha criação.

À prof. Dra. Cláudia Sampaio, pelas orientações e pelas problematizações que ora acalmavam ora alvoraçavam minha ansiedade. Pela paciência frente ao meu processo de autonomia e pelo acolhimento das minhas angústias de postergação dos prazos. Muito obrigada Cláudia por não ter desistido de mim e por acreditar na potência da pesquisa.

À prof. Dra. Iolete Ribeiro, pela referência e representatividade de mulher negra dentro da Faculdade de Psicologia e por aceitar fazer parte da minha banca de defesa.

Ao prof. Dr. Ornette Clennon pela co-orientação dessa pesquisa, pelas trocas substanciais realizadas, me instigando a mergulhar em leituras fora do conforto do meu idioma.

À Mayara Ferreira e Cássio Péres, amigos que o mestrado me proporcionou. Obrigada May, pela disponibilidade afetiva, pelo aprendizado das nossas semelhanças e diferenças na vivência de sermos mulheres negras, pelo aperreio das nossas aventuras internacionais, por acolher minhas lágrimas, pela parceria nos pagodes da vida e por me ajudar tantas e tantas

vezes em burocracias institucionais, serei sempre grata a ti. Obrigada Cássio, migo, pelas conversas desconstruídas seja nas cachoeiras de Presidente Figueiredo a baladas em Uberlândia, por reconhecer teus privilégios implicados na nossa amizade, pelo afeto que transborda de ti, pelas nossas diferenças que dão tempero nos encontros realizados em sua casa, onde carinhosamente batizei como Balneário Altos da Recife.

Às amigas do mestrado, na pessoa de Denise Amâncio, Rosângela Bastos e Hítalla Fernandes, pelo vínculo criado através das trocas de sofrimento e alegria de pós-graduandas, tornando a caminhada mais leve e menos solitária.

Ao Coletivo Negro Alexandrina e a Coletiva Banzeiro Feminista pelo espaço de luta, aprendizado, crítica, de coletividade e de mobilização. Meu agradecimento em especial a Raescla Ribeiro, Júlia Monteiro e Aline Ribeiro pelo afeto e compreensão das minhas ausências frente às demandas da pesquisa.

À Rede Fulanas, negras da Amazônia, pela representatividade e por possibilitar o resgate histórico da minha negritude enquanto mulher negra afro amazônica.

Ao Movimento de Mulheres Negras, pelo espaço de troca e aprendizado. Pela caminhada histórica na luta contra o racismo, o sexismo e todo tipo de violência, em prol do nosso bem viver.

Ao Coletivo Difusão, na pessoa de Michelle Andrews e Elisa Maia pelas trocas realizadas nas frentes de luta e pela representatividade nos espaços políticos e culturais na cidade de Manaus.

Ao Grupo de Teatro Garagem, pela expressão através da arte e da postura crítica dos problemas sociais contemporâneos. Agradeço também a compreensão e paciência pela minha ausência nos ensaios em virtude da escrita desta dissertação. Em especial ao Gleidstone Melo, Pricilla Conserva, Lu Maya, Janaína Siqueira e Ítalo Rui.

Aos meus amigos e amigas, Caroline Alice, Larissa Ebling, Aline Vitorino, Karoline Cavalcante, Elizabete Senna, Felipe Maya e Felipe Carvalho, pelo carinho compartilhado, pelos desabafos e sorrisos que me alimentavam a autoestima.

Ao Quilombo Urbano de São Benedito, em especial a Fabiane Fonseca e Rafaela Fonseca por acreditarem em mim e me estimularem a continuar. Vocês me inspiram!

À equipe de pesquisa, Alice Soares e Brenda Lopes que me auxiliaram na coleta e análise dos dados, construindo em conjunto um espaço dentro da FAPSI de estudos de mulheres negras sobre mulheres negras, e pelo comprometimento ético de uma Psicologia que contemple a realidade brasileira.

Ao PPGPSI, em especial aos docentes e técnicos da Faculdade de Psicologia que auxiliaram na minha trajetória acadêmica.

À Capes pela bolsa concedida. Acredito que sem ela, a permanência no programa seria bastante complicada.

Agradeço muitíssimo às mulheres negras plurais participantes da pesquisa, que através de suas histórias me ensinaram que nossos passos vêm de longe, que somos muitas e diversas, e que juntas a luta se torna mais fortalecida.

Por fim, agradeço as energias emanadas pelas deusas, pela ancestralidade, àquelas que vieram antes de mim, abrindo os caminhos para a concretude desse momento, meu muito obrigada!

*Não desiste negra, não desiste! Ainda que
tentem lhe calar, por mais que queiram
esconder, corre em tuas veias força
yorubá, Axé! Para que possa prosseguir!
Eles precisam saber, que a mulher negra
quer casa pra morar,
Água pra beber, terra pra se alimentar.
Que a mulher negra é Ancestralidade,
Djembês e atabaques que ressoam dos pés.*

*Que a mulher negra,
tem suas convicções,
Suas imperfeições
Como qualquer outra mulher.
Vejo que nós, negras meninas
Temos olhos de estrelas,
Que por vezes se permitem constelar*

*O problema é que desde sempre nos
tiraram a nobreza
Duvidaram das nossas ciências,
E quem antes atendia pelo pronome alteza
Hoje, pra sobreviver, lhe sobra o cargo de
empregada da casa*

*É preciso lembrar da nossa raiz
semente negra de força matriz que brota
em riste!
Mãos calejadas, corpos marcados sim
Mas de quem ainda resiste.
E não desiste negra, não desiste!
Mantenha sua fé onde lhe couber
Seja Espírita, Budista, do Candomblé.*

*É teu desejo de mudança,
A magia que trás na tua dança,
Que vai lhe manter de pé.*

*É você, mulher negra! Cujo tratamento
majestade é digna!
Livre, que arma seus crespos contra o
sistema,
Livre para andar na rua sem sofrer
violência*

*E que se preciso for, levanta arma,
mas antes, luta com poema.
E não desiste negra, não desiste!
Ainda que tentem lhe oprimir
E acredite, eles não vão parar tão cedo.
Quanto mais você se omitir,
Eles vão continuar a nossa história
escrevendo!*

*Quando olhar para as suas irmãs, veja que
todas somos o início:
Mulheres Negras!
Desde os primórdios, desde os princípios
África, mãe de todos!
Repare nos teus traços, indícios
É no teu colo onde tudo principia,
Somos as herdeiras da mudança de um
novo ciclo!*

*E é por isso que eu digo:
Que não desisto!
Que não desisto!
Que não desisto*

Poesia: Não desiste! - Mel Duarte

SILVA, A.C.C. Memórias, Cotidianos e Histórias: Retalhos de Identidades de Mulheres Negras em Construção. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, 2019.

RESUMO:

Pesquisas na psicologia tendo como temática principal as mulheres negras têm sido mínimas se considerarmos a diversidade étnico-racial, de gênero, social e econômica brasileira. Estudos críticos apontam para a participação histórica da psicologia como protagonista e cúmplice de produções hegemônicas que fortalecem a reprodução das conjunturas de opressão. Diante desse cenário e, somando à maneira como a mulher negra é evidenciada no contexto histórico e social do país, constata-se que as conjunturas do racismo patriarcal foram sendo atualizadas em cada período histórico, cabendo à ciência identificar e elaborar reflexões acerca dos dispositivos de opressão existentes e formas de enfrentamento. Com aporte teórico da Psicologia Social Crítica, da Interseccionalidade e da Psicologia da Libertação, referenciados pelos autores Aluísio de Lima, Antônio Ciampa, Stuart Hall, Prado, Kimberlé Crenshaw, Conceição Nogueira e Ignacio Martín-Baró, o presente estudo pretende conhecer os processos identitários de mulheres negras em três gerações, através de um resgate da memória histórica e de uma análise sobre estes registros, tendo como eixos a desideologização do senso comum e a potencialização das virtudes. A pesquisa de cunho qualitativo, contou com 11 participantes com idades entre 17 e 60 anos. Os instrumentos utilizados para a produção dos dados foram: diários autobiográficos, grupos focais e entrevistas. Os dados foram analisados através da Teoria Fundamentada dos Dados, que permitiu apreender através de hipóteses contrastadas, os nuances identitários de cada participante e a construção de uma hipótese integradora abarcando o universal, o singular e particular acerca de seus processos. Os resultados apontaram que a vivência de mulher negra está associada à demarcação de características raciais (fenótipos), sendo estes e suas subjetividades, 'alvos' de preconceito racial. As estratégias de resistências são apresentadas ora como fuga à imposição do lugar de mulher negra, ora como potência emancipatória na positivação da negritude. Espera-se que o estudo contribua para a ampliação do diálogo sobre os processos identitários de mulheres negras, implicando a dinâmica social e os processos históricos na constituição subjetiva, visando favorecer o rompimento dos mecanismos de violência racial e de gênero que incidem sobre as subjetividades.

Palavras-chave: Mulheres Negras. Identidade. Psicologia Social Crítica. Negritude

SILVA, A.C.C. Memories, Daily Life and Stories: Identity Patchwork of Black Women in Construction. Masters dissertation. Post-Graduate Program in Psychology, Universidade Federal do Amazonas, 2019.

ABSTRACT:

Research in Psychology involving black women has been minimal in the face of racial, ethnic, social and economic diversity in the Brazilian context, especially when we observe the historical participation of Psychology as protagonist and accomplice of hegemonic productions, strengthening the reproduction of conjunctions of oppression. Against this background and adding the way the black woman is evidenced in the historical context of the country, it shows that the conjunctures of patriarchal racism have been updated in each historical period. With the theoretical contribution of Critical Social Psychology, Intersectionality and Liberation Psychology, the present study intends to know the identity processes of black women in three generations, through a rescue of the historical memory and an analysis of the records, having as an axis the de-ideologization of common sense and the potentialization of the virtues. The study includes 11 participants, ranging in age from 17 to 60. The instruments used to collect the data consisted of autobiographical diaries, focus groups and interviews. The data were analyzed through Grounded Theory, which allowed us to see, through the contrasted hypotheses, the nuances of identity of each participant, helping in the construction of an integrating hypothesis encompassing the universal, the singular and particular about its processes. The results indicate that the experience of black women is associated in the demarcation of their racial characteristics (phenotypes) and that these and their subjectivities are 'targets' of racial prejudice. However, the strategies of resistance are presented as a release from the imposition of the place of a black woman, or as an emancipatory power in the positivation of blackness. It is expected that the study will contribute to the expansion of the dialogue about the identity processes of black women, implying the social dynamics and historical processes in the subjective constitution, aiming to favor the disruption of the mechanisms of racial and gender violence that affect their subjectivities.

Keywords: Black women, identity, Critical social Psychology, blackness

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma do processo de levantamento das participantes

39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Limitações encontradas em campo	37
Quadro 2 - Dados sociodemográficos das mulheres negras participantes do estudo	45
Quadro 3 - Dados sociodemográficos das mulheres negras da equipe de pesquisa	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRIOLA	Organização de Mulheres Negras
CSPA	Centro de Serviços de Psicologia Aplicada/UFAM
FAPSI	Faculdade de Psicologia/UFAM
GELEDÉS	Instituto da Mulher Negra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LABINS	Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, +
MMN	Movimento de Mulheres Negras
NAB	Rede Fulanas Negras da Amazônia Brasileira
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA E MARCO TEÓRICO	28
1.1. O que a Psicologia tem produzido sobre as mulheres negras? - uma revisão sistemática de literatura	28
1.2. Mulheres negras na História - Nossos passos vêm de longe	34
1.3. A Interseccionalidade em questão	38
1.4. Para uma prática libertadora – Martín-Baró e a Psicologia da Libertação	44
2. CAPÍTULO II - PERCURSO METODOLÓGICO	46
2.1. O encontro com uma epistemologia e metodologia de base para a pesquisa	46
2.2. Desafios ao longo do percurso	50
2.3. O contato com as participantes da pesquisa	54
2.3.1. Os diários	55
2.3.2. Os grupos focais e entrevistas	56
2.4. Organização e tratamento dos dados	57
2.5. Aspectos Éticos	57
2.6. Local	58
3. CAPÍTULO III - RESULTADOS E DISCUSSÕES	59
3.1. Encontrando as mulheres negras participantes da pesquisa	59
3.2. DIÁRIOS – Acessando os Retalhos Seleccionados	64
3.3. A Gira das Mulheres Negras - Tecendo juntas os retalhos, memórias e histórias.	68
3.4. IDENTIDADES - A colcha de retalhos, tecendo as histórias	73
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICES	106
APÊNDICE A – Tópico informativo do Diário Autobiográfico	107

APÊNDICE B – Tópicos do Grupo Focal	108
ANEXOS	110
Anexo I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	111
Anexo II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	114
(Para os responsáveis de adolescentes menores de 18 anos)	114
Anexo III – Termo de Assentimento para menores de 18 anos.	117
Anexo IV - Termo de Anuência do CSPA	120
Anexo V - Carta de Anuência do Coletivo Feminista Baré	121
Anexo VI – Carta de Anuência do Coletivo Negro Alexandrina	122
Anexo VII – Parecer Comitê de Ética	123

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, a Psicologia brasileira tem realizado uma leitura mais crítica acerca de sua própria participação histórica face à diversidade de condições de produção dos modos de existência da população na temática acerca das relações étnico-raciais e de gênero. Seu papel não é de omissão, dado que a produção científica e a prática profissional permeiam uma ampla variedade de temas. Contudo, seu lugar tem sido mais de protagonista e cúmplice de produções hegemônicas fortalecendo a reprodução das conjunturas de opressão que de transformação. No tocante às pesquisas em psicologia que trazem como temática principal as mulheres negras, estas ainda não são expressivas em número, considerando as demandas concretas que ser mulher e ser negra impõem no contexto deste país.

O protagonismo e a cumplicidade da Psicologia nos processos de produção e reprodução das desigualdades às quais estão submetidas as mulheres negras no Brasil podem ser exemplificadas através dos estudos de Masiero (2005). De acordo com o autor, as teorias raciais chegaram ao Brasil por volta de 1860, e foi a partir delas que as ciências psicológicas construíram conceitos e práticas que nortearam uma postura preconceituosa e reducionista sobre essas populações. Ainda nesta obra, são citados eventos científicos datados em 1919 e 1929 como a Sociedade Eugênica de São Paulo e o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, que reuniram trabalhos que apresentaram em sua estrutura teorias eugênicas e racistas:

As demonstrações atuais de intolerância contra minorias étnicas, religiosas e sexuais, comuns no mundo todo, Brasil incluído, nos indicam que não se trata de um assunto definitivamente encerrado, circunscrito a um passado longínquo e esquecido, como pode parecer à primeira vista; mas de um grave problema contemporâneo, cabendo, portanto, contestar o papel da ciência, sobretudo da psicologia, na construção histórica de preconceitos raciais e estigmas diversos (MASIERO, 2005, p.204).

Dessa maneira, apesar dos avanços da ciência não somente em termos de novas epistemologias e metodologias, mas na adoção de uma postura mais crítica a exemplo da psicologia social a partir dos anos de 1960, a presença dessa temática no espaço acadêmico ainda é escassa: quando apresentada, não tende a ultrapassar aspectos mais gerais, sem maior aprofundamento, resultando em poucas possibilidades de reflexão e de transformação social na prática profissional.

Este aspecto, postulado enquanto uma invisibilidade das questões étnico-raciais e de gênero, é entendido por Sueli Carneiro (2005), pesquisadora negra, enquanto resultado de um processo histórico que influenciou diretamente a ciência, ocasionando em formas mais variadas de invisibilidade da população negra, a exemplo do não-reconhecimento e não-inclusão de autoras e autores negros nas grades curriculares e da ausência da discussão crítica sobre o tema e nas influências culturais dos povos da África enquanto produção legítima, e não como mazelas sociais do país.

Quanto ao fenômeno da ausência de discussão sobre a temática racial, Boaventura Sousa Santos (1995) denominou de *epistemicídio*. O autor entende que o epistemicídio implica em posturas que denotam a negação da legitimidade de distintas formas de conhecimento, dos saberes produzidos pelas minorias e do reconhecimento deles enquanto sujeitos do saber e não mero objetos de estudo, passivos e sem voz. Sueli Carneiro faz a leitura desse conceito trazendo uma perspectiva racial, apontando que:

[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, 2005, p.97).

Neste sentido, a produção de pesquisas voltadas e pensadas para afro-brasileiras, protagonizadas na linha de frente por elas é visto como resposta e reparação à esse contexto histórico onde se construiu conceitos e teorias baseadas em modelos hegemônicos que não dialogavam com as demandas concretas da população negra brasileira, e, ao mesmo tempo, influenciaram as práticas sociais com a reprodução de estigmas, estereótipos e discriminações. A reprodução de discursos universalizantes e naturais resultando em sofrimento e em outras enfermidades às mulheres negras e outros segmentos da população brasileira foi, de certo modo, possibilitada por práticas que encontravam fundamentos legítimos na própria ciência.

Esta dissertação parte do entendimento de que as mulheres negras são dotadas da condição de sujeitas históricas e como tal, é preciso que se observe o tecido social e suas imbricadas relações como um mosaico de significações para compreender sua inserção no mesmo. Nesse sentido, discorrer sobre a identidade da mulher negra no Brasil é uma forma de situar os processos identitários na sua singularidade, e também no entrelaçamento de uma

história de um coletivo marcada pela subalternação social, discriminação, violência e apagamento. Tanto *raça* quanto *gênero* são categorias dinâmicas que impõem lugares e padrões ideológicos que constituem identidades. Neste sentido, a literatura já nos antecipa que as das mulheres negras, se constituem a partir de uma dupla discriminação, como afirma Munanga(2009).

[...] apesar de ter fracassado o processo de branqueamento físico da sociedade, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças de negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na “negritude” e na “mestiçagem”, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superiores. (MUNANGA, 1999 p.16).

Em virtude da carga histórica brasileira marcada pelos traços da escravidão e sua imposta miscigenação, entendida enquanto uma artimanha política de embranquecimento da população brasileira, realizada através de violência e estupro de mulheres negras e indígenas, a literatura aponta que no Brasil, a despeito de reunir diversas manifestações de identidades, subjetividades e pensamentos, essa pluralidade cultural é revestida por uma falsa “democracia racial”.

É clara, em seu sentido linguístico brancocêntrico, a produção constante da desigualdade no Brasil, estruturada não somente pela classe social mas, sobretudo, pela raça e gênero. Sueli Carneiro (2011a) afirma que o mito da democracia racial somado a perspectiva de luta de classes revelam-se como uma ideologia que minimiza, invisibiliza e não reconhece a intersecção de raça como uma ferramenta para o acesso aos direitos humanos, justiça social e efetivação de políticas públicas raciais.

Como exemplo desse cenário utópico de equidade e para problematizar as diferenças e vulnerabilidades relacionadas às mulheres negras, apresentarei brevemente alguns dados quantitativos e qualitativos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica – IPEA, Instituto da Mulher Negra - GELEDÉS, e pela Organização de Mulheres Negras – CRIOLA.

No dossiê de mulheres negras: retrato das condições de vida de mulheres negras no período de 1995 a 2009 (MARCONDES, QUEIROZ, QUERINO et. al., 2013) é desenvolvido cinco categorias, a saber: o acesso ao ensino superior, participação no mercado de trabalho, acesso a bens e a exclusão digital, pobreza e desigualdade de renda e vitimização por agressão física. No que tange ao acesso ao ensino superior Sotero (2013) analisa uma ampliação da participação de mulheres negras no ensino superior em virtude das políticas

afirmativas concretizadas durante os últimos anos. A autora analisa através de aportes teóricos do feminismo negro referenciados pelas autoras Judith Grant e Patrícia Collins, enfatizando a localização central que a mulher negra ocupa na estrutura social.

No que concerne a participação no mercado de trabalho os autores Lima, Rios e França (2013) compreendem que embora as desigualdades de gênero e raça pareçam estar sendo reduzidas, afirmam que tais categorias ainda demarcam lugares subalternos e são determinantes na inserção ao mercado de trabalho, no segmento ocupacional e nas diferenças de salários.

No acesso a bens e a exclusão digital a autora Carvalho (2013) utiliza da perspectiva teórica da interseccionalidade e da justiça bidimensional, referenciadas respectivamente por Kimberlé Crenshaw e Nancy Fraser. A autora aponta que há uma melhora no acesso aos bens e serviços, em especial às atividades de cuidado e reprodução social. Porém há uma forte desigualdade, estável, neste acesso, desdobrando sobre o lugar subordinado de mulheres negras e brancas e de homens negros na estrutura da sociedade brasileira. No que se refere a pobreza e desigualdade de renda a autora Silva (2013) também utiliza como perspectiva para análise as referências da interseccionalidade apresentada por Kimberlé Crenshaw e de coextensividade apresentada pela feminista francesa Danièle Kergoat, no intuito de explicitar os processos de subordinação e compreendê-los como uma desigualdade complexa e real. A autora defende a implementação de ações afirmativas para a transformação do cenário vigente e a reconfiguração de estratégias de intervenção pública em relação as categorias de gênero e raça.

Romio (2013) retrata sobre a vitimização e acesso à Justiça, em especial a violência doméstica e familiar contra as mulheres negras, revelando suas incidências, características, como também evidenciando estratégias de enfrentamento e do suporte do Estado frente a essa violência. A autora utiliza dos pressupostos do feminismo negro e das intersecções postuladas nele para analisar de maneira mais complexa o fenômeno da violência doméstica e familiar sofrido pelas mulheres negras.

Na última edição do retrato das desigualdades de gênero e raça no Brasil (IPEA, 2011) outros eixos são apontados: população; chefia de família; educação; saúde; previdência e assistência social; mercado de trabalho; trabalho doméstico remunerado; habitação e saneamento; entre outros. No eixo da população é revelado o aumento proporcional da população negra (pretos e pardos) no período de 1995 a 2009, sendo 44,9% em 1995 e 51% em 2009. Além disso, acrescenta que o percentual de mulheres brancas e negras no ano de

2009 foi de de 49,3% e 49,9% respectivamente. O estudo revela que esse percentual não é justificado pelo aumento da taxa de fecundidade mas de um processo de autodeclaração das pessoas, na maneira como se enxergam e se relacionam.

Na chefia de família revela um aumento de proporção de mulheres chefes de família passando de 22,9% em 1995 a 35,2% em 2009. Apontam também vulnerabilidades acometidas pelas mulheres negras chefes de família quando comparadas aos homens brancos e seus rendimentos. A renda média numa família chefiada por uma mulher negra equivale a R\$491 em face a R\$997 chefiado por um homem branco.

Na educação, em 2009 no que concerne ao ensino médio a taxa de distorção idade-série atingiu 38,2% as jovens negras contra 24,1% as jovens brancas. No que se refere no acesso ao ensino superior, embora a taxa de escolarização das mulheres demonstrasse aumento de 16,6% frente aos homens de 12,2%, ao observar estes resultados através da intersecção racial compreendemos quais mulheres ascenderam, revelando 23,8% as mulheres brancas frente a 9,9% de mulheres negras acessando o ensino superior.

No eixo da saúde é apontado que em 2008 o acesso aos atendimentos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) encontra-se a população negra representada 67% e a população branca 47,2% das pessoas atendidas no total. Por outro lado, o acesso a planos de saúde privados apontaram que a população negra equivale a 17,2% e a branca 34,9%. Na previdência e assistência social, o estudo revelou que em 2009 o grupo que apresentou melhores condições foram os homens brancos com cobertura de 70,7% e as mulheres negras as menos protegidas socialmente com 56,0% de cobertura. No que se refere ao mercado de trabalho, a menor taxa de desemprego é ocupada pelos homens brancos representando 5% enquanto que as mulheres negras representam a maior taxa, a saber, 12%. Além disso evidenciam também que elas estão mais concentradas em serviços de cuidado no seu sentido amplo (educação, saúde, serviços sociais e domésticos). No trabalho doméstico remunerado, as mulheres negras representaram a maioria, indicando assim a permanência da desigualdade racial enquanto conjuntura da realidade do trabalho doméstico no Brasil.

No que se refere à habitação e saneamento, embora houvesse um aumento significativo no acesso ao abastecimento adequado de água para o domicílio de chefias negras de 76,6% a 90,1% em 2009, tal aumento não se equipara a cobertura dos domicílios da população branca no mesmo período. As diferenças no acesso ao esgotamento sanitário não possuem muitas diferenças quanto ao gênero das chefias, todavia evidenciaram uma

diferenciação quando apontada a questão racial, refletindo a 77,1% dos domicílios da população branca frente a 60% da população negra.

Outro dado presente no Dossiê sobre a Violação dos Direitos das Mulheres Negras Brasileiras elaborado pelo Instituto da Mulher Negra – GELEDÉS e pela Organização de Mulheres Negras – CRIOULA, denuncia, a partir de diferentes vozes de mulheres negras, o genocídio da população negra em geral, em especial dos jovens negros como bem apresenta no Mapa da Violência; a saúde, pelo racismo institucional responsável pela mortalidade materna das mulheres negras; a segurança pública pelas violências institucionalizadas e naturalizadas que decidem sobre a vida e morte dos corpos negros.

O dossiê apresenta também que os dados demográficos revelam que a população de mulheres negras no Brasil em 2013 representava 59,4 milhões, sendo 51,8% a população feminina e 27,7% a população total no país. Mesmo presente em toda a região do país, apenas nas regiões Norte e Nordeste representam em sua população feminina, respectivamente, 75,2% e 70,7%. Ademais informa que em todas as regiões, as mulheres negras em sua maioria residem em espaços urbanos, periféricos e regiões precárias da cidade, além disso, representam também o grupo principal em situação de pobreza. No que se refere a participação em espaços de poder e decisão revelam a mínima participação das mulheres negras nos espaços públicos e privados, bem como da ausência de levantamentos acerca dessa categoria. O assassinato de mulheres negras é outro fenômeno evidenciado no dossiê, apontando que houve um aumento de 54,2% nos casos de homicídios em 10 anos (2002-2013) e redução de 9,3% do assassinato de mulheres brancas no mesmo período.

Os indicadores explanados revelam desigualdades e vulnerabilidades vivenciadas pela população negra, em especial as mulheres negras. Cabe ressaltar que é preciso analisar os dados de maneira crítica, questionando e contrastando com outras fontes de informação. Todavia, cabe também evidenciar sua importância e posicioná-los de maneira significativa na elaboração de políticas públicas e de estratégias de enfrentamento em geral.

Em linhas gerais, embora se possa observar alguns avanços na efetivação dos direitos das mulheres negras, ainda é perceptível as desigualdades atravessadas pela raça e gênero que demarcam lugares no estrato social. Portanto não vivemos em um país com harmonia entre os povos, não há acesso para todos, não há igualdades. Falamos de um (não) lugar que foi e é construído através de uma ideologia eurocêntrica e colonizada.

Essa construção de pensamento nas palavras de Ana Bock (2004). Constitui-se em face de que a própria história da profissão sempre atendeu as demandas de classes elitistas,

negligenciando ou omitindo atenção àqueles grupos mais pobres, influenciando diretamente na discriminação e marginalização desses sujeitos. Além do mais, é pertinente evidenciar a massiva influência cultural e econômica norte americana e dos países europeus nos aportes epistemológicos, metodológicos e práticos na América Latina.

Em função disso, é pertinente questionar qual tem sido a participação da ciência psicológica no cerne desses conflitos, dessas relações e manifestações de uma sociedade que alimenta rotineiramente ideologias dominantes. A este respeito, tomaremos as discussões a partir da Psicologia Social Crítica.

A Psicologia Social Crítica, em especial no contexto da América Latina, volta-se diretamente aos processos que incidem ou impedem a efetivação da legítima existência do Outro. Tem como um dos desdobramentos ante seu compromisso social, buscar reconhecer os que em geral sofrem com os dispositivos que ocultam a dimensão social da construção da subjetividade, lançando mão de referenciais que permitem compreender a subjetividade através do movimento dialético entre o eu individual e o nós coletivo.

Lev Vygotsky, referência comum a muitas vertentes da Psicologia Social crítica, afirma que cada pessoa é um agregado de relações sociais encarnadas num indivíduo, sendo assim resultado de várias realidades onde vai construindo e significando a partir do que é entendido como relevante (VYGOTSKY, 2000, p.33). O contato com o que é diferente e o confronto com essa diferença são primordiais para a construção da pluralidade do que se é e de suas possibilidades de ser.

Pelo fato da Psicologia Crítica voltar-se à vida cotidiana, com o dia-a-dia das pessoas e grupos e a maneira como eles resistem à dominação (NOGUEIRA; GUZZO, 2016, p. 201), acredito ser possível por meio do pensamento de autores ancorados neste referencial, conhecer a realidade concreta de mulheres negras através de suas próprias narrativas, identificando os seus processos de resistência e emancipação enquanto fenômeno psicossocial atribuído de sentido e significado na sua relação dialética com o mundo social e cultural. Parto do pressuposto também de que é possível, a partir do conhecimento da realidade concreta, construir de forma conjunta estratégias de superação, recuperando a memória histórica e reconstruindo modelos de identificação, favorecendo e identificando as desideologizações do senso comum e da experiência cotidiana, potencializando as virtudes e posturas resistentes em face ao cenário social em que estamos imersas.

Anuncio, desde os primeiros momentos desta dissertação, a complexidade de um processo que envolveu a problematização, construção metodológica, pesquisa teórica e de

campo, aprofundamento nos resultados, culminando no processo de escrita. E é neste processo de questionamento que a tarefa de apresentar este trabalho a quem o lerá – uma pesquisa em Psicologia Social sobre identidade de mulheres negras -, envolve também em apresentar minha implicação com a temática, dado que estabelecer o lugar de fala é fundamental no assentamento da justificativa de um estudo de abordagem crítica. Mas então, de que lugar estou falando?

Enquanto pesquisadora, falo de uma temática que é, também, o lugar do meu grupo de pertencimento étnico-racial, de gênero, classe. É um território que reconheço como sendo atravessado por processos históricos de opressão que se atualizaram através de dispositivos hegemônicos. Falo de uma localização social de mulher negra afro-amazônica urbana periférica em constante transformação e de uma busca existencial libertária que pretende neste estudo compreender os processos identitários de mulheres negras. Falo também de uma vivência *outsider within*¹ dentro do âmbito acadêmico científico, vivenciando o espaço marginalizado e periférico e o lugar privilegiado da universidade, como bem pontua Patrícia Collins (2016).

O processo de elaboração da pesquisa foi atravessado por esses espaços e por outros que ainda estão em elaboração. Dentro desse intervalo de tempo, devo confessar que o meu processo de mulher negra esteve ligado a um reconhecimento e afirmação recente, uma construção pautada em um tornar-se negra como bem afirma Neusa Souza (1983). O espaço da pesquisa forneceu possibilidades para elaborar e refletir sobre essas identidades, juntamente com o espaço dos movimentos sociais de cunho feminista e de negritude que faço parte.

Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade (SOUZA, 1983, p.17)

O lugar de fala é, de acordo com Djamila Ribeiro (2017), uma localização social. Esta localização é atravessada por condições sociais que, entrelaçadas, demarcam um lugar na sociedade. Nesse sentido, a autora aponta que todos possuem um lugar de fala, tendo em vista que cada sujeito está localizado socialmente e é lido através do grupo social de pertença. A inclusão e problematização dessa localização social é significativo pois apresenta os

¹ Tradução ou significado de *Outsider Within* não possui uma tradução que corresponda à totalidade do seu significado para a língua portuguesa, porém possíveis traduções do termo seriam “forasteiras de dentro”, “estrangeiras de dentro”.

limites e potências de cada olhar localizado, suas intersecções de vulnerabilidade e regalias, seus desdobramentos e suas pluralidades de perspectivas.

Esse posicionamento social favorece reflexão acerca das conjunturas de opressão e de privilégios, como também causa incômodo nos sujeitos pertencentes aos grupos hegemônicos, pois estes foram e são àqueles permitidos historicamente a falar nos espaços, com a premissa de que são sujeitos universais, reduzindo a experiência do outro não hegemônico como o diferente, destoante, primitivo, selvagem. Logo, essa postura os localiza socialmente, retirando a universalidade de seus discursos e ampliando o cenário da fala para outras vozes que foram silenciadas durante esse processo.

Entretanto, não são todos que se localizam, justificados ora pela ausência da discussão e reconhecimento a grupos de pertença, ora pela dificuldade de não querer abrir mão dos privilégios, tendo em vista que essa postura infere e transforma as relações. Com isso, cabe aqui romper ou no mínimo criar tensões no plano da voz única, favorecendo tessituras de vozes que foram silenciadas, invisibilizadas e subalternizadas, criando um grande e diverso cenário de vivências que gritam suas potencialidades e resistências. Acrescento, de forma antecipada, que pensar sobre processos identitários de mulheres negras, é falar de vivências heterogêneas, múltiplas e particularmente singulares.

A história da ascensão social do negro brasileiro é, assim a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação [...] Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração (SOUZA, 1983, p. 23 e 77)

Reiterando o que Neusa Souza afirma acima, foi a partir da tomada de consciência na fase jovem/adulta através dos movimentos sociais e de representações positivas da negritude, que possibilitou uma vivência potente e me despertou para as outras interseccionalidades entrelaçadas. Hoje, nesse caminho de construções e reposições, enxergo a importância de trazer para o âmbito da pesquisa científica a realidade de mulheres negras, que como eu, utilizaram e utilizam diversas estratégias de resistência num cenário tão embranquecido, sexista, misógino, heteronormativo e elitista.

(...) A situação do intelectual negro não precisa ser sombria. Apesar do difundido racismo da sociedade americana e do anti-intelectualismo da comunidade negra, o espaço crítico e a atividade insurgente podem se expandir. Essa expansão ocorrerá mais facilmente quando os intelectuais negros lançarem uma olhada mais franca a si mesmos, às forças históricas e sociais que os moldam, e aos recursos limitados mas significativos da comunidade de onde vieram.” (Hooks, 1995, p. 476)

Dessa maneira, pensar o processo identitário da mulher negra em um contexto sociocultural em que as intersecções étnico-raciais, de gênero, classe social, entre outras, constroem modos de subjetivação e demarcam lugares nas relações que se estabelecem no tecido social, resultam num passo necessário e urgente.

Em função dessas pluralidades e possibilidades de ser, atravessadas por um traçado histórico hegemônico, lanço o questionamento: Como tem sido construída as identidades das mulheres negras nesse contexto brasileiro? Quais os sentidos e significados atribuídos no ser mulher negra? É possível compreender o que representa “o negro” unicamente associado às práticas do racismo? Há possibilidade de uma negritude além das relações raciais unicamente pautadas pela discriminação? (GADEA, 2013, p.23)

Na busca de um caminho de libertação frente a esse cenário, utilizo de aporte teórico latino-americano de Martín-Baró (1998; 2011b) para lançar luz a uma psicologia da libertação, com intuito de voltar-se para responder as demandas reais das mulheres negras. Esse movimento não se trata apenas de uma mudança teórica mas sobretudo uma tarefa prática.

Em face ao que foi exposto, os desafios e as perspectivas à psicologia latino-americana consistem na relevância social pautada em agir em prol daqueles sujeitos negligenciados no processo, além de romper com os paradigmas eurocêtricos e americanizados em que a psicologia se estabeleceu. Isso requer uma recuperação da memória histórica de nossos povos, potencializar as virtudes populares, àquelas que permitiram confrontar as condições desiguais na tarefa de sobrevivência histórica, e por fim a desideologização do senso comum e da vida cotidiana, numa tomada de consciência para uma práxis transformadora do mundo social (MARTÍN-BARÓ, 2011a).

Este estudo justifica-se primeiramente pela minha implicação enquanto mulher negra afro amazônica e pesquisadora do norte, na tentativa de resistir e fazer frente ao epistemicídio científico. Em segundo lugar pelas inúmeras formas de apagamento, silenciamento e invisibilidade que foram mantidas e transformadas no processo histórico de mulheres negras, minando as diversas dimensões de ser, seja na estética, no intelecto, no âmbito afetivo, nas relações com o Outro e consigo mesma.

E por fim, cabe evidenciar as limitações de estudos da Psicologia sobre a temática, sobretudo, com um olhar interseccional, sistêmico e crítico. Em função desse processo histórico da psicologia enquanto ciência e profissão, é necessário e urgente o compromisso ético-político no enfrentamento dos diferentes níveis de opressão e na reparação das consequências geradas por essas violências históricas que influenciam nos processos identitários das mulheres negras.

Face às considerações realizadas, formulei a seguinte questão que tornou-se norteadora da pesquisa realizada: em função desse contexto histórico e cultural que forja e demarca as identidades sociais, de que maneira a identidade da mulher negra é construída na contemporaneidade, e quais são os fatores que emergem enquanto elementos históricos e subjetivos nesse processo?

Como forma de estabelecer um fio condutor à pesquisa, propus como objetivo central do estudo conhecer a realidade concreta de mulheres negras através dos traços históricos e subjetivos que perpassam o processo de construção de identidade em três gerações. Complementarmente busquei: localizar nos resgates históricos dos registros de mulheres negras, as estratégias de resistência frente a opressão (recuperação da memória histórica); identificar os processos ou meios onde operam desideologização do senso comum e da experiência cotidiana em relação ao que se refere a ser mulher negra, e, por fim, identificar caminhos de potencialização e positivação de ser mulher negra (potencialização das virtudes populares).

Como forma de organizar o trabalho, estruturei esta dissertação da seguinte forma: Introdução, problematizando a condição de ser mulher negra no Brasil e contextualizando os estudos sobre a temática, justificativa e implicação da pesquisadora, questão norteadora e objetivos da pesquisa; Marco teórico e Revisão Sistemática apresentando as categorias conceituais e o levantamento bibliográfico com a contribuição da Psicologia ao tema; Percurso Metodológico apresentando tipo de estudo, instrumentos, métodos e trabalho de campo; Resultados e discussão, com geração de hipótese integradora à luz da Grounded Theory; e, por fim, as considerações finais apontando possíveis caminhos e também os descaminhos da pesquisa.

1. CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA E MARCO TEÓRICO

O que apresentarei aqui não são ideias minhas. Falo do que vi, aprendi, li, ouvi, a partir de minha inserção em comunidades heterogêneas[...] Assinalo que muitas palavras, termos e conceitos que utilizarei são instáveis, imprecisos. Eles vêm sendo, ao longo das diferentes lutas de resistência, questionados, criticados, reposicionados e refeitos. Utilizarei muitos destes aqui. Peço, então que desconfiem (WERNECK, 2010, p. 10)

1.1. O que a Psicologia tem produzido sobre as mulheres negras? - uma revisão sistemática de literatura

Este capítulo pretende apresentar o levantamento bibliográfico com o objetivo de verificar o que a Psicologia enquanto ciência e profissão têm produzido sobre as mulheres negras nos últimos 10 anos, através de uma revisão sistemática. Para isso, realizei a busca nas bases de dados Scielo (Scientific Eletronic Library Online) e no Portal Regional da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), plataformas selecionadas por serem referências na extensa produção científica.

A metodologia do processo de levantamento bibliográfico foi baseada na utilização de descritores junto às bases de dados, a saber: mulher negra e mulheres negras. A estes foi somado o seguinte critério de inclusão: publicações realizadas no interstício de 2007 a 2018 possuindo como grande área temática e o assunto da revista voltados para a psicologia e suas vertentes. Após a busca, os artigos foram incluídos, eliminando-se as duplicações e organizados em categorias. Em uma planilha Excel Microsoft, as produções catalogadas foram analisadas contendo as informações do título, ano de publicação, autores, subárea, aspectos metodológicos, caráter dos trabalhos, palavras-chave e nacionalidade da produção. Chegou-se no quantitativo final de 16 artigos científicos catalogados. Os resultados colhidos foram categorizados evidenciando as produções da psicologia distribuídas pelo período de publicação, revista publicada, aspectos metodológicos, caráter do trabalhos e pelas temáticas estudadas articuladas a população mulheres negras.

Os 16 artigos catalogados foram publicados nas revistas Caderno de Psicologia Social do Trabalho, Memorandum: Memória e História em Psicologia, Pesquisas e Práticas Psicossociais, Psicologia Ciência e Profissão, Psicologia Política, Psicologia & Sociedade, Psicologia Escolar e Educacional, Revista Colombiana de Psicologia, Acta Colombiana de Psicología, Avances en Psicología Latinoamericana e Revista Estudos Feministas, revelando a maior publicação na revista Psicologia & Sociedade com três artigos.

A frequência das publicações envolvendo Psicologia e mulheres negras no período de 2007 a 2018 foi de 0 a 3 produções anuais, destacando o ano de 2014 com a produção de 3 artigos e 2007 com nenhuma.

Acerca dos aspectos metodológicos foi possível levantar treze pesquisas de campo e três ensaios teóricos distribuídos em quinze registros de pesquisa qualitativa e uma quantitativa, destas, treze publicadas no Brasil e três na Colômbia.

As temáticas evidenciadas estão distribuídas sobre questões das artes plásticas, processos organizativos, existência e memória corporal, criminalização e encarceramento, doença falciforme, escrituras e Política de Assistência Social, Prostituição/Profissionais do sexo, Racismo, preconceito, gênero, interseccionalidades, o brincar e o brinquedo nas práticas escolares, violência doméstica, trabalho, campo científico, humilhação, identidade, movimento social, identidade coletiva, efeitos da discriminação racial, subjetividade e estratégias de resistências. Um aprofundamento acerca das temáticas, objetivos, métodos, referenciais teóricos e metodológicos aplicados, permite visualizar em um contexto macro as especificidades trabalhadas.

No artigo de Ribeiro (2008) é registrado através de um ensaio teórico, os processos organizativos de mulheres negras com a inclusão das discussões de gênero e raça nas políticas públicas, contribuindo no apontamento dos possíveis desafios encontrados na luta pela igualdade e justiça social. Já Costa, Sierra, Bermúdez e Buela-Casal (2009) realizam um estudo comparativo entre mulheres negras e brancas vítimas de violência de seus parceiros no Nordeste do Brasil, delimitando as diferenças dos abusos através das variáveis sociodemográficas. Os resultados mostraram que as mulheres negras sofrem três tipos de discriminação: de gênero, raça e de nível socioeconômico, destacando suas porcentagens acerca da violência com parceiros estão em maiores proporções que mulheres brancas.

Nos estudos de Oliveira, Meneghel e Bernardes (2009) investigou-se os efeitos da discriminação racial na identidade e subjetividade de mulheres negras atendidas no programa SOS Racismo em Porto Alegre/RS, através de um grupo dispositivo. A contribuição da pesquisa possibilitou que as narrativas pessoais resultassem em denúncias públicas frente a discriminação racial e ao racismo. Revelam também que os pressupostos teóricos da Psicologia Social e da Saúde Coletiva acerca da violência racial precisam estar presentes nas políticas públicas para o combate à violência contra as mulheres levando em consideração as particularidades das mulheres negras.

Em Rodrigues e Prado (2010), verifica-se a análise da trajetória do Movimento de Mulheres Negras no cenário brasileiro nos últimos 30 anos, com o objetivo de compreender os enlaces da constituição de um novo sujeito coletivo, apontando seus dilemas, redes de solidariedade, a hierarquia de gênero e de raça nos protestos realizados, da sua institucionalização e articulação com o Estado brasileiro. Utilizou diversos instrumentos de coleta, como entrevistas semidirigidas com militantes pioneiras do movimento, fontes documentais (panfletos, jornais internos, atas de reuniões e cartas de propostas), participação em eventos organizados pelo MMN e conversas informais com militantes. O estudo apontou a possibilidade da emergência de antagonismos do MNM dentro da sociedade capitalista, o que possibilita a desconstrução e contestação. Acrescenta também a construção de novas identidades coletivas e a incidência sobre espaços político-institucionais, permitindo a reflexão de novas formas de se fazer política.

No estudo de Ferreira e Camargo (2011) ressaltou-se algumas condições presentes na construção identitária de pessoas negras, sobretudo nos espaços sociais como família, escola e trabalho que reproduzem normas sociais dominantes e que tendem na manutenção desses sistemas. Através do instrumento de entrevista dirigida, o estudo revelou que a família, a escola e o trabalho são vivenciados pela pessoa negra como espaços onde o preconceito racial se retroalimenta. Além disso, o artigo apontou que a vivência submetida a uma desvalorização constante leva a pessoa negra a se identificar como inferior, pobre, sem beleza e incapaz, desenvolvendo uma atitude submissa de aceitação e incorporação aos valores brancocêntricos.

O estudo de Pérez-Bustos e García-Becerra (2013) centrou-se em investigar as narrativas de auto posicionamento de cientistas colombianas marcadas pelas questões raciais como negras e indígenas e de sexualidade como lésbicas, frente ao cenário colombiano de ciência e tecnologia. O instrumento de coleta utilizado foi de entrevistas etnográficas com 19 cientistas de diferentes regiões do país. O estudo apontou que o meio científico está atravessado pelo gênero de maneira ambígua, onde acrescentam que as cientistas se percebem à margem da estrutura de notoriedade do campo científico, mas que por outro lado reconhecem que as suas marcas minoritárias influenciam no *ethos* científico sustentado por uma ética do cuidado particular.

Santos, Diogo e Shucman (2014) analisam o entrelaçamento entre trabalho, gênero e raça, evidenciando as estruturas sociais responsáveis pela criação de um não lugar para mulheres, negros e sobretudo às mulheres negras. A análise ocorreu através de dados

quantitativos e qualitativos elaborados por institutos de pesquisas brasileiros e por pesquisadores da área étnico-racial. O estudo apontou um reforçamento mútuo de racismo e sexismo vivenciado por grupos não dominantes quando estes circulam em territórios tidos como dos grupos dominantes. Acrescentam que os grupos marginalizados constroem estratégias de enfrentamento para superar as violências sofridas, sendo necessário romper com os juízos que associem à esses sujeitos, o local da aceitação e passividade. Ademais, reforçam a importância dos movimentos sociais antirracistas e antissexistas e de Políticas Públicas que promovam a igualdade racial e de gênero.

Por seu turno, Silveira e Nardi (2014) discutem sobre a violência de gênero e de como a interseccionalidade gênero, raça e etnia surgem nos discursos jurídicos acerca das mulheres que acessam a justiça. A pesquisa utiliza como aporte teórico a analítica do poder de Michel Foucault e dos conceitos da interseccionalidade entre gênero, raça e etnia. Foram realizadas entrevistas com 290 mulheres e seis juízes, além de análise de 70 processos judiciais e de 55 boletins de ocorrência. Os resultados apontaram uma sub-representação das mulheres negras nos boletins de ocorrência e nas entrevistas, porém não nos processos. Ademais, revelam que os magistrados entrevistados percebem que a interseccionalidade gênero, raça e etnia não interfere no acesso à justiça. Com isso, o estudo enfatiza a necessidade de agregar as noções de interseccionalidade no âmbito jurídico e nas práticas psicológicas tendo em vista que esses marcadores de gênero, raça e etnia forjam múltiplas violações de direitos, sendo necessário problematizá-los no acesso à justiça.

Em seu ensaio teórico, Freire (2014) descreve algumas considerações acerca das trajetórias de vida de mulheres negra atreladas ao seu processo de existência. Utiliza como referência as canções de Zezé Motta, os escritos da filósofa Hannah Arendt, de Marlene Nourbese Philip e de Selma Trevinos para resistir às amarras culturais hegemônicas e também transcendê-las, possibilitando uma escrita livre, um texto-existência como aponta a autora. Além disso, através da memória corporal, revisita suas lembranças e elabora sentimentos como a dor, violência, medo, alegria, paz e liberdade na compreensão de sua existência.

Castelar, Lemos, Khouri e Andrade (2015) investigam o brincar e o brinquedo na constituição da mulher negra nas práticas educativas escolares. A pesquisa contou com instrumentos metodológicos como a história oral, através de histórias de vida e entrevistas com oito professoras negras em Salvador (BA), sendo analisadas pela análise de conteúdo e divididas pelas seguintes categorias: memórias, relações com a atualidade e as práticas

profissionais ligadas à gênero e racismo na escola. Além disso foi realizado também o levantamento bibliográfico e revisão da literatura. Os resultados apontaram que o brinquedo e a brincadeira são analisados como dispositivos do racismo e do estereótipo de gênero na educação escolar, influenciando no sofrimento das crianças. O estudo aponta a necessidade da adaptação curricular no trabalho escolar para promover a equidade nesse espaço.

Por sua vez, Miranda (2016) abordou a incidência do viés racial e suas interseccionalidades para compreender a conformação e os sentidos construídos no processo identitário de uma mulher negra, professora universitária e de origem pobre, denominada como Dandara. Utilizou como instrumento metodológico a história oral de vida e aporte teórico baseado nos estudos de Ciampa e na sua tese da identidade-metamorfose. Os resultados apontaram que a interseccionalidade gênero, raça e pobreza desenham diversas barreiras no processo emancipatório de Dandara e que o viés racial precisa ser demarcado como uma variável que por muito tempo aprisionou a população negra nos estratos sociais inferiores do sistema brasileiro.

Em Banuth e Santos (2016) se buscou compreender os processos de exclusão, discriminação e resistência na trajetória de vida de Sofia, uma profissional do sexo negro, que trabalhava no interior de São Paulo com mais outras mulheres brancas em uma casa de prostituição. Utilizou-se como instrumento entrevistas semiestruturadas e observação participante, sendo os dados analisados pelos pressupostos de Braun e Clarke categorizados por temáticas acerca do desenvolvimento profissional na realidade das profissionais do sexo. O estudo apontou que o pertencimento ao grupo racial de Sofia demarcou vivências de exclusão empreendidas pelas colegas de profissão e pelos clientes, evidenciando o enfrentamento da “exclusão dentro da exclusão” numa postura de não legitimação do preconceito sofrido e da utilização de estratégias para minimizar o impacto da discriminação racial vivenciada.

Por seu lado, Soares e Machado (2017) apresentam o conceito de “escrevivências” proposto por Conceição Evaristo como instrumento metodológico de investigação e produção de conhecimento, através da escrita de histórias de mulheres negras e seus atravessamentos com a Política de Assistência Social. O conceito proposto por Conceição Evaristo tem o objetivo de romper com a produção científica hegemônica pontuada como branca e androcêntrica, através do incômodo gerado pela escrita de mulheres negras. Através desse incômodo é possível vislumbrar uma virada epistêmica e uma ética engajada à militância nas produções e movimentos políticos de mulheres negras. Além disso, a pesquisa

apontou a problematização de elementos relacionados à lógica de gestão dos corpos, à precarização da política de Assistência Social e dos movimentos de resistência e às trajetórias fugidias empreendidas pelas mulheres negras.

Em Xavier e Rocha (2017) investigou-se a história de mulheres negras com doença falciforme e suas subjetividades construídas e confrontadas com os marcadores de gênero, raça e classe social. O estudo foi realizado com nove mulheres negras que eram acompanhadas pelo Centro de Referência da Anemia Falciforme do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas analisadas pela análise crítica do discurso. Os resultados mostraram que a doença como condição de saúde aproxima o pertencimento racial e de questões de gênero e classe social na vida de mulheres negras. Os discursos foram além da complexidade da doença evidenciando possibilidades de potência em suas trajetórias. O estudo apontou também que a interseccionalidade raça, gênero e classe social é observada pelas participantes enquanto um dispositivo que mantém as questões raciais distantes do âmbito público, invisibilizando assim a realidade de mulheres negras e da população negra em geral.

Germano, Monteiro e Liberato (2018) abordam a criminalização de mulheres através de um olhar interseccional enfatizando a intersecção de gênero, raça-etnia, pobreza e de outras categorias de subordinação elementares necessárias para a compreensão da temática. Os dados foram coletados em documentos públicos oficiais publicados no Brasil e na América Latina, interpretados através dos aportes teóricos da Criminologia Crítica Feminista, do pensamento Interseccional e de produções críticas nacionais e internacionais sobre a criminalização e encarceramento em massa, sobretudo de mulheres jovens, negras e pobres. O estudo apontou que a feminização da pobreza, a discriminação racial e de gênero, a política de guerra às drogas, a inchação do Estado penal e outros fatores, articulam-se e desdobram-se no encarceramento seletivo de jovens entre 18 e 33 anos, declaradas negras ou pardas, com ensino fundamental incompleto, mães solteiras que respondem por tráfico de drogas. O artigo conclui que a perspectiva interseccional auxilia na compreensão das complexas condições opressoras vivenciadas por mais de 45 mil mulheres em prisões brasileiras.

Na obra de Chamon e Nascimento (2018), os autores buscam compreender a maneira como as artes plásticas se apropriam do termo mulata. O fazem através da análise das produções de Di Cavalcanti reconhecido no mundo artístico como o “pintor das mulatas”. Analisando os elementos de significado considerados nas questões raça, gênero e classe

através do aporte teórico da Interseccionalidade, utilizou como método a análise semiótica de três imagens. O estudo apontou que as mulheres negras/mestiças vivenciam vulnerabilidades marcadas pela intersecção de eixos de subordinação, como raça, gênero e classe. Os autores concluíram que as produções artísticas e culturais influenciam no imaginário social acerca das mulheres negras. Ademais, pontuam que a imagem visual pode ser percebida como fonte de pesquisa importante para acessar conteúdos e informações pertinentes na construção de um trabalho de pesquisa, sugerindo a participação da psicologia com essa ferramenta.

Assim sendo, os artigos levantados no período de 10 anos sobre as mulheres negras na área da Psicologia revelaram a necessidade da produção mais expressiva acerca da temática em diferentes contextos, para fins de contemplar as vicissitudes que interseccionam esse grupo social, e de favorecer a elaboração de políticas públicas efetivas seja na área da saúde, educação e de outras frentes.

1.2. Mulheres negras na História - Nossos passos vêm de longe

No discurso proferido por Angela Davis² em sua vinda ao Brasil, esta afirma que as mulheres negras são a base da pirâmide social, e dessa maneira, quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta junto com ela. Embora se trate de uma autora inserida em um contexto americano, sua afirmação dispara para as realidades de mulheres negras no Brasil, sobretudo pelos baixos índices no acesso à educação, saúde e trabalho, expressos em documentos estatísticos e qualitativos. Poderíamos dizer que mulheres negras afro-brasileiras encontram-se na base da pirâmide no que tange ao acesso de direitos o que culmina em condições vulneráveis de existência. Dessa maneira quando políticas públicas são voltadas para esse grupo a estrutura social se movimenta e transforma.

Todavia, à margem das ações institucionais as mulheres negras mobilizam as estruturas através de ações no plano cotidiano e, além disso, carregam em suas histórias de vida inúmeras estratégias de resistência, solidariedade, potência e protagonismo que impactam diretamente no contexto social. O que nesse sentido, confronta os discursos reproduzidos pelo eu hegemônico numa ideia estereotipada sobre suas existências. É

²Discurso proferido por Angela Davis na Universidade Federal da Bahia na Conferência intitulada “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”, em 25 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1ddyXOO45jI>

importante escurecer³ que compreendo resistência no sentido coletivo, de permanecer viva para além do corpo físico, é existir mesmo em face às diversas estratégias históricas genocidas sobre os nossos corpos e sobre as nossas subjetividades.

Os processos de resistências são empreendidos sobre o eu hegemônico cotidianamente, seja no plano simbólico ou material. Dos numerosos registros sobre a repressão violenta que os fatores infligiam às mulheres negras, deve-se inferir que aquela que aceitava passivamente sua sina de escrava era a exceção, não a regra (DAVIS, 2016, p. 31). É possível exemplicar também pelas histórias de Joana, Anastácia e Francisca - mulheres negras libertas na colonial, escravista e mestiça capitania das Minas Gerais -, suas estratégias de existência e suas participações como agentes históricos, como bem pontua Paiva (2012):

Elas se transformaram, naquele contexto dinâmico, móbil, escravista, mestiço e conectado com regiões de todo mundo, em personagens ativas, legítimos agentes históricos, coconstrutores daquele mundo, em todas as dimensões dele. Essas mulheres, por muitos anos, permaneceram ocultas nas histórias do Brasil que se contavam. A partir de 1980, a historiografia brasileira conheceu desenvolvimento notável e a renovação ocorrida se iniciou pela história da escravidão. A partir daí, os papéis de vítimas indefesas dos maus-tratos dos senhores brancos e cruéis foram problematizadores e as pesquisas apresentaram realidades muito diferentes do que se conhecia. Essas mulheres, que permaneciam anônimas e cuja contribuição para a formação da sociedade colonial nem mesmo fazia parte dos temas historiográficos, passaram ao primeiro plano da cena colonial, e muito se reescreveu desde então (PAIVA, 2012, p. 22)

Além de mobilizações no âmbito individual, também é presente as mobilizações coletivas como o movimento de mulheres negras a partir dos anos de 1980, de suas participações nos movimentos feministas e do movimento negro. Essas movimentações revelam a direta participação de mulheres negras como agentes de mudança seja no cenário individual, coletivo, institucional e não institucional.

A marcha das mulheres negras que aconteceu em novembro de 2015 em Brasília e o Encontro Nacional de Mulheres Negras realizado em dezembro de 2018 em Goiânia, revelam o que Nilma Bentes⁴ conta em uma entrevista: a história mostra que as mulheres negras sempre estarão dispostas a lutar contra as injustiças, pela equidade, e nesse sentido

³ Utilizo a palavra escurecer como postura política frente ao racismo linguístico que reverbera em palavras e/ou expressões como: denegrir, esclarecer, a coisa tá preta, etc.

⁴ Nilma Bentes, militante e fundadora do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, em uma entrevista realizada por Lilian Campelo no site Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/nilma-bentes-historia-mostra-que-mulheres-negras-sempre-estarao-dispostas-a-lutar/>

concordo com Jurema Werneck (2010) ao dizer que nossos passos vêm de longe, frase que se tornou lema das mobilizações de mulheres negras.

É partindo dessa concepção que faço frente aos discursos do eu hegemônico que vem aprisionar a existência de mulheres negras como incapazes, inferiores e ignorantes. Cabe dizer que o eu hegemônico é materializado aqui na forma das produções científicas, epistemologias, legislações, documentos oficiais e não oficiais, discursos, comportamentos, pensamentos entre outras manifestações que foram e são construídas através de uma perspectiva brancocêntrica patriarcalista e heteronormativa.

Acerca dos processos de reprodução hegemônica, no que concerne às relações raciais no Brasil, a autora Neusa Souza (1983) evidencia a tríade formada pelos processos históricos da miscigenação, da democracia racial e do contínuo de cor. É importante reiterar que a miscigenação surge enquanto um fenômeno violento que foi legitimado e fortalecido pelos dispositivos do Estado na promoção de uma identidade nacional. O mito da democracia racial, por seu turno, atua de maneira a invisibilizar as discussões raciais através de um discurso universalizante de que somos todos iguais e que vivemos em plena harmonia. O contínuo de cor demarca através pelas tonalidades de pele os (não) acessos da população negra. Tais processos históricos influenciaram diretamente na maneira como as mulheres negras se enxergaram sendo parte constitutiva de seus processos identitários.

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos (WERNECK, 2010, p. 10)

A presença das mulheres negras na história do Brasil inicia a partir da diáspora africana, processo onde homens, mulheres e crianças de diferentes troncos linguísticos da África, foram forçadamente traficados enquanto mercadoria para uso de mão de obra escrava em diversos países. No Brasil este período compreendeu de 1530 ao ano de 1888, quando é abolida a escravatura. Foi na história do Brasil Colonial que a estas mulheres negras, oriundas de grupos distintos do continente africano, foram tomadas como escravas e a elas atribuídas sentido de inferioridade intelectual e afins. Em face às influências culturais e científicas do hemisfério norte, foi racializada a cor de pele, definindo, classificando, demarcando lugares, assim como intervindo na maneira de tratar e ser tratada em função dos matizes (SILVA, 2018, p. 26)

Davis (2017) esboçou um caminho norteador entre a mulheres que priorizasse a ascensão rumo ao poder econômico e político para elas e para a sua comunidade, reiterando sobretudo os danos causados pelo racismo para homens e mulheres negras. Enquanto

mulheres brancas de classe média na primeira onda do feminismo buscavam direito ao voto, mulheres negras lutavam para sobreviver. A autora demarca essas diferentes demandas dentro do movimento de mulheres e ressalta a importância de olhar para a base, e nos erguer enquanto subimos: *“Lifting as we climb”*.

Essa postura evidencia um posicionamento estabelecido através da solidariedade e coletividade entre as mulheres, como também de voltarmos nossas ações para as demandas dos grupos que estão na base. Quando negligenciamos as taxas de violência de mulheres negras e os baixos índices de acesso ao mercado de trabalho e ensino superior, não modificamos a estrutura da sociedade, portanto, não operamos mudanças.

Como bem coloca Davis (2017), precisamos romper com esse padrão histórico e um modo potente de se fazer isso é construindo um movimento de mulheres multirracial e revolucionário que contemple em sua pauta principal as demandas das mulheres pobres e trabalhadoras. A autora acrescenta que não se pode fazer um debate sério sobre empoderamento enquanto houver desigualdades e vulnerabilidades acometidas entre as mulheres, ou seja, é papel do coletivo voltar-se acerca disso e erguer-nos enquanto subimos, incluindo na pauta as preocupações específicas das mulheres de minorias étnicas.

Pensar a construção identitária de mulheres negras por esses fatores sócio históricos e culturais é, sobretudo, compreender que este fenômeno perpassa por jogos de interesses ideológicos e subjetivos. Assim, os discursos universais e estereótipos que são atribuídos à mulher negra, abrem espaço para as diversidades e para as intersecções de opressão que constroem as identidades. Como exemplo, podemos citar a mulher negra que faz uso de produtos químicos no cabelo, da mulher negra de pele clara, da mulher negra LBT, da mulher negra na Amazônia, entre outras vivências.

O livro *“O fim do silêncio: presença negra na Amazônia”* é um dos trabalhos de Patrícia Mello Sampaio (2011), onde a autora afirma a existência e participação ativa de pessoas negras escravizadas, livres e libertas desde o período da colônia, império e república, contrariando desse modo, as narrativas que ocultavam a existência de pessoas negras no Amazonas. Nesse sentido, é pulsante a mobilização de mulheres negras na Amazônia, sejam elas urbanas, interioranas, quilombolas ou de florestas. Suas lutas emancipatórias acontecem todos os dias, seja no âmbito pessoal ou organizada em coletivos. Um exemplo disso são os trabalhos realizados pelas Crioulas do quilombo urbano de São Benedito e pela Rede Fulanas: Negras da Amazônia Brasileira - NAB -, onde através de suas particularidades e demandas realizam ações e articulações no enfrentamento dos sistemas hegemônicos.

Dessa maneira, falar sobre a construção identitária de mulheres negras é, sobretudo, debruçar-se sobre os processos de dominação de cunho racista e sexista, dentre outras intersecções presente nas instituições e nas relações interpessoais que afetam diretamente a subjetividade nos processos de identidade. É, também, alertar para o fato de que os passos que constroem e mantêm as condições de desigualdade, violência e sofrimento, inscrevem-se na historicidade. Por isso, as narrativas de resistência foram - e ainda o são - extremamente necessárias.

1.3. A Interseccionalidade em questão

Eu não posso me dar ao luxo de lutar contra uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. E eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frentes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você. (AUDRE LORDE, 1983)⁵

Ao propor como foco deste estudo as identidades de mulheres negras, já apresento categorias que expressam intersecções. A interseccionalidade surge frente o que Audre Lorde evidencia acima: não se poder dar ao luxo de não compreender as intersecções presentes - de gênero, classe, território, sexualidade, dentre outros aspectos -, depois da tomada de consciência sobre a questão racial nas construções identitárias de mulheres negras. Enquanto pesquisadora implicada, tenho o compromisso de apresentar essas interfaces através de um olhar interseccional para não cair em categorias essencialistas, reduzindo a vivência plural de ser mulher negra.

Kimberlé Crenshaw pesquisadora afro-americana, advogada, ativista e feminista negra, surge como umas das pioneiras no uso do termo interseccional nos anos 80 para analisar as desigualdades e as discriminações de raça e gênero, em especial na vida de mulheres negras (BERGER; GUIDROZ, 2009; BOWLEG, 2008; BRONE; MISRA, 2003; COLE, 2009; PURDIE-SHERIFF, 2008; STEWART; MCDERMOT, 2004; TAYLOR, 2009; VALENTINE, 2007; WARNER, 2008, apud NOGUEIRA, 2017).

Crenshaw (1989; 1991; 2004) evidencia em seus estudos a marginalização de mulheres negras nos aportes feministas e antirracistas por não apreenderem as intersecções

⁵ Texto traduzido por Renata disponível em <https://rizoma.milharal.org/2013/03/03/nao-existe-hierarquia-de-opressao-por-audre-lorde/>. Texto original disponível em http://uuliveoak.org/pdfs/worship_9-04-09_excerpt_no_hierarchy_of_oppressions.pdf

de gênero e raça na constituição da existência das mulheres negras enquanto um fenômeno que multiplica os cruzamentos e não os soma. A autora acrescenta:

These problems of exclusion cannot be solved simply by including Black women within an already established analytical structure. Because the intersectional experience is greater than the sum of racism and sexism, any analysis that does not take intersectionality into account cannot sufficiently address the particular manner in which Black women are subordinated. Thus, for feminist theory and antiracist policy discourse to embrace the experiences and concerns of Black women, the entire framework that has been used as a basis for translating "women's experience" or "the Black experience" into concrete policy demands must be rethought and recast⁶ (CRENSHAW, 1989, p. 140)

Além disso, o documento “Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os” produzido pelo Conselho Federal de Psicologia, reitera essa perspectiva, afirmando que:

As categorias de raça, de gênero e de classe construídas socialmente nos constituem. Ao sinalizarmos que são intersecções, queremos dizer que cada uma delas adquire autonomia na vida social e operam de forma enlaçada; portanto, não procede subordinar uma ou outra, negar uma ou outra, não cabe, e como já sinalizado, analisar a situação vivida pelo negro(a) como fruto tão somente da discriminação de classe nem mesmo invisibilizar as diferenças de gênero. (CFP, 2017, p. 53 -54)

Essa postura favorece uma compreensão mais complexa do fenômeno, e também como pontua Nogueira (2017) a estarmos atentas aos processos fluidos e dinâmicos dos privilégios e opressões: “A teoria da interseccionalidade tem sido a resposta teórica que tem surgido nos últimos anos dentro dos feminismos como resposta a estas questões da diversidade dentro do grupo de mulheres” [...] (NOGUEIRA, 2017, p. 141).

Minha pesquisa utiliza-se da perspectiva interseccional porque contempla mulheres negras vivendo na cidade de Manaus, capital do Amazonas, pertencentes a condições heterogêneas tais como: lugar de origem, classe social, escolaridade, ocupação, visões de mundo que atravessam e constroem as narrativas identitárias. Ou seja, além das estruturas do racismo e do sexismo, também é importante informar que a classe social, a geração e o

⁶ “Esses problemas de exclusão não podem ser resolvidos simplesmente pela inclusão de mulheres negras dentro de uma estrutura analítica já estabelecida. Como a experiência interseccional é maior do que a soma do racismo e do sexismo, qualquer análise que não leve em conta a interseccionalidade, não pode abordar suficientemente a maneira particular pela qual as mulheres negras são subordinadas. Assim, para que a teoria feminista e o discurso político anti-racista adotem as experiências e preocupações das mulheres negras, todo o arcabouço usado como base para traduzir a "experiência das mulheres" ou "a experiência negra" em demandas políticas concretas, deve ser repensado e reformulado.” (Tradução livre)

território onde as mulheres negras se encontram também são demarcadores de seus processos identitários.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

É interessante acrescentar que a teoria não é uma resposta única, com fim em si mesma: outras produções epistemológicas têm surgido para auxiliar a pensar as intersecções, como o feminismo negro. Ademais, ela possui suas limitações metodológicas e suas dificuldades dentro da Psicologia, como na condução de estudos quantitativos, na escolha das categorias de identidade de pertença, sendo ela máster ou emergentes (NOGUEIRA, 2017).

De acordo com a autora a categoria máster refere-se, por exemplo, à pesquisas que focam numa única dimensão: gênero, raça ou classe e a categoria emergente refere-se a mais dimensões como: mulheres negras, mulheres trabalhadoras, etc.

No que diz respeito ao número de identidades possíveis de ser estudadas num estudo empírico, a primeira questão apresentada, é necessário ter presente a dificuldade que representa incorporar múltiplas dimensões de identidade social e ainda assim conseguir lidar com a complexidade analítica. Considerar todas as componentes da identidade pode gerar um infinito regresso ao “uno”, uma situação que dissolve grupos em indivíduos únicos e isolados. Por isso pode ser importante analisar diferentes dimensões de pertença. São necessárias decisões que vão depender do interesse e do tema em causa assim como dos resultados que se pretendem atingir ou dos dados que se pretende mostrar. (NOGUEIRA, 2017, p.173)

Dessa maneira a perspectiva da interseccionalidade é desafiadora em termos de considerar não somente as diversas dimensões construindo as identidades, mas sobretudo de teorizar e analisar através desse aporte. Todavia, é importante que essas dimensões sejam apresentadas e inseridas para que se possa continuar a discutir sobre as particularidades, singularidades e diferenças em contraponto a homogeneização do ser mulher negra.

[...] é perigoso continuar a utilizar a categoria emergente de “mulheres negras” como uma entidade unitária e monolítica. É necessário pensar nas múltiplas diferenças que podem existir entre elas, por exemplo em termos de classe social ou de sexualidade. (NOGUEIRA, 2017, p.188)

Nesse sentido, compreendendo as limitações de apreender as diversas dimensões dos processos identitários de mulheres negras vivendo na cidade de Manaus, suas localizações sociais econômicas, seus territórios geográficos e simbólicos serão apresentados para que a complexidade de suas identidades sejam minimamente alcançadas.

Identidade enquanto processo histórico e dinâmico

Com vistas à diversidade dos processos identitários de mulheres negras, não somente na sua relação com outras mas sobretudo na relação consigo mesma, é que me proponho a apreender os conceitos de identidade propostas por Prado (2001), Stuart Hall (2011) e Lima e Ciampa (2012) como ferramentas de partida e não de enquadre para nortear o diálogo sobre a construção identitária da mulher negra.

A construção identitária das mulheres negras no Brasil é atravessada por períodos históricos como a diáspora, a escravatura, o processo de colonização, o advento da república e a economia capitalista, onde cada período atualizou através de dispositivos hegemônicos a manutenção do sistema de opressão. Todavia, dentro da história brasileira é necessário evidenciar os processos de resistência e emancipatórios das mulheres negras no enfrentamento dessas estruturas, sendo poucos os registros sobre esse lado da história.

Partindo disso, apresento a proposta de Lima e Ciampa (2012), de observar a identidade enquanto um processo histórico, em movimento e transformação. Antônio Ciampa e Aluísio Lima são psicólogos brasileiros que apontam numa direção de metamorfose e emancipação da identidade, oferecendo uma discussão mais crítica frente a relação dialética sujeito e sociedade.

O conceito de identidade possui uma trajetória dentro da Psicologia Social baseada nos pressupostos do essencialismo e do atomismo. Teorizações mais críticas tiveram maior força no cenário da produção nacional a partir dos escritos de Silvia Lane e outros autores (LIMA, 2012). Articulado a isso, o movimento de mudança epistemológica faz surgir, segundo Calegare (2010), a crise da psicologia social brasileira nos anos de 1970, mobilizando pesquisadores e estudiosos que confrontavam os modelos deterministas e tradicionais de se fazer ciência.

A psicologia social crítica emerge como postura mais política e crítica frente à realidade brasileira, que, à época, era marcada pela miséria e pela violência, acentuadas com a ditadura militar nos anos de 1964 a 1985 (LARA JUNIOR; LARA, 2017).

Os trabalhos de Antônio Lima Ciampa possibilitaram romper com a ideia de identidade enquanto categoria estática, como preconizavam os estudos da época. Ciampa impulsiona conceber a identidade através da perspectiva emancipatória e dinâmica do sujeito, sendo este produto e produtor, numa relação dialética sujeito e sociedade. Ademais, Ciampa (2005) destaca que o singular materializa o universal, e isso auxilia na argumentação de que as histórias das mulheres negras que serão apresentadas falam de suas narrativas individuais mas também evidenciam o contexto brasileiro e suas conjunturas hegemônicas e articulações/mobilizações políticas e sociais. A questão da identidade, assim, deve ser vista não como questão apenas científica, nem meramente acadêmica: é sobretudo uma questão social, uma questão política (CIAMPA, 2005, p.127).

O autor compreende essa categoria enquanto um processo de movimento e transformação, sendo realizado através de processos denominados *mesmice* e de *mesmidade*. Esses movimentos que não são opostos entre si com destacam Lima e Ciampa (2012), e através disso revelam o sintagma identidade-metamorfose-emancipação.

A *Mesmice* é entendida como um processo de reposição de uma identidade, aprisionamento, estabilidade identitária, ao fetiche de uma personagem que impede a concretização do sentido emancipatório da identidade e isso ocorre pela necessidade de reconhecimento da identidade, que faz com que ela seja sempre pressuposta, abrindo precedente para que ela seja repostada (LIMA E CIAMPA, 2012, p. 14 e 17). É, sobretudo, um ser-para-si na criação de uma identidade-mito e da não superação das contradições (CIAMPA, 2005). Acredito ser importante trazer o que Almeida (2005) destaca sobre esse processo de *mesmice*, não denotando como expressão necessariamente de alienação e heteronomia, mas como uma atitude legítima e atitude positiva frente a vida. Nesse sentido, a reafirmação pode ser, por vezes, a única estratégia de sobrevivência ou resposta aos contextos que aniquilam a subjetividade de diversas maneiras. Não necessariamente sua reprodução implica em simples e direto processo de alienação, sem reflexão.

A *Mesmidade*, por seu turno, trata-se de um movimento de não reposição de um personagem, dessa maneira abrindo espaço para a mudança e processo de metamorfose identitária. Como bem acrescenta o autor, trata-se de um ser-para-si na autodeterminação podendo levar a emancipação.

Considero ambos os conceitos importantes para teorizar sobre os processos identitários de mulheres negras, tendo em vista suas construções ora pautadas na reposição de uma identidade de mulher negra ora metamorfoseando-se em suas facetas identitárias promovendo emancipação.

Além disso, Stuart Hall (2011) teórico cultural e sociólogo jamaicano, acrescenta que a identidade na contemporaneidade está sendo desenvolvida através de um olhar histórico ocidentalizado, onde a mesma encontra-se em fragmentação e descentramento. O autor confirma também um posicionamento de criticidade frente aos modelos deterministas de ciência e contribui para um olhar sobre os processos identitários enquanto uma construção inacabada rompendo com estruturas e lugares cristalizados, reiterando que:

É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não unificadas ao redor de um “eu”coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (HALL, 2011, p.13)

Essa perspectiva possibilita observar no processo identitário de mulheres negras, esse espaço de rupturas com os estereótipos e a mobilização da existência de outras possibilidades de ser, impactando diretamente na relação consigo e com o outro.

Frente aos significados contidos no grupo de mulheres negras, na afirmação dessa identidade como instrumento político e representativo, cabe evidenciar um conceito que contemple essa postura coletiva. Nesse sentido, Prado (2001) diz que a identidade coletiva é um processo psicossocial construído através da atribuição de significados e demarcações de fronteiras políticas que influenciam diretamente na participação dos sujeitos em ações coletivas, enquanto que o aspecto político atua como um espaço não institucional e de antagonismos sociais, escurecendo que:

Este NÓS, enquanto ações coletivas, pode ser compreendido, tanto pelo seu caráter diferenciador como afirmativo do próprio EU, visto que, em nossa visão, não há nas ações coletivas nenhum caráter emancipador que possa ser predeterminado antes do processo que se instaura na constituição da identidade coletiva (PRADO, 2001, p.151)

Evidenciar a identidade coletiva de mulheres negras é importante pois favorece o reconhecimento identitário, suas lutas, conquistas e conflitos sociais. A ancestralidade, os movimentos sociais, as lideranças exercidas por mulheres negras no decorrer da história contemplam ações coletivas que foram e ainda são fundamentais, bem como alimenta novas revoluções na coletividade.

1.4 Para uma prática libertadora – Martín-Baró e a Psicologia da Libertação

Cheguei à teoria porque estava machucada – a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguia continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender – apreender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura. (bell hooks, 2013, p.83)

Assim como bell hooks expressa seus sentimentos na busca de uma prática de liberdade, Nina Simone, por seu turno, revela que liberdade é não ter medo. Embalada por esses sentimentos também tão presentes na minha trajetória de vida e de pesquisa, que me deparei com a perspectiva de Martín-Baró, conseguindo então, minimamente, encontrar um espaço teórico para amenizar a dor e o medo.

Martín-Baró, nascido na Espanha em 1942 e assassinado em El Salvador em 1989, foi psicólogo social, filósofo e padre jesuíta, contribuindo significativamente para uma Psicologia voltada para as reais demandas dos povos latino-americanos, elaborando a sua Psicologia da Libertação.

Meu contato com seus textos aconteceu ainda na graduação, todavia foi na pós-graduação que a leitura mais amadurecida forneceu um olhar mais atento sobre as nuances dessa postura na profissão. Martín-Baró (1998, 2011b) realiza críticas no que se refere às produções realizadas pela Psicologia no contexto Latino-americano, afirmando a necessidade de nos voltarmos para a nossa própria realidade, construindo e aplicando teorias que dialoguem com as demandas da população.

Eu acredito que a verdade de nossos povos não se encontram em seu presente de opressão, mas em seu futuro de liberdade. Ao olharmos para tantos latino-americanos esgotados pela exploração, para tantas mulheres truncadas pela discriminação sexual, para tantas crianças abortadas pela fome, para tantos camponeses amordaçados pela miséria, para tantos marginalizados embrutecidos pelo desemprego permanente, compreenderemos bem que isso não reflete o que estamos obrigados a ser, e possibilitar o que poderemos chegar a ser é como se afirma a verdade dos povos da América Latina (MARTÍN-BARÓ, 2011, p. 216)

O autor indica caminhos para nortear o caminhar dessa postura libertária, alertando a priori que não se trata de um movimento simples e acabado, mas complexo e em constante processo de elaboração. Ademais, nos aponta três passos para uma busca da libertação, que concomitantemente fazem parte dos objetivos específicos deste estudo, a saber: a recuperação da memória histórica, a desideologização do senso comum e a potencialização das virtudes populares. Esses passos são utilizados para compreender como os processos identitários de mulheres negras são construídos, promovendo autorreflexão e ressignificação em suas vivências.

De acordo com o autor, a Psicologia da Libertação surge como um caminho mais ético e consciente em face às demandas sociais. Para a sua concretude, é necessário favorecer a autonomia científica da América Latina em face aos países do norte para além da teoria. É necessário romper com a sua própria escravidão como uma tarefa prática. A Psicologia da Libertação, oriunda da Teologia da Libertação, possui três elementos pilares da sua construção que consistem em um novo horizonte, uma nova epistemologia e uma nova práxis, no sentido de perceber que somente com os sujeitos marginalizados se pode descobrir e construir a verdade existencial dos povos latino-americanos.

Em linhas gerais, a contribuição da Psicologia Latino-Americana pontuada por Martín-Baró, evidencia uma via de enfrentamento e reparação favorecendo criticidade e uma postura ético-política na profissão.

2. CAPÍTULO II - PERCURSO METODOLÓGICO

2.1. O encontro com uma epistemologia e metodologia de base para a pesquisa

A pesquisa em si, desde a sua concepção revelou-se um grande desafio na minha trajetória como pesquisadora. Primeiro, pela minha implicação enquanto mulher negra afro-amazônica, e, segundo, pelos desdobramentos que essa própria implicação gerou/gera.

Em virtude desse envolvimento com a temática de pesquisa, torna-se imprescindível pontuar de que lugar eu falo, qual o meu olhar epistemológico. Quando se adentra no âmbito das pesquisas científicas, somos confrontadas com as normas e parâmetros da cientificidade hegemônica. Esse processo inicia logo na construção do projeto de pesquisa, onde é necessário sustentar o objeto a partir de concepções epistemológicas, ontológicas e metodológicas.

O modelo hegemônico de ciência, o qual hoje é conhecido também como “ciência tradicional”, pode ser compreendido como ancorado no Paradigma da Simplicidade, tal como define Vasconcellos (2002). Este modelo de ciência foi o único que tive contato durante toda a minha graduação - era, por esse motivo, a única maneira que acreditava ser possível de se fazer ciência. Ainda que meus horizontes tenham se ampliado, é inegável que este modelo ainda vigora como representação do que seria de fato o conhecimento científico.

De acordo com Vasconcellos (2002) o Paradigma da Simplicidade, o qual encorpa todo o ideal positivista, caracteriza-se por três dimensões, a saber: a simplicidade, estabilidade e objetividade. No pressuposto da simplicidade, entende-se que é possível conhecer o todo a partir da separação de suas partes. Complementarmente mantém-se uma busca por causalidades lineares, simples, decomponíveis em segmentos; a dimensão da estabilidade comporta a ideia de que a realidade é estável, que está ali posta de modo cristalizado, denotando previsibilidade, reversibilidade e controlabilidade dos fenômenos; a objetividade, em harmonia com as demais dimensões citadas, impõe ao fazer científico uma neutralidade por parte do pesquisador em face ao seu objeto. Desta forma, a objetividade em si seria alcançada, a saber, a ‘Verdade’ sobre o fenômeno ou objeto, resultando num conhecimento passível então de universalização e generalização.

Visto que esta perspectiva tradicional postula uma neutralidade a qual eu não tinha certeza existir e, mais ainda, atribuí a aos sujeitos da pesquisa uma condição de objetos. A inquietação em torno deste modelo gerou inúmeros questionamentos ao longo de minha

formação na graduação em Psicologia. Contudo, foi com essa perspectiva que iniciei na Pós-Graduação. Ao avançar no processo de construção do meu projeto de pesquisa, questionava-me ainda mais sobre como realizar uma pesquisa com mulheres negras, sendo eu própria uma mulher negra construída nessa relação identitária.

A partir desse questionamento que abarcava tanto a perspectiva epistemológica quanto ontológica e metodológica da ciência, outra forma de compreender e produzir ciência surgiu como uma possibilidade para mim ancorada num paradigma diferente: o Paradigma da Complexidade. Este paradigma, tal como referido Vasconcellos (2002), oferecia uma luz para compreender as inúmeras transformações e pluralidades do fazer científico.

De acordo com a autora, o Paradigma da Complexidade é composto de três dimensões que foram originadas da física, contrapondo as premissas da estabilidade, objetividade e simplicidade propostas pelo paradigma tradicional de ciência. São elas: complexidade, instabilidade e intersubjetividade.

A primeira dimensão retrata a dinamicidade dos fenômenos, suas redes de sistemas interligados. Aqui, o termo complexidade não se refere a uma dificuldade de compreensão ou de explicação do fenômeno, mas à uma compreensão ontológica do fenômeno como sistema composto por outros sistemas. Diferente da tentativa de reduzir as propriedades para encontrar a mínima parte e assim explicá-la, pretende-se compreender essa ferramenta interligada a outras engrenagens desempenhando funções diversas, que sem essa ligação sistêmica não se tornaria possível. Sai-se de um pensamento disjuntor para um pensamento integrador. Pensar o objeto em contexto significa pensar em sistemas complexos, cujas múltiplas interações e retroações não se inscrevem numa causalidade linear, onde ‘tal causa produz tal efeito’, e exigem que se pense em relações causais recursivas (VASCONCELLOS, 2002, p.114)

A instabilidade vem desenvolvendo-se nessa mesma perspectiva, confrontando a concepção de estabilidade dos fenômenos, colocando-se numa postura da irreversibilidade e da desordem. A intersubjetividade, por seu turno, se refere a não objetividade científica. Nela, compreendo que não posso ter um conhecimento objetivo do mundo, pois este está relacionado não só comigo, mas com outras partes. Compreendo também o rompimento com a ideia de verdade absoluta e da neutralidade científica, tendo em vista que cada movimento se dá através de um processo subjetivo de escolha, e essa escolha parte de um lugar que não é universal, gerando interações e transformações tanto em quem pesquisa quanto naquilo que é objeto do seu estudo.

A partir desse paradigma, encontro a possibilidade de compreender que não há neutralidade no processo de construção do conhecimento, e, ainda assim, pode-se continuar produzindo ciência. Esta compreensão me possibilitou novos rumos, considerando que, em se tratando de pesquisar processos identitários de mulheres negras sendo eu uma mulher negra, certamente a simplicidade, estabilidade e objetividade não fazem parte do contexto de meu trabalho. Mas pensar complexamente é pensar e aceitar a contradição, confrontá-la e superá-la, sem negá-la e sem querer reduzi-la (VASCONCELLOS, 2002 p.116). E esse processo não é um movimento tranquilo, requer muitas confrontações e reformulações, um incômodo necessário para mudança de perspectiva.

Ademais considero novas epistemologias necessárias e urgentes, não no sentido de desconsiderar os resultados obtidos pela ciência tradicional, mas em perceber que podemos partir dela e agir de forma crítica, contemplando a instabilidade, a complexidade e a intersubjetividades dos fenômenos psicológicos, aspectos considerados ‘dejetos’ no âmbito do conhecimento científico, mas que constituem parte essencial da Psicologia (FIGUEIREDO, 2011).

Concordo com Maturana (1998, p. 178) quando diz que a mudança paradigmática não é um simples deslocamento de ênfase: é uma mudança que envolve um giro fundamental no que diz respeito às nossas responsabilidades. Portanto, é em decorrência dessas responsabilidades, que as premissas do paradigma tradicional e o reducionismo que o caracterizam, tornam-se não só insuficientes, mas inadequados para contemplar o que me propunha a fazer: a dimensão subjetiva existente em ser mulher negra, falando sobre mulheres negras.

À medida em que avançava nos estudos e reflexões, observava que o fator de objetividade não era suficiente para se abranger a realidade das mulheres negras e seus grupos, já que todas tem suas conexões permeadas por fatores de subjetividade; são pertencentes a um universo de construção múltipla e social, configurada por diversas explicações e comunicações (VASCONCELLOS, 2002).

A partir do alinhamento à postura epistemológica que sustentaria essa dissertação, outro fator que endossou esse processo, foi o sentido que fazer esta pesquisa assumiu: falar sobre nós, mulheres negras, protagonizando um lugar acadêmico que, a priori, não foi construído e pensado para mulheres, e, sobretudo à população negra. A tomada de autonomia na produção dessa pesquisa junto com o protagonismo em escrever em primeira pessoa,

foram desafios que ainda estão em processo de assimilação, no reconhecimento desse novo lugar.

Certamente todos estes entraves tiveram como causa vários motivos, sobretudo a historicidade de subalternização, embranquecimento e epistemicídio que também me atravessa. Ouso dizer, inclusive, que esses processos que dificultaram a tomada do meu lugar enquanto mulher negra pesquisadora, influenciaram diretamente na postergação do término da dissertação, criando questionamentos acerca da validade da pesquisa - tal qual mulheres negras se questionam continuamente acerca de seu potencial -, duvidando se o espaço acadêmico de fato era o meu lugar, ou um lugar possível para trabalhar, se minha escrita impactaria de fato na vida das mulheres negras, entre outras reflexões que ainda não cessaram com a finalização desse trabalho e que devem movimentar-se neste contínuo processo de ressignificação. Mas, como pontuei de início, a escrita dessa dissertação foi apoiada por várias mãos, não se tratando de uma escrita solitária, fato que me possibilitou a dar continuidade e concluí-la.

Os sentimentos que ao meu ver relacionam-se com a postergação, não se tratam de um fenômeno isolado e alheio, pois o não reconhecimento das nossas produções intelectuais, artísticas e afins como conhecimento legítimo é histórico e registrado em estudos, revelando o universal expresso através do singular. E isto se sucedeu e permanece ancorado no epistemicídio, que através do olhar de Sueli Carneiro sobre o conceito de Boaventura de Sousa Santos, se pode compreender que:

o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p.97)

Frente a esse epistemicídio que ‘fere de morte’ como bem fala autora, é desafiador e necessário tendo em vista que ainda assim, somos ‘alvo’ de estudos acadêmicos que falam sobre nós nos colocando no lugar de objetos de pesquisa, não raro passivos, exóticos e, como nos lembra a literatura com uma carga de produção científica que nos intitula como

marginais, ignorantes, inferiores e subalternos (MASIERO, 2005; SANTOS, SCHUCMAN e MARTINS, 2012).

Como parte do percurso metodológico, cabe demarcar que a escolha é também um tomada de narrativa: uma mulher negra falando sobre outras mulheres negras e isso desenvolve outras implicações, outros sentidos necessários e urgentes para a pesquisa psicológica. O objetivo não é de legitimação. As histórias humanas não precisam do aval científico para serem dotadas de significado, sentido e legitimidade. Todavia, ocupar esse lugar falando sobre nós é romper com as estruturas e adentrar um terreno de produção discursiva importante. Fazer ciência, é, também, um ato político.

2.2 Desafios ao longo do percurso

No caminhar da pesquisa de campo, mesmo após o encontro com uma proposta metodológica coerente com os objetivos e as bases teóricas, muitas foram as adversidades vivenciadas por mim, suscitando, por vezes, dúvidas acerca das reais possibilidades de alcançar os objetivos e concluir o trabalho. Um dos desafios foi deparar-me com o fato de que os critérios de inclusão e exclusão precisariam ser modificados, como se pode ver na imagem a seguir:

Quadro 1- Limitações encontradas em campo

	Dificuldade encontrada	Mitigação das limitações
--	-------------------------------	---------------------------------

Critérios de inclusão	Se reconhecer como mulher negra	Muitas mulheres indicadas não se reconheciam como negras, mas sim como mestiças, morenas, mulatas, caboclas e ribeirinhas.	A pesquisa manteve o critério de inclusão tendo em vista a afirmação dessa identidade ser necessária para discussão no estudo, optando por discutir nos resultados estas diversas categorias de reconhecimento étnico na região amazônica.
	Pertencer à família que possua 3 gerações de mulheres negras distintas disponíveis para participar da pesquisa	O primeiro critério culminou na dificuldade em encontrar 3 mulheres negras da mesma família que se reconheciam com essa identidade étnico-racial.	A pesquisa alterou o critério contemplando aquelas que se identificavam como mulheres negras, não precisando necessariamente fazer parte família com 3 mulheres que se reconheçam. Manteve-se um recorte de 3 gerações entre as participantes, porém sem a obrigatoriedade de vínculo familiar entre estas.
Critérios de exclusão	Não comparecer em alguma das duas etapas propostas na pesquisa;	Nem todas as mulheres negras participaram do grupo focal, tendo em vista as limitações de horário das participantes;	Ampliou-se a possibilidade de participação através da modalidade de entrevista individual;
	Não cumpram a produção do material escrito no mínimo 60% solicitado	As participantes, em sua maioria, produziram escrita em proporção menor ao previsto.	Todo e qualquer registro foi considerado para a análise, tendo em vista que a dimensão subjetiva que a temática carrega pôde ser identificada independente da quantidade do material produzido.

Fonte: Produzido pela autora

As problemáticas geradas através das limitações metodológicas puderam suscitar algumas possíveis reflexões, não necessariamente sinalizando equívoco na elaboração inicial dos critérios de inclusão, mas da própria condição do que se propôs investigar: a identidade das mulheres negras. No tocante ao primeiro critério enfrentado foi a dificuldade de encontrar mulheres negras que se reconhecessem com essa identidade étnico-racial. É importante pontuar que a pesquisa foi realizada na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, norte do Brasil, reconhecido não só por sua biodiversidade - florestas e rios e fauna -, mas também pela sua etnodiversidade, onde se destaca uma alta taxa da população indígena em comparação a outros estados brasileiros. (IBGE, 2010; CALEGARE, FERREIRA, SILVA et al., 2018)

Nesse sentido as identidades afirmadas pelas mulheres negras perpassam por esse contexto regional como caboclas, ribeirinhas, morenas e indígenas, como também vinculadas ao contexto do país como mulatas ou mestiças. De acordo com a Pesquisa Nacional por amostra de domicílios – PNAD, em 2017 a região norte apresentou 71,2% da população parda; 20,1%, branca; e 7,1%, preta. O IBGE entende a categoria de raça negra como a somatória de pretos e pardos, o que demonstra através da perspectiva do Instituto que a população negra é majoritária no estado, entretanto esse aspecto não é suficiente para que as pessoas se autodeclarem negras ou afrodescendentes.

Atrelada a esta dificuldade, somou-se o fato de que, mesmo quando identificadas mulheres para integrarem a pesquisa, o critério de incluir as três gerações de participantes da mesma família não conseguia ser alcançado. Tal situação, que a princípio pareceu impeditiva em termos dos alcances dos objetivos, sinalizou aspectos analíticos de grande importância, os quais irei retomar posteriormente na apresentação e discussão dos resultados, juntamente com a questão da presença negra no contexto amazônico.

Um outro critério de exclusão proposto inicialmente, imporia o desligamento das participantes que não cumprissem 60% da produção escrita nos diários (considerando a média de um registro por dia). Cada participante teve duas semanas para escrita nos cadernos e no decorrer dos dias, muitos foram os pedidos para a flexibilização do prazo de entrega, o que foi realizado sem restrições. Ainda com essa tolerância nos prazos para recebimento dos diários, os registros não contemplavam o estipulado de 60%, de 7 a 9 páginas.

Observei que este critério não só revelou-se problemático mas também irrelevante à produção dos dados. Ao refletir com o grupo de pesquisa sobre a razão para o estabelecimento de tal critério, percebi que havia sido totalmente arbitrário, além de não

considerar os modos através dos quais as participantes poderiam sentir-se mais livres para se expressarem. A expectativa de que um percentual de produtividade elevado seria mais relevante à pesquisa mostrou-se equivocada. Ao receber os diários e verificar o conteúdo, percebi que nenhum material ali colocado poderia ser considerada útil ou descartável, relevante ou irrelevante pelo aspecto quantitativo da mesma. Compreendi que mesmo a ausência ou número não muito elevado de registros, deveria ser pensado dotado de significados. Quanto às justificativas trazidas pelas participantes a este respeito, foram mencionadas falta de tempo pela jornada de trabalho intensa e da falta de hábito de escrever sobre si mesma.

Outra problematização necessária é referente a escolha dos diários como instrumento para coleta das histórias de vidas das participantes, onde foi possível perceber que o recurso da escrita perpassa por uma historicidade brasileira onde a população negra ainda é afetada pelo acesso a escolarização. Os resultados apontados pelo IBGE levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) em 2016, revelam que a taxa geral de analfabetismo do país caiu para 7,2%, todavia o analfabetismo entre pessoas negras é mais que o dobro do que entre as brancas, sendo 9,9% e 4,2% respectivamente. Uma análise posterior do percurso metodológico me levou à compreensão de que os instrumentos de pesquisa que privilegiam a escrita, são de ferramentas de poder que são atravessadas pela linguagem hegemônica, nos moldes onde não só o ambiente acadêmico legitima, mas outros espaços privilegiados também.

Antes do trabalho de campo propriamente dito, foi realizado juntamente com a equipe de pesquisa, um estudo-piloto para levantar as limitações da aplicabilidade do instrumento. Nele, as mulheres negras participantes realizaram o registro das memórias não somente pela escrita no caderno, mas digitados pelo computador e celular e áudio gravações. Retomando este momento, percebi junto com o grupo de pesquisa que cada uma relatou suas histórias de vidas da maneira que era mais confortável para elas. Através dos resultados do estudo-piloto, fui a campo disposta a apreender as narrativas de vida sugerindo os registros nos diários de forma livre, com versos, poemas, colagens, desenhos, letras de músicas, fotos entre outros recursos, além da oralidade ou da escrita.

Apenas uma integrante de um grupo familiar realizou os registros de maneira áudio gravada, outras trouxeram colagens, esquemas gráficos, fotos, versos, marchinhas de carnaval, entre outros. Quanto aos diários, todo e qualquer registro colocado ali foi considerado importante para análise. Entendemos que o instrumento escolhido possa ter

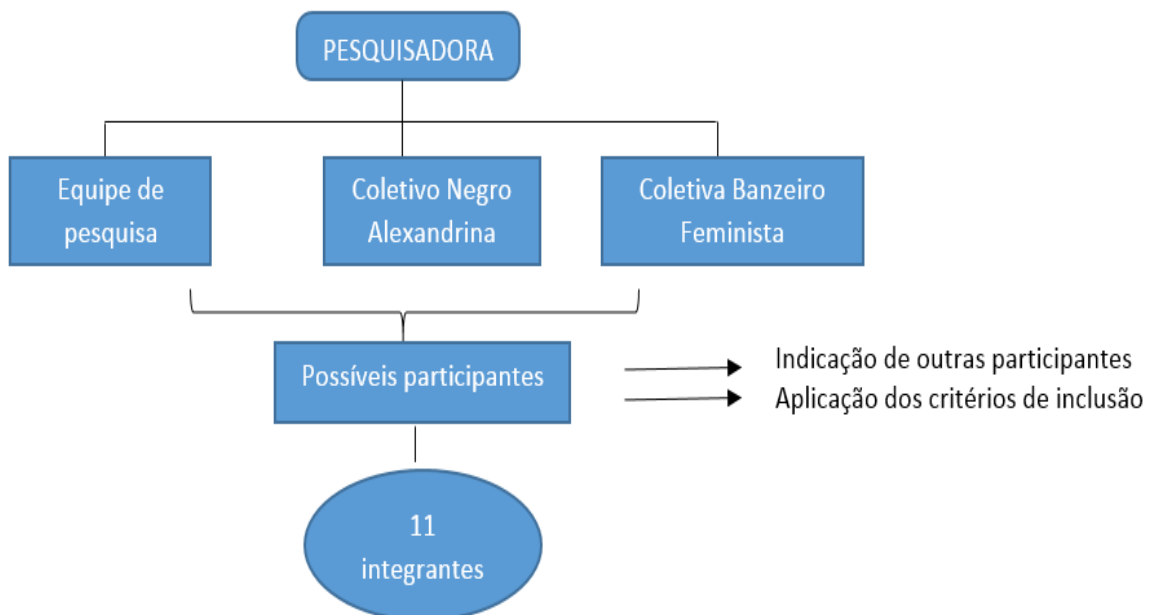
gerado algum viés ou ter excluído algumas participantes potenciais à pesquisa. Todavia, os diários possibilitaram apreender a dimensão subjetiva e as peculiaridades desse processo para as mulheres negras.

2.3 O contato com as participantes da pesquisa

O contato com as participantes aconteceu através da amostragem intencional ou *purposive sampling* (LINCOLN; GUBA, 1985) e do método bola de neve ou *snow ball* que através das indicações pelo grupo de pesquisa, pelo Coletivo Negro Alexandrina, Coletivo Feminista Baré hoje conhecido como Coletiva Banzeiro Feminista e pelas próprias participantes, se chegou ao total de 11 integrantes.

Com a utilização das estratégias citadas, o processo para chegar ao quantitativo final de onze integrantes passou por um cadastro gerado pelas indicações que resultou numa rede de referências das possíveis interessadas, como mostra a imagem a seguir:

Figura 1 - Fluxograma do processo de levantamento das participantes



Fonte: Produzido pela autora

O segundo momento concentrou-se entrar em contato com a rede de referências explicando brevemente sobre a pesquisa e verificando o interesse, disponibilidade na mesma e a indicação de mais integrantes. Com o quantitativo finalizado, as mulheres participantes

escolheram seus respectivos pseudônimos para constar na pesquisa. São eles: Neusa Sousa, Maria Filipa, Virgínia Bicudo, Flor, Marielle Franco, Alexandrina, Dandara, Preta, Ana, Elza Soares e Diná. Um maior detalhamento acerca das participantes e suas escolhas serão retomadas no capítulo dos resultados.

2.3.1 Os diários

Com base na metodologia proposta por Clandini e Connely (2011) a utilização de narrativas de histórias de vida como instrumento de pesquisa atua a fim compreender a experiência vivida e suas ressignificações. Os autores entendem que uma pesquisa narrativa é um processo dinâmico de viver e contar histórias, e reviver e contar histórias, não somente aquelas que os participantes contam, mas aquelas também dos pesquisadores (CLANDINI e CONNELLY, 2011, p.18).

Por essa razão, não há limitações de recursos para esse instrumento movimentando-se de acordo com a criatividade do pesquisador, podendo os dados serem coletados de forma oral ou escrita, como por exemplo narrativas orais, caixa de memórias, fotografias, escritas autobiográficas e afins.

Os diários foram pensados como forma de favorecer às participantes um modo de acesso à memória histórica, ao mesmo tempo que constituíram um espaço de diálogo e de reflexão acerca da própria trajetória e identidade. Esta via permitiu conhecer e compreender os processos identitários das mulheres negras através de suas próprias narrativas, a partir dos ‘retalhos’ que elas selecionaram para expressarem suas histórias.

O diário autobiográfico como recurso para a história de vida das participantes, possui como referencial os autores Teixeira (2003) e Alves (2002) que compreendem esta ferramenta como um espaço de construção subjetiva, onde os registros da experiência cotidiana, das observações passadas, das interpretações e sentimentos fornecem reflexões e ressignificações de sua própria história. Assim, as histórias pessoais são impregnadas de significados culturais legitimamente reconhecidos, denunciando os mitos identitários que sustentam o imaginário social (TEIXEIRA, 2003, p. 7). A autora acrescenta:

Nesse sentido, a reconstituição da história de vida é vista como transformadora e reconstituente do sujeito, na medida em que ele toma consciência das nuances de seu percurso, podendo ressignificar suas experiências, sair de uma posição de alienação frente à história, situando-se, através de sua história, como agente de sua vida e da coletividade. Portanto, independentemente de como o sujeito se situa perante a sua história, ele teria, segundo o texto há pouco escrito, as possibilidades de inserir-se no social de modo diverso, já que recuperaria, ou melhor, talvez até

nele se instaure a dignidade de ocupar um lugar de sujeito, de agente perante o mundo e sua própria vida (TEIXEIRA, 2003, p.2)

Além disso, a escolha pelo instrumento do diário aconteceu em virtude de compreender esse lugar também como espaço de narrativa e registro da história, da escriturização afro-brasileira como colocado por Conceição Evaristo (2008).

2.3.2 Os grupos focais e entrevistas

De acordo com Gondim (2003) o grupo focal é uma técnica de cunho qualitativo ligada a uma abordagem metacientífica compreensivista, acrescentando que:

O uso dos grupos focais está relacionado com os pressupostos e premissas do pesquisador. Alguns recorrem a eles como forma de reunir informações necessárias para a tomada de decisão; outros os vêem como promotores da auto-reflexão e da transformação social e há aqueles que os interpretam como uma técnica para a exploração de um tema pouco conhecido, visando o delineamento de pesquisas futuras (GONDIM, 2003, p. 152)

O instrumento possibilitou discutir acerca das histórias e memórias pontuadas no diário autobiográfico e contribuiu para a autorreflexão e transformação social.

Os grupos focais foram realizados após a entrega dos diários e tiveram como objetivo acolher as demandas das participantes articulando com o que foi pontuado em seus registros. O primeiro grupo focal marcado com todas as participantes não chegou a ocorrer, pois nenhuma das mulheres compareceu. O interesse inicial era de realizar um único encontro com todas as participantes, porém tendo em vista os entraves de horário houve a necessidade de alterar conforme suas disponibilidades. Assim, foram realizados três grupos focais com participantes diferentes e uma entrevista individual, visando maximizar a participação das mesmas.

O primeiro grupo focal efetivo contou com a presença de Ana, Elza Soares, Diná e duas integrantes da equipe, tendo o encontro a duração de quatro horas sendo realizado na residência de uma das integrantes de pesquisa. O segundo grupo focal foi realizado no quilombo de São Benedito com a presença de Flor e Neusa tendo duração de 50 minutos. O terceiro grupo focal foi realizado no Laboratório de Intervenção Social e Comunitária da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas e contou com a presença de Alexandrina, Maria Filipa e uma integrante da equipe, possuindo a duração de 90 minutos. A entrevista individual foi realizada no mesmo dia e local do terceiro grupo, porém em

horários diferentes e contou com a presença de Preta e uma integrante da equipe de pesquisa, possuindo a duração de 74 minutos.

Os encontros e a entrevista geraram ambientes de compartilhamento de vivências e possibilidades de estratégias de enfrentamento a adversidades e partiram do questionamento de como foi o processo de escrita e como entendiam esse processo de ser mulher negra. Os dados colhidos através destes instrumentos foram utilizados como informações que dialogaram com os diários produzidos.

2.4 Organização e tratamento dos dados

Após os procedimentos adotados para a produção dos dados – escrita dos diários, grupos focais -, a organização dos mesmos aconteceu da seguinte maneira:

- Leitura flutuante dos diários
- Releitura e fichamento por páginas das temáticas trazidas nos diários
- Projeção das temáticas em uma planilha, segundo cada participante
- Transcrição dos grupos focais e entrevista
- Leitura flutuante das transcrições
- Releitura das transcrições e ajustes complementares das temáticas já elaboradas a partir dos conteúdos dos diários
- Rearranjo das temáticas e categorias
- Elaboração das hipóteses (método de contrastação, segundo a Grounded Theory)
- Produção de organogramas, planilhas, formulários e outros apontamentos para aprofundamento das categorias de análise.
- Elaboração da hipótese integradora através da comparação e contraste de cada hipótese construída por participante

2.5 Aspectos Éticos

Foi respeitado, sobretudo, a autorização e o interesse das participantes, dispostas a realização da pesquisa, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termo de assentimento com a participante menor de idade. Foram observados e considerados o compromisso com a análise dos benefícios e riscos em relação à pesquisa, bem como o respeito ao anonimato, a privacidade individual e o fornecimento de auxílio, caso houvesse

necessidade, e as demais proposições citadas conforme as Resoluções de nº. 466 de 2012 e nº. 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde.

2.6 Local

O estudo considerou como área de abrangência a cidade de Manaus, capital do Amazonas, e não restringiu a participação por zona/bairro de moradia das participantes. Aspectos referentes à realização de uma pesquisa sobre mulheres negras e contexto/territorialidade abordados no capítulo II deste trabalho, serão também retomados no capítulo referente à análise dos resultados. A etapa de coleta de dados ocorreu nas dependências da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, localizada na avenida General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 1200 – Coroado I, Manaus – Am, 69067-005, mais precisamente no Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário – LABINS, e na residência das integrantes, de acordo com a disponibilidade e o meio mais confortável para elas.

3. CAPÍTULO III - RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Encontrando as mulheres negras participantes da pesquisa

A imersão no campo de pesquisa foi surpreendente e assustadora por diversas razões. Primeiro porque não se tratava de uma etapa singular da pesquisa, onde eu pesquisadora partiria para o campo, colheria as informações e seguiria as outras etapas do estudo, tudo num formato objetivo e acabado. O campo já estava acontecendo antes mesmo do meu contato com as participantes: era ativo e enérgico. Além disso, a maioria das mulheres negras participantes faziam parte dos espaços em que eu transitava, como a universidade, os movimentos sociais, os espaços de lazer e as mídias virtuais, não se tratando pois de um encontro, mas de reencontros. Confesso que me peguei várias vezes desesperada no contato com fenômenos que entendia como “problemas”, e que ao levar para discussão com a equipe de pesquisa era possível percebê-los como problemáticas, carregadas de informações significativas para o estudo.

Com cada uma delas o processo de convite, explicação, entrega e recebimento dos diários e por fim o grupo focal foi realizado de forma dinâmica, tendo em vista suas disponibilidades e também da pessoa responsável da equipe de pesquisa. Apresento, dessa maneira, as mulheres negras que fazem parte do estudo: Neusa Souza, Maria Filipa, Virgínia Bicudo, Ana, Flor, Marielle Franco, Preta, Elza Soares, Alexandrina, Diná e Dandara. Cabe acrescentar que em função do sigilo absoluto, os nomes citados são fictícios e foram escolhidos alguns por elas e outros por mim sendo alguns nomes alusivos a mulheres negras importantes no cenário brasileiro. Além delas, cabe apresentar também as mulheres negras integrantes do grupo de pesquisa compostas por Cláudia Regina Brandão Sampaio, Alice Thayna Rocha Soares e Brenda Isabelly dos Santos Lopes que fizeram parte de cada momento desde a elaboração a discussão e reflexão das categorias de análise.

Dentro do processo de indicação, três delas, a saber, Elza Soares, Diná e Ana, foram indicadas e contatadas pela equipe de pesquisa. As oito restantes - Neusa, Preta, Flor, Dandara, Maria Filipa, Alexandrina, Virginia Bicudo e Marielle -, foram indicadas pelos coletivos onde eu realizei o primeiro contato e a entrega dos diários.

Em função da dinâmica dos reencontros e desencontros ocorrido com as participantes, acredito ser necessário descrever como aconteceu esse processo. Começarei com a família composta por Neusa, Flor e Dandara. Neusa Souza, 60 anos, Flor de 34 anos

e Dandara de 17 anos são mulheres negras quilombolas do Barranco de São Benedito, 2º quilombo urbano do Brasil certificado pela Fundação Cultural Palmares em 24 de setembro de 2014.

Meu contato com elas de fato iniciou-se a partir da pesquisa, e embora eu já frequentasse a associação das crioulas de São Benedito e o pagode do quilombo que estão localizados na comunidade, nunca tivemos a oportunidade de nos conhecer.

Numa dessas visitas ao quilombo, observava de longe a banquinha de Dona Neusa e de imediato lembrava de minha avó materna Haidee, também mulher negra, que para sustentar os quatro filhos colocava uma mesa em frente da sua casa e vendia tacacá e salgados de macaxeira com aluá de abacaxi. O registro de apenas observar a atividade laboral de Neusa fez com que eu me recordasse de minha avó como também articulasse essa atividade enquanto um fenômeno histórico compartilhado e atualizado por muitas mulheres negras.

Através da indicação feita por integrantes da associação das crioulas entrei em contato com a Flor, filha de Neusa, que falou do seu interesse e também da possibilidade de sua filha Dandara. Marcamos um dia e com todas presentes realizei a explicação da pesquisa, entreguei os cadernos e recolhi as assinaturas do TCLE. Após três semanas, retornei a família e recebi os cadernos, onde cada uma falou que não tinha escrito muita coisa em função de suas jornadas de trabalho em suas profissões/ocupações como também de seus afazeres domésticos, fato que também pode servir para questionar a propriedade da escolha do diário como instrumento adequado.

O segundo grupo familiar participante foi o de Maria Filipa, de 57 anos, e de Alexandrina, 25 anos. Meu contato com elas aconteceu de maneira diferente, primeiro conheci Maria Filipa quando estava participando de uma atividade social no Coletivo Difusão, sua alegria e força me encantaram de imediato. Através de sua postura com sorriso largo e voz ressoante ela sentou ao meu lado e me contou sobre sua vida, sobre os dissabores e os bons frutos de viver. Contou que adorava escrever sobre si e foi nesse momento que falei sobre a minha pesquisa. Ela de imediato aceitou com entusiasmo e falou que sua filha também poderia participar e que poderíamos trocar contato e marcar um encontro para tirar dúvidas.

Através da mediação de Maria Filipa, realizei meu contato com Alexandrina, onde marcamos nosso encontro no evento do grupo Todas São Manas, realizado e executado por mulheres do cenário do hip hop em Manaus. Falei da pesquisa e de sua importante participação, e ela concordou entusiasmada recebendo o diário.

Após os trâmites de explicação e assinatura do TCLE, marcamos a entrega dos diários. Com Alexandrina recebi durante sua aula de música, ela me entregou explicando que não escreveu tanto quanto gostaria, mas que estava muito feliz de ter participado da pesquisa e o quanto era necessário o que eu estava fazendo. Com Maria Filipa foi realizado em outro dia no centro da cidade. Não era apenas uma entrega de diário, estava ciente de que ela estava me confiando uma parte de sua história. Pegou o diário da bolsa e folheava cada página contando um pouco daquilo que tinha lhe motivado a escrever, ficamos sentadas na parada de ônibus conversando sobre o que havia escrito em torno de 20 minutos. Após recebido os diários marcamos um dia para o grupo focal, que apesar das limitações de horário conseguimos garantir a presença de ambas.

O terceiro grupo familiar composto por Virginia Bicudo, 52 anos, e Marielle Franco, 31 anos, foi contatado através de indicação de uma amiga. Entrei em contato com Virginia expliquei brevemente sobre a pesquisa e da importância de sua participação. Em função de sua agenda ser bastante ocupada, marcamos no seu local de trabalho.

Entre em sua sala e falei das motivações que me levaram a pesquisar sobre mulheres negras e do desejo de conhecer e aprender mais sobre nós. Ela de início pareceu receosa, mas confirmou participação e também comentou que sua mãe e filha poderiam contribuir. Com relação a Marielle, sua filha, meu contato se limitou apenas na mediação de Virginia e das informações contidas no diário. Depois dos trâmites de assinatura do TCLE e entrega dos diários, fiz a leitura de seus registros. Embora o grupo familiar de Virginia não tenha participado do grupo focal, compartilhamos de algumas narrativas quando fui à sua casa entregar os diários.

O quarto grupo familiar participante é composto por Ana, 57 anos, e Elza Soares, de 28 anos, as quais foram indicadas pela equipe de pesquisa. Os trâmites de contato inicial, entrega dos diários e assinatura do TCLE ficaram a cargo da equipe. Pude conhecê-las de fato no dia que marcamos o grupo focal, onde estavam presentes três integrantes do grupo de pesquisa, Diná, Ana e Elza, totalizando 6 mulheres. Conheci um pouco da história delas e me senti privilegiada em poder ouvi-las e compartilhar aquele espaço de narrativas tão potentes.

Meu contato com Diná, 22 anos, se iniciou através do estudo com a indicação feita pelo grupo de pesquisa. Embora não tivesse contato com ela antes, já tinha notado sua presença nos corredores da faculdade, e isso aconteceu em virtude de minhas leituras sobre relações raciais que permitiu uma postura de sempre observar nos espaços de privilégios que

acesso a presença ou não de pessoas negras nesses lugares. Quando pude ler sobre sua história e conversar com ela a respeito, acredito que nós duas saímos mais leves e transformadas nesse compartilhar.

Por fim, apresento Preta, de 29 anos. Meu contato com ela aconteceu no período da graduação onde a mesma realizou estágio em docência ministrando algumas aulas em minha turma. Sua visão ética e crítica na profissão tornaram-se referências em minha trajetória profissional, e mesmo estando eu ainda alheia sobre os discursos raciais àquela época sua presença surtiu efeito de representatividade.

Quando buscava as possíveis participantes para a pesquisa, seu nome de imediato foi indicado e discutido pela equipe. Porém em função do primeiro critério de inclusão era necessário perguntar se ela se reconhecia como mulher negra. Entrei em contato e começamos a conversar sobre os processos identitários e da identidade étnico-racial na geração de sua família, onde ela afirmou se reconhecer como mulher negra e declarou seu interesse em participar da pesquisa. Logo em seguida marcamos um dia para a entrega do diário e assinatura do TCLE.

É importante afirmar que durante o levantamento das possíveis participantes no qual gerou uma rede de referências, não houveram recusas por parte das mulheres. As limitações iniciais encontradas concentraram-se nos critérios de inclusão que posteriormente foram discutidos pela equipe, conforme explicitado no capítulo referente ao percurso metodológico, de modo a compreendermos se os mesmos traziam em si elementos que dialogavam com as discussões teóricas sobre identidade étnico-racial. Após redefinição dos mesmos, foi possível chegar ao quantitativo final de onze mulheres negras.

O quadro abaixo mostra a caracterização das participantes através dos dados sociodemográficos que foram colhidos durante o estudo e também o quadro da caracterização das integrantes da equipe de pesquisa.

Quadro 2 - Dados sociodemográficos das mulheres negras participantes do estudo

Participantes	Idade	Escolaridade	Ocupação/ Profissão	Status Civil/ Relacionament o	Filhos	Origem
Neusa Souza	60	Ensino Médio Completo	Autônoma	Casada	6	AM

Maria Filipa	57	Superior Completo	Autônoma e Assistente Social	Divorciada	02	BA
Virgínia Bicudo	52	Pós-Graduada	Psicóloga	Casada	04	SP
Ana	57	Superior Completo	Professora	Divorciada	01	AM
Flor	34	Superior Completo	Professora	Casada	01	AM
Marielle	31	Superior Completo	Autônoma	União estável	02	AM
Preta	29	Superior Completo	Psicóloga	Casada	01	AM
Elsa Soares	28	Superior Completo	Professora	Não informado	01	RJ
Alexandrina	25	Superior Completo	Engenheira	Namorando	0	RJ
Diná	22	Superior Incompleto	Estagiária	União estável	1	AM
Dandara	17	Ensino Médio Completo	Estudante	Solteira	Encontrava-se grávida do primeiro filho durante a pesquisa	AM

Fonte: Produzido pela autora

Quadro 3 - Dados sociodemográficos das mulheres negras da equipe de pesquisa

Equipe de Pesquisa	Idade	Escolaridade	Ocupação/Profissão	Status Civil/Relacionament o	Filhos	Origem
Andreza Costa	26	Mestranda	Psicóloga e Pesquisadora	Solteira	0	AM
Cláudia Sampaio	47	Doutorado	Docente e Pesquisadora	Divorciada	2	AM

Camila Soares	22	Superior Cursando	Discente de Psicologia	Casada	Encontrava-se grávida do primeiro filho durante a pesquisa	AM
Brenda Lopes	25	Superior Cursando	Discente de Psicologia	Namorando	0	AM

Fonte: Produzido pela autora.

3.2 DIÁRIOS – Acessando os Retalhos Selecionados

As narrativas da população negra possuem uma herança histórica onde as práticas e costumes são passados e ensinados pela oralidade. Todavia os registros escritos também estão presentes nessa trajetória, como aponta Paiva (2012) nos testamentos deixados pelas mulheres negras na colonial, escravista e mestiça capitania de Minas Gerais, ou nas obras de Carolina Maria de Jesus (1986; 1994) que trazem a narrativa do seu cotidiano e revelam que a escrita também é um espaço de fala, expressão e reflexão.

Na presente pesquisa, tal como entendido no processo dialético (LIMA e CIAMPA, 2012), as histórias individuais, singulares acessadas nos diários, estavam também imbricadas pelas questões sociais, pelo universal. Seguindo os objetivos propostos, eu buscava atentar para os resgates históricos, pelas críticas ao senso comum sobre a condição de ser mulher negra, como também capturar os relatos de potência e estratégias de superação.

As formas como as mulheres iniciaram seus diários foram bastante significativas. Tal como o personagem ‘Severino’, resgatado da obra de João Cabral de Melo Neto no livro “A estória de Severino e a história de Severina”, de Ciampa (2005), as mulheres traziam não apenas sua identidade, como se viam, mas o lugar que ocupavam nas relações com os outros:

Sempre me vi como negra. Disso nunca tive dúvidas, mas não entendia a relação da sociedade comigo. Algumas coisas me incomodavam mas era normal, né (!) Agir como racistas é o normal da sociedade. (Abertura do Diário de Alexandrina)

Eu me chamo Neusa Souza. Bom, o que vou contar é que quando criança e adolescente sofri muito preconceito, tinha pessoas que não deixavam os filhos brincar comigo por causa da minha cor, falavam que a minha cor ia pegar nos filhos. (Abertura do Diário de Neusa Souza)

É possível observar que a apresentação de Alexandrina e Neusa já iniciam com a afirmação de serem mulheres negras. Contudo, essa afirmação vem seguida de observações que revelam que esta identidade, tão logo é afirmada, na mesma medida é apresentada inserida no contexto das relações sociais atravessadas pelo sofrimento - “*algumas coisas me incomodavam*” e “*quando criança e adolescente, sofri muito preconceito*”. Concomitante, já é evidente a dúvida que permeia o processo identitário, não sobre ser ou não ser negra, mas na complexidade que envolve os mecanismos sociais que demarcam este lugar como negativo. Alexandrina, além de expressar que não compreendia o que lhe ocorria na relação com o social, apresenta a ‘normalização’ que em geral é imposta aos dispositivos racistas, tornando invisíveis ou confusas suas práticas violentas: “*era normal, né (!?)*”. Interessante pensar que mesmo em uma escrita de diário, Alexandrina emite uma pergunta a quem lerá seu diário, como se a dúvida – se tal tratamento era normal -, fosse persistente ao longo de sua vida e da vida das mulheres negras. Mas, simultaneamente, coloca em xeque a própria pergunta, acrescentando uma exclamação (!) após a interrogação (?). Por fim, ainda no trecho de abertura do Diário, Alexandrina faz uma afirmação crítica: “*Agir como racistas é o normal da sociedade.*”

Século XXI, ainda há pessoas que dizem sobre a existência de pessoas racista no mundo e em nosso país totalmente miscigenado (Abertura do Diário de Marielle Franco)

A construção da minha identidade enquanto mulher negra inicia no meu nascimento[...] Quando nasci era visivelmente uma bebê negra, o que para minha família era um fato bem diferente, pois era a bebê mais escura que eles recebiam na família [...] ao nascer uma bebê escura, recebi o apelido de “Preta”. Assim fui crescendo, sendo chamada de Preta e aprendi que esse era o meu nome, a minha identificação. (Abertura do diário de Preta).

Olá, me chamo Dandara, tenho 17 anos e tenho orgulho em ser e auto me declarar uma mulher negra, porque apesar de não ter a pele tão escura, venho de uma descendência de pessoa de pele escura, traços marcantes, “cabelo ruim” e que possuem uma linda e emocionante história de vida, que ultrapassam o racismo, várias humilhações e preconceitos para ter o reconhecimento que tem hoje, e tudo isso com garra força e coragem (Abertura do Diário de Dandara)

Elza Soares, 28 anos, um pouco sobre mim. Eu tenho traços da raça negra, cabelo afro, corpo, quadril, lábios, porém sou muito mais clara que minha mãe. Porque falar isso? Porque acredito que isso já fez grande diferença em muitas situações (Abertura do Diário de Elza Soares)

Nos relatos acima é possível articular com o que Souza (1983) afirma sobre a tríade das relações raciais no Brasil, apontando a democracia racial, a miscigenação e o contínuo de cor como fenômenos dessa identidade. No diário de Marielle ela inicia a escrita com uma

afirmação com tom de surpresa, ao constatar a existência do racismo em um país miscigenado, discurso que foi reproduzido e associado a uma ideia de democracia racial, de igualdade e harmonia entre as raças. Ademais, a miscigenação, já colocado como fenômeno violento, interfere nas discussões raciais, em seus desdobramentos, como também no processo de reconhecimento dos sujeitos.

Por outro lado, Preta, Dandara e Elza Soares evidenciam seus traços étnicos como marcadores dessa identidade, enfatizando a pigmentação da cor de pele nas formas de tratamento. Preta é diferenciada do restante dos familiares através de um apelido que a define, sendo carregado de sentido negativo. Dandara e Elza, por seu turno, enfatizam uma pigmentação de pele mais clara, mas que independente disso, mantiveram vivências de racismo frente às outras características.

[...] pra mim a mulher negra é muito forte, (eu não sou forte) e assim é uma expressão muito intensa e eu sou meio apagadinha, por isso que eu não me identifico muito eu me identifico mais como uma mistura de negra com indígena, mas eu sou essa mistura que o brasil tem né, mas de certa forma me identifico como negra, como mulher negra, de descendente indígena, mestiça. (Diná, GF 1)
Odeio ser tão idiota, tão fora de contexto, de me sentir sempre não pertencente aos lugares, de não me sentir acolhida de ser carente de tudo e de todos. Tô cansada de lutar há tanto tempo sozinha[...] Minha ausência não é sentida, minha presença não é percebida, e quando é sinto, percebo os olhares de incômodo. Só queria ser acolhida, só queria ser desejada, queria ser plena. (Diário de Diná)

Em trechos da história de Diná é possível perceber a vivência de um sentimento de não-lugar, que remete a solidão e de não pertencimento e conseqüentemente um adoecimento. Sua narrativa mostra conflitos na identidade étnico racial, pairando sobre o projeto de mulata e de mestiça, acarretando em questionamento sobre o seu lugar nos espaços. A ausência da discussão racial influencia no seu processo de reconhecimento e de conscientização das condições associadas em ser mulher negra.

Ainda na faculdade consegui um estágio numa grande instituição de ensino, na qual passei em todas as fases para atuar como estagiária, mas eis que surge o empecilho, o rastafári, para eu ser contratada teria que tirar o rastafári, pois a escola não permitiria, a pergunta era: Qual o problema? Preconceito? Por que o rastafári é uma técnica que negros usam? Senti sim um grande preconceito, pois o que iria influenciar eu usar, como questioneei, desistiram da contratação e vieram com a desculpa de que eu iria aguardar em casa para esperar ser chamada para assinar o contrato e até hoje nada rsrsrs (Diário de Flor).

No diário de Flor a questão das características raciais é evidenciada, em especial quando os cabelos são apontados como limitadores na busca de emprego. Em função do

racismo institucionalizado, “*para eu ser contratada teria que tirar o rastafari*”, compreendendo os mecanismos da ‘boa aparência’ solicitada nos anúncios de emprego.

As pessoas que de forma velada distinguiram o modo de me referir, ainda não era por mim percebido, mas as qualificações que eu recebia de modo em que me tratavam como: “macaquinha”, “cabelo de Bombril”, “resto de asfalto”, “boneca de piche” entre outros, estes estigmas, foram me aprisionando dentro de mim mesma. Eu me perguntava: “Por quê?”, e ao olhar no espelho, via uma linda menina, com um sorriso lindo e que aos poucos foi se apagando [...] Minha luta era silenciosa mas comecei a trazer nas roupas, nos penteados, na maquiagem e nos adereços meu grito de liberdade e fui buscar meu espaço (Diário de Virgínia Bicudo).

Nos trechos de Virgínia é possível perceber relações de tratamento bem demarcadas quanto aos seus fenótipos, e que os apelidos e xingamentos lhe aprisionavam no lugar apontado pelos outros. Associa também um apagamento na infância frente ao aprisionamento dos estigmas, sendo transformado na fase adulta através de estratégias no modo de se vestir, de se maquiar na busca de sua liberdade.

A leitura dos diários era uma porta que abria momentos de choro e sorrisos, sentimentos genuínos que emergiam sem pedir licença quando via refletida nas escritas de outras mulheres, histórias que eram delas, mas eram também de muitas outras mulheres e de uma parte de mim. O mesmo ocorreu com as diferenças, porque não se tratava de uma história homogênea do ser negra, se tratava das histórias de Neusa Souza, Maria Filipa, Virgínia Bicudo, Ana, Flor, Marielle Franco, Elza Soares, Preta, Alexandrina, Diná e Dandara.

A maneira como cada uma empreendeu estratégias de superação e enfrentamento, as narrativas tão vivas e potentes de suas singularidades e coletividades no cotidiano e as denúncias sociais estavam presentes nos diários. A autoestima foi tema que configurou nos diários com várias histórias:

Durante muito tempo minha autoestima foi baixíssima. Sempre fui a amiga legal da galera, mas bonita ‘jamé’⁷. Tive um namoro que durou 7 anos. Esse ex fazia questão de me lembrar como eu era feia. Para mim, era só uma confirmação (Alexandrina).

Suas histórias se colocavam como escrevivências assim como afirma Conceição Evaristo (2008) evidenciando a escrevivência como a escrita de um corpo, de uma vivência negra no Brasil, narrativas que antes desconsideradas. E também inspirada por Carolina Maria de Jesus (1986; 1994) que em suas obras, respectivamente, “Diário de Bitita” e o

⁷ Adaptação escrita da pronúncia da palavra ‘*jamais*’, do francês, que significa jamais, nunca.

“Quarto de despejo: diário de uma favelada”, só fortaleciam cada vez mais a potência e urgência das escritas vividas de mulheres negras brasileiras. Soares e Machado (2017) acrescentam que:

Em tempos de intolerância e de profundos retrocessos quanto ao acesso a direitos fundamentais, as escrevivências despontam como uma metodologia e uma ética de pesquisa que aposta na escrita como forma de resistência. Abordar as vidas de mulheres negras, não como objeto passivo da pesquisa, mas como potência artística, inventiva, por meio da escrita literária, é um modo de evidenciá-las (mo-nos) como protagonistas de suas(nossas) próprias histórias. (SOARES; MACHADO, 2017, p. 217)

É possível que outras leituras interpretativas sejam feitas dos relatos, sobretudo quando as localizações sociais estiverem colocadas. É possível também que muitos nuances tenham sido imperceptíveis ao meu olhar, ainda que atentos às escritas, ou que ainda questionem sobre as escolhas das histórias apresentadas pelas participantes, ainda sim cabe enfatizar a produção significativa no que tange a minha implicação subjetiva nesse narrar e das histórias complexas e dinâmicas das mulheres negras aqui estudadas.

Então, as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência. (EVARISTO, 2011, introdução, não paginado)

Dessa maneira, além dos registros trazidos pelas participantes, a trajetória da escrita dessa dissertação se revela também como uma escrevivência. Uma escrevivência de uma pesquisadora negra na Amazônia que resistiu, postergou, isolou-se, adoeceu, chorou, sorriu, compartilhou conquistas e agora está em processo de cura dos desdobramentos dessa escrita.

3.3 A Gira das Mulheres Negras - Tecendo juntas os retalhos, memórias e histórias.

O segundo momento com as participantes foi durante o grupo focal, que chamarei aqui de Gira, conceito apreendido a partir de minha vivência dentro do movimento de mulheres negras⁸. Esse momento foi mais íntimo, no sentido de nos conhecer, nos aproximar

⁸ Participação nos Encontros Estadual e Regional da Rede Fulanas NAB, realizado em Manaus e Belém no ano de 2017, onde as apresentações eram realizadas através de Giras, numa grande roda onde as experiências eram

e de dividir experiências. Diferente dos diários, eu ouvia suas histórias através de suas próprias narrações, carregadas de entonação, respiração, voz embargada e de sorrisos largos nas palavras, ou seja, de sentido próprio que nas minhas leituras não era possível apreender. Mesmo junto à participante que não esteve nas giras, mas na entrevista, o encontro com outra mulher negra ocorreu.

As tentativas frustradas para realizar as giras com todas as participantes (todas demonstraram interesse) mostrou-se como questão importante. Mesmo face a muitas tentativas através de acordos e negociações de horário e local de encontro para ser realizado, as participantes e integrantes apresentaram limitações de horário. Isso me fez repensar e problematizar o tempo disponível para as mulheres negras e suas demandas, o que nos atravessa enquanto prioridades no cotidiano. Dandara, em seu diário, traz uma escrita que se conecta ao conteúdo das giras acerca da falta de tempo ou dificuldade de realizar suas atividades, falando sobre “o que é ser preta”: *ralar o triplo para conseguir o que quer*.

Fora as justificativas de disponibilidade de horário trazidas por elas, ousou acrescentar também que esses motivos possam estar atravessados pela internalização da ideia estereotipada de que são fortes e que não precisam de cuidados, ou até mesmo do desinteresse ou receio em falar sobre suas experiências com medo de que essas verbalizações possam impactar negativamente em suas vidas. Essas problematizações são importantes para demonstrar os efeitos psicossociais do racismo e sexismo presentes em suas histórias.

Quando Andreza me convidou para esta experiência, de imediato me vieram algumas situações em mente, que estavam adormecidas, e que talvez, eu não quisesse lembrá-las. Assim seria mais fácil, não aceitar participar do projeto. No entanto, refleti sobre a possibilidade de estar ajudando em outras vivências, de outras mulheres de outras famílias. (Diário de Virgínia Bicudo)

Após firmado os horários e locais de encontro, as giras foram realizadas em quatro momentos com participantes diferentes. Assim como apresentando de início, a proposta era que todas presentes pudessem compartilhar sobre suas vivências, sobre a experiência na escrita dos diários e suas formas de enfrentamento. No compartilhar das experiências, as giras puderam mobilizar sentimentos, conflitos e tensões dentro do grupo além de possibilitar a construção de ações interventivas a partir das histórias de vidas ali relatadas.

[...]é pra abaixar o volume, aí então esse negócio de cabelo, hoje então ainda isso é forte, minha vó, então desde que eu vim pra cá até hoje ela fala, mas vai comesse

compartilhadas e ninguém ficava de costas uma para outra, permitindo assim os olhos fitarem cada uma e as informações circularem.

cabelo? ‘só ta tendo esse mesmo’, mas vai com esse cabelo? Risos, ela fica possessa, depois que eu soltei, porque eu usava com faixa às vezes ela ficava, mas aí agora tem a outra neta, o da outra neta é mais parecido com o da mamãe, não é nem cacheado, o dela fica black mesmo, gigante, aí eu falo gente até o cabelo é resistência é.. o povo por exemplo ta num bar vendo um jogo “ai esse cabelo aí na frente. Não sei o que mais”. Mas eu nunca passei por situações gravíssimas, nem tão gravíssimas, por exemplo quando eu era pequena uma vez a gente na pracinha e uma pessoa perguntou se a mãe era babá (Elza Soares GF1)

[...] agora há diversas maneiras de encarar, por exemplo acho que no meu caso eu tinha uma orientação também e não me senti ofendida, porque você tem que analisar também a questão cultural da outra pessoa, acho também que o racismo ele é cultural, aquela pessoa ela vem de uma origem, onde entendia-se que a pessoa negra ali com uma menina branca tinha que ser a babá, pelo contrário eu fiz amizade, orientei as vezes até pediam pra trabalhar mas eu nunca tive babá, mas tem que ter essa outra visão também não tomar pra si uma coisa que é cultural né, eu não sei se foi orientação do meu pai, que ele sempre nos orientou a não nos sentirmos inferiores, porque o papai veio de uma família sem condições, as irmãs colaboraram para que ele fosse o único da família, gravem que isso eu não escrevi – para que esse único filho homem chegasse a faculdade na Bahia, o papai veio pra cá pra abrir a estrada da ponta negra ele veio como engenheiro, a mamãe durante o casamento formou-se em economia, nós tivemos uma educação inclusive famílias juntas eu e Claudia onde éramos protegidos por essa função social e o racismo não aparecia mas é claro, era abafado, claro que deveria existir, na adolescência eu vim ver, assim como eu tinha melhor amiga judia, havia um preconceito com certeza ela tinha com uma amiga negra, ouvi relato que a mãe dela me contou que quando ela foi estudar fora botou a nossa foto, a senhora lá na suíça ‘olha a melhor amiga dela é negra’, quer dizer pra ela não tinha nada disso, não teve essa situação, mas o que eu quero dizer é o racismo também tem haver com poder aquisitivo (Ana, GF1)

No diálogo feito por Ana e Elza Soares, mãe e filha, é apresentado como a questão da classe social influencia nas vivências com o racismo. Embora situadas em posições econômicas privilegiadas, com acesso a ferramentas de ascensão social, o racismo acontecia. Compreendendo as categorias de raça, sexismo e de classe social como dimensões que se interseccionam, o poder econômico, neste caso, age de maneira a amenizada, cordial, velando as atitudes racistas.

- Diná: na minha família nunca teve essa identidade mesmo e também ninguém é branco inclusive minha tia (vozes) por parte de pai é a única que a gente reconhece como negra, mas meus outros tios são mais clarinhos.

- Elza Soares: não é tão negro assim né?

- Diná: é.

(Diná e Elza Soares, GF1)

No diálogo realizado entre Diná e Elza, as mesmas levantam a discussão sobre o reconhecimento do ser negro, sobre colorismo e o quanto na família isso não é discutido, sobretudo em famílias onde os integrantes não brancos possuem a cor de pele negra mais

clara, denotando assim a influência da miscigenação nesses processos de reconhecimento identitário.

As giras atuaram como um processo de solidariedade, empoderamento, de escuta, de reconhecimento, estranhamento e pertencimento. O ambiente de compartilhamento evidenciava a disponibilidade afetiva, o entusiasmo e a ansiedade de falar e de estar ali. Essa ânsia de falar e ser escutada, de ter a sua história contada e reconhecida entre pares, foi bastante proeminente. Isso revelou, por um lado, a ausência de espaços não só físicos mas simbólicos para falar sobre nós e de refletir e ressignificar nossas existências. Nesse ponto, acredito que a psicologia possa contribuir na construção de ambientes favoráveis através de uma escuta qualificada e ética-política.

Mas assim depois que...(inaudível) depois que eu entrei na faculdade que eu conheci outras pessoas a gente acaba vendo que existe sim preconceito, só que você estava numa forma de armadura né... eu tava vendo que não foi só lá na tua infância, na tua escola que tu viveu isso, tu vive isso no dia a dia, só que cabe a gente discernir né: é ser ignorante que nem eles ou ser sábio e passar por cima de tudo isso com inteligência, como sendo... maior que eles na ignorância (Flor, GF2)

mas que hoje eu acho que não sei como a tua mãe ver não sei se tua mãe é negra ou não é mas eu acho que na nossa geração foi era bem diferente o preconceito. Eu acho que hoje tá muito complicado para mulher negra sim, por isso que a gente tem que se empoderar tem que se unir, nós fazemos parte de dois ou três coletivos é tanto coletivo que a gente tem e a gente tem feito algumas ações de próprias amigas nossas que não se veem como negra, porque existe tem tantos tons de pele né? Aí ó vocês têm aqui, tem... somos quatro praticamente tão diferentes e aquilo que você falou a pessoa não se identifica ela sendo negra, não se identifica. Isso é uma questão muito complicada né? (Maria Filipa, GF3)

então quando eu digo em alguns lugares por exemplo no meu trabalho que é um lugar pouquíssimo ocupado por pessoa negra que eu digo que sou negra, que existe na minha vida uma pauta em relação a essa questão da raça e etnia e as pessoas me contradizem “ não, tu não é negra, tu é morena ou não sei o que ou qualquer coisa. Então eu achei muito legal quando tu perguntaste né? “tu se considera o que? “Negra? Ameríndia, sei lá.(Preta, GF4)

As trocas no grupo de pesquisa, também composto por mulheres negras, foram significativas no que tange as discussões sobre os conteúdos trazidos nas giras, sobretudo, porque envolviam nossas perspectivas localizadas socialmente impactando diretamente nos nossos modos de ver e ressignificar nossas experiências, também criando um espaço de compartilhamento e de reflexão.

- Brenda: É bem o que ela falou mesmo dos espaços bem demarcados eu comparando com os diários assim eu ri muito a similaridade entre a suas experiências das experiências que foram relatadas lá e eu achei interessante que tu

falou assim parece um processo esvaziado e eu não entendo como é que tu consegue entender não é esvaziado.

- Preta: Verdade pareceu meio fútil assim, meu Deus como é que eu fui construir a minha identidade a partir de uma coisa física poderia deveria ser uma coisa mais profunda (risos) mas é besteira eu sei que é besteira.

- Brenda: É conceitual, não, é porque assim, essa aí é a parte que eu estou mais focada né nos processos de potencialização e potencializou, isso deu o start da tua identidade entendeu?

- Preta: É é verdade

- Brenda: Caralho isso não é esvaziado é cheio!

- Preta: Muito cheio, né?

- Brenda: até o bico! (GF4)

- Cláudia: e vocês estão falando quando vocês se identificaram e por exemplo te ouvindo porque eu também sou bem miscigenada, eu tenho desde o tronco africano minha bisavó era africana meu avô negro do Maranhão a mãe dele não só era africana como era escrava, meu avô é filho de uma escrava ele já nasceu na lei do ventre livre se for pegar assim as datas ele é do século 19..

- Ana: Tudo é verdade né?

- Cláudia: é...

- Ana: uma vez o [irmão da Cláudia] falou, todo mundo riu.

(vozes cruzadas)

- Cláudia: ...e a minha bisavó por ser africana foi dado um nome a ela que não era o nome dela e até já gravei como minha mãe já tem 89 anos a gente tem medo que se perca esses registros né, Filomena e o dono da minha bisavó chamava Viriato e era um português dono de terras enfim lá no maranhão e ela era escrava desse português e como acontecia, a Andreza fala muito da história da miscigenação no brasil seja com indígena seja com negro se deu muito pelas formas violentas né não era assim as escravas que se apaixonavam pelo senhor e não era assim, então a minha bisavó servindo na casa do dono dela ela engravidou dele e aí veio meu avô e essa é a história então eu tenho tanto o tronco português direto quanto o troco africano direto na minha família, mas certamente pelo lado do meu pai eu tenho o tronco indígena. Meu pai tinha o cabelo bem lisinho, eu tenho muito essa mistura aí como a Diná a gente não sabe bem porque é mistura (...), assim na minha certidão de nascimento é parda

- Andreza: na minha também (risadas)

- Cláudia: ... e a gente todas essas coisas inclusive eu não sabia o que era pardo e quando ia na papelaria comprava papel pardo

- Elza Soares: pardo

- Cláudia: ... e ele era amarelo e então eu acho que não tem nada a ver com a minha cor e pra pintar minha, no colégio, né? quando a gente ia pintar o lápis cor de pele era um pincel rosa

- Ana: até hoje

- Cláudia: Até hoje, né?

- Ana: Mas agora tem uma escala

- Cláudia: ... é mais a cor de pele, mas cor de pele de quem né?, não é a minha pele, então teve o meu processo de identificação mas teve os outros que me identificavam então quero saber de vocês, apesar de cada uma ter uma história diferente de como chegou a dizer assim eu sou mulher negra ou parda mas trago em mim historia negro me identifico com ela como é que é com os outros porque ser amazonense tem horas que viram pra gente assim a tu é preta, tendo a cara indígena que seja, a gente, porque acho que assim qual é o lugar que colocam as mulheres negras independente da cor da pele, independente de quanto miscigenado somos qual o lugar que colocam essas mulheres quero saber se vocês já foram colocadas nesse lugar independente de se reconhecer ou não, mas eu não me reconheço, mas essa pessoa ta te tratando como acha que as mulheres negras devem ser, como a história da Ana no playground e isso é uma coisa que a gente ver nitidamente o lugar que estão atribuindo a mulher negra independente de você se reconhecer ou não né, eu tenho essa experiência por exemplo o Rafael obviamente

traz essa minha miscigenação do europeu, do negro e do índio mas eu percebo quando a gente sai com o pai dele junto os olhares será que ela é a empregada
 - Ana: como acontecia comigo e o [meu marido, pai da Elza Soares]
 (GF1)

Em linhas gerais, as giras fortaleceram as identidades das mulheres negras de gerações diferentes participantes e integrantes da equipe de pesquisa, através da coletividade feminina, empoderando umas às outras, demonstrando que não estamos sozinhas, que nossos passos vêm de longe (WERNECK, 2010) e que também podemos como afirma Angela Davis (2017) *Lifting as we climb*, nos erguer enquanto subimos.

- Camila: vou começar falando, em 2014 foi, estava tendo em dezembro estava tendo um congresso sobre, meu primeiro ano na faculdade, um congresso de psicologia jurídica criminal né, psicologia criminal e era o dia todo e um lugar perto para almoçar era o Manauara [Shopping Center local], estava com uma amiga no Manauara e terminei de comer e a gente levantou e na mesa do lado tinha uma mulher branca pedindo pra... e pediu quando levantei pediu pra retirar o prato dela, a bandeja dela de cima da mesa
 - Claudia: Gente!
 - Elza Soares: aí eu pego a bandeja e derrubo na pessoa [...] dá vontade, não dá?
 - Camila: Aí eu falei: “querida eu não trabalho aqui”.
 - Elza Soares: As pessoas usamfarda tudo isso, né, gente e a pessoa não se toca...
 - Camila: “Eu não trabalho aqui”
 - Diná: não, sem contar que é falta de educação não pegar sua própria bandeja e colocar lá...
 (vozes cruzadas)
 - Camila: e ela tentou questionar...
 - Elza Soares: quer mesmo uma pratada na cara? [...]
 - Ana: mas agora isso, outro dia aconteceu isso, mas o que você está procurando? Ah já dá até opinião pra pessoa, olha eu acho que fica melhor, é isso vai ficar legal em ti, olha aquela bolsa pra senhora vai ficar ótima, eu acho que isso também é temperamento, é tu viste naquele na Ponta Negra [Shopping Center local]?, Ixi, ela levou a bege, não com a cor do seu cabelo vai ficar melhor a bolsa preta, só não vou levar pra mim porque não gosto de bolsa pequena.
 (GF 1)

No diálogo acima realizado na primeira gira, foi possível apreender formas distintas de reação e enfrentamento frente a violência racial, como também na ressignificação dessas vivências e refletindo sobre outras posturas possíveis.

3.4 IDENTIDADES - A colcha de retalhos, tecendo as histórias

Neusa Souza, 60 anos: Hoje em dia as coisas mudaram, pois hoje sou respeitada.

Eu me chamo Neusa Souza. Bom, o que eu vou contar é que quando criança e adolescente sofri muito preconceito, tinham pessoas que não deixavam os filhos brincarem comigo por causa da minha cor e falavam que a minha cor ia pegar nos filhos (NEUSA SOUZA).

Através do diário e do grupo focal, Neusa trouxe registros significativos de sua vivência como mulher negra. Sua narrativa revela episódios de preconceito racial atribuídos por seus vizinhos quando era criança.

[...] tinham outros que quando me viam diziam “lá vem a nega, ela vai te pegar. Não é que tu vai pegar ele?” E eu falava, com a licença da palavra “vai pegar o que sua filha da puta?” (Diário de Neusa Souza)

Os sentidos colocados pelos vizinhos atribuíam a cor de pele de Neusa como uma doença que poderia “pegar” ou que ela poderia “pegar” as crianças, como se fosse um animal, monstro, o que fez que ela permanecesse longe de outras crianças. A identidade construída através de discursos racistas gerou impactos na maneira de lidar com as atualizações desse fenômeno. Insultos e xingamentos como “cuidado que a nega vai te pegar” e “onça preta” foram presentes durante sua infância e adolescência. Esses discursos racistas, segundo ela, modificaram-se na fase adulta, transformando-se em olhares de julgamento acerca de suas vestimentas, sua fala e seu comportamento utilizando assim das artimanhas do embranquecimento para lidar com a violência. Apesar das adversidades, atualmente sente-se amada e respeitada pelos amigos como também alimenta seu orgulho em ser mulher negra quilombola.

Como eu coloquei no diário, assim a discriminação que eu sofria era quando era adolescente mas eu nunca liguei pra isso sabe? nunca nunca liguei pra palavra que falavam nem...mas aí foi passando os tempos, mas graças a deus assim sempre tinha uma pessoa assim pra chegar até mim conversava eu sempre tive até hoje eu tenho minhas amizades do tempo de escola que por elas deus o livre se eu pudesse ta na casa delas passava semana, passava dias e dias eu passaria, mas só que eu não sou assim de tá em casa de colega essas coisas. Minhas amizades quando eu encontro assim deus o livre é uma festa que elas fazem sabe? aí tudo isso nada assim me atingiu não, podia falar o que falasse que eu não tava nem aí. Como até hoje eu...graças a Deus depois do reconhecimento me tornei assim na fase adulta, eu nunca liguei podia falar o que falava, mas assim nunca namorei pais [dos filhos] escuros só era bem branco sabe? aí eu sentia o despeito, elas eram despeitadas umas eram despeitadas, mas eu nunca liguei pra isso sabe? Até hoje graças a deus eu num ligo não. Mexiam mas hoje não mexem não. E de uma época pra cá pararam de ta mexendo e tal aí tudo bem sabe? (Neusa Souza)

Neusa revela, por um lado, que as violências deferidas à ela em nenhum momento lhe afetaram “*eu nunca liguei pra isso sabe?*”, no entanto por outro lado é perceptível a influência desses episódios em sua vida. Essas vivências são tão significativas e vivas em sua

memória, que ela resgata e seleciona episódios durante a infância e em outras etapas da vida para demarcar a construção de sua identidade. Através das memórias e histórias de Neusa, elaborei a hipótese abaixo acerca de seu processo identitário como mulher negra:

Vivência atravessada por práticas racistas que apresentam variações em momentos distintos: um onde os discursos racistas dirigidos na infância e adolescência (xingamentos devido a cor de pele, etc.) somam-se ao afastamento social entendido ‘como se carregasse uma doença ou fosse um animal/monstro’, acompanhados de raiva e agressividade; um outro, das vivências na terceira idade onde a percepção de sofrer racismo não é nítida, mas o dispositivo de aceitação social passa por apresentar-se de modo a impor respeito (cuidado no modo de falar, no trajar, etc.) e brandura, e dessa maneira é acolhida e respeitada pelos outros. Estes últimos aspectos remetem a possíveis efeitos psicossociais do racismo (compensação, branqueamento, docilidade)

Maria Filipa, 57 anos: Cresci nesse ambiente de diversidade

Aos 57 anos me renovo a cada dia! Nasci Maria Filipa e “alguns muitos” me chamam de rainha e ainda “alguns muitos” de Rainha Nagô o que muito me honra (MARIA FILIPA, 57 anos)

A abertura de seu diário exemplifica a relação de reconhecimento e de valor atrelada a ser mulher negra. A narrativa de Maria Filipa mostra uma base transgeracional que foi alimentada desde tenra idade através de suas avós, exemplo de mulheres fortes e batalhadoras, sua família interétnica que possibilitou viver com a diversidade e sua filha lhe aproximando de temáticas como o feminismo negro e de outras coletividades artísticas e políticas, onde emergem como marcadores significativos desse processo em ser mulher negra.

Sou uma criação de um casal interracial [...] Cresci nesse ambiente de diversidade, porém com respeito, sem racismo, sem preconceito (e nem poderia ser diferente), eu até acho que nem me sentia “negra”, apesar da minha mãe sempre me lembrar disso, eram tantas cores, lá ninguém me dizia que meu cabelo era duro, que eu era preta (Diário de Maria Filipa).

Já a Alexandrina [filha] ... essa Alexandrina me leva para vários universos, foi realmente ela que me mostrou que eu sou negra, linda (ñ que eu ñ soubesse, só potencializou a narrativa) que me eleva a já elevada autoestima (rsss), me fez empoderada, feminista, ativista, me descobri artista, me fez praticar a sororidade, me levou para a igreja, me tirou, nos levou para o judô, nos afastou

(temporariamente), me levou para os dois maracatus onde fazemos parte, sou porta estandarte, tenho reconhecimento, sou querida e quero as pessoas (Maria Filipa)

A religiosidade também é elemento que Maria Filipa levanta como potência na afirmação da identidade étnico-racial.

Sou alegre e dizem que tenho luz própria, sou macumbeira, pratico o candomblé, danço para os orixás e sou filha de Oxalá, esse Deus supremo, respeito, perdoo e não gosto de injustiça (Maria Filipa).

A esse respeito, Martín-Baró destaca que é preciso potencializar as virtudes populares para a busca da libertação sendo a religiosidade uma delas:

[...]a história contemporânea ratifica, dias após dia, sua insubornável solidariedade no sofrimento, sua capacidade de entrega e de sacrifício pelo bem coletivo, sua tremenda fé na capacidade humana de transformar o mundo, sua esperança em amanhã que violentamente continua a ser negado. Essas virtudes estão vivas nas tradições populares, na religiosidade popular, naquelas estruturas sociais que permitiram o povo salvadorenho sobreviver historicamente em condições de opressão e repressão inumanas e que permitem, hoje em dia, manter viva a fé em seu destino e a esperança em seu futuro, apesar de uma pavorosa guerra civil que já se prolonga por mais de seis anos (MARTÍN-BARÓ, 2011b, p.196)

A sua narrativa embora carregada de momentos bons/harmoniosos entre família e amigos, revela episódios de discriminação racial sofrido na infância pelos vizinhos e na fase adulta dentro de um transporte público. Remonta a essas lembranças com um olhar crítico.

Amo a vida...sim tenho medo de morrer kkk e deixar tudo! Que vivo de maravilhoso aqui, ainda que vivemos com sacrifícios, com problemas, com medos, com angústias, mas viver é tão bom [...] (MARIA FILIPA, 57 anos).

A seguir, a hipótese gerada a partir do diário de Maria Felipa. Sua história integra um contexto familiar extensivo a três segmentos geracionais.

Vivências harmoniosas proporcionadas no contexto familiar na infância e adolescência, e vivências oriundas de um contexto familiar crítico na vida adulta funcionam como suporte identitário positivo que permitem o desenvolvimento de possibilidades e estratégias de enfrentamento (referências a gastronomia afro-brasileira, religiosidade de matriz africana, participação em grupos políticos, etc.), resultando em uma vivência positiva do processo identitário enquanto mulher negra, sem negar a existência de dispositivos racistas e de desfavorecimento étnico-racial e de gênero.

Virginia Bicudo, 52 anos: Ser psicóloga, preta e mulher, é um grande desafio.

Hoje, darei início aos relatos sobre as vivências particulares que experienciei enquanto mulher negra, ao longo dos meus 52 anos de vida (Virgínia Bicudo)

Virgínia relata um histórico familiar harmônico no que se refere a ser uma menina negra, afirmando que *“Na pueril inocência de uma criança de 6 anos de idade nascida no gueto de Paulista, ‘éramos todos lindos, perfeitos e pertencentes a mesma raça’”*.

Porém essa realidade mudou quando passou a frequentar a escola, espaço onde vivenciou práticas racistas.

Até eu começar a frequentar a escola, onde percebi que havia algo “errado”. As pessoas que de forma velada distinguiam o modo de me referir, ainda não era por mim percebido, mas as qualificações que eu recebia de modo em que me tratavam como: “macaquinha”, “cabelo de Bombril”, “resto de asfalto”, “boneca de piche” entre outros, estes estigmas, foram me aprisionando dentro de mim mesma. Eu me perguntava: “Por quê?”, e ao olhar no espelho, via uma linda menina, com um sorriso lindo e que aos poucos foi se apagando. Deixei de sorrir por muito tempo, talvez, em quase toda minha adolescência, sendo que meu apelido passou a ser “Bicuda” não queria mais distribuir o que eu sabia ser muito lindo em mim, para pessoas que diziam que eu “não era gente”, pois quem sabe, todo o universo de pessoas da pele clara, pensassem o mesmo sobre mim. (Virgínia Bicudo)

O racismo enquanto sistema estrutural no Brasil foi atravessado por discursos que negavam sua existência associados na maioria das vezes pelas desigualdades de classe social, articulados pelo mito da democracia racial, da miscigenação e o contínuo de cor, tríade das relações raciais no país conforme aponta Neusa Souza (1983). Quando afirmado a existência dessa estrutura no Brasil foi chamado de racismo velado ou um racismo cordial conforme indicado por Turra & Venturi (1995) na pesquisa realizada pelo Data Folha.

Ocorre que através das histórias apontadas por Virgínia Bicudo e por outras participantes, é interessante observar o quanto ser chamada de *“macaquinha”, “cabelo de Bombril”, “resto de asfalto”, “boneca de piche” entre outros, estes estigmas, foram me aprisionando dentro de mim mesma, possa ser lido como racismo cordial ou velado.*

A narrativa de Virginia conta que desde tenra idade, sofria com ataques/discursos racistas sobre sua pele, cabelo, intelecto, higiene, modo de se vestir e de comportamento esperado, sendo até hoje vivenciado no espaço onde trabalha. Ademais, entende que é preciso conhecer a própria história e estar junto com outras mulheres negras para o fortalecimento coletivo.

Lembro-me de certa vez ter perguntado de minha mãe o que fazia com que as pessoas nos ofendessem, de onde vinha tanto rancor. Ela me disse que fomos deixados em “terra estranha” quando nossos antepassados foram escravizados e que as pessoas guardavam de nós, esta visão. Me disse também que eu precisava ser forte, pois ser mulher e negra seria um desafio e eu deveria enfrentar de cabeça erguida[...] Minha luta era silenciosa mas comecei a trazer nas roupas, nos penteados, na maquiagem e nos adereços meu grito de liberdade e fui buscar meu espaço (Virgínia Bicudo)

As narrativas de vida revelam que o singular materializa o universal como bem afirma Ciampa (2005), onde Virginia busca através do resgate histórico compreender processos particulares do ser mulher negra.

A hipótese de Virgínia Bicudo permite ver o processo identitário acionando os recursos advindos do contexto familiar face aos enfrentamentos ao longo de sua vida.

A identidade de mulher negra tem como marco inicial as práticas racistas vivenciadas no período escolar sob forma de violência verbal (cabelo de Bombril, preta do café, etc.). A continuidade dessas práticas expressas de outros modos tais como questionamento acerca do merecimento de ocupar cargo profissional de liderança/poder instauraram comportamentos frutos dos efeitos psicossociais do racismo. Em contrapartida, a oportunidade de conhecer a história da negritude na família favoreceu o desenvolvimento de estratégias de superação, ora reativas ao sistema racista, ora caracterizadas como potência e afirmação de ser mulher negra (história positiva da negritude, ensinamento do trançado dos cabelos para gerações mais novas, ter feito curso superior).

Flor, 34 anos: Eu odiava o meu cabelo porque era de “nego” e pior: igual de homem.

Me chamo Flor, sou quilombola, moro no 2º Quilombo urbano do Brasil - Manaus - AM. Venho aqui relatar um pouco da minha vivência quanto a ser negra (FLOR, 34 anos)

Sua história revela o preconceito racial sofrido desde a infância na escola até na fase adulta no mercado de trabalho.

Quando criança me fazia muitos questionamentos sobre mim, principalmente pelo meu tom de pele, meu cabelo, meus traços característicos da minha etnia. Essas perguntas me vinham à cabeça todas as vezes que ia a escola e me sentia diferentes dos colegas, pois sempre os negros eram minoria. Ainda quando criança entre 6 e 8 anos para mim foi um período mais conturbado pois eu estudava em escola

particular, e as outras crianças, claro que não todas, mas digamos que a maioria me discriminavam, não queriam brincar comigo, sentia a exclusão, me apelidavam, tentavam me rotular com apelidos ridículos no qual eu apesar de não ligar mas são palavras e olhares que machucavam demais [...] Quando mudei de escola saí da particular para a pública, achava que ia ser diferente, pois estava saindo de um ambiente na qual não fazia parte do meu mundo, por quê? Porque meus pais eram humildes trabalhavam duro para pagar meus estudos, enquanto os dele eram classe média. [...] Chegando na escola pública os apelidos foram mais constantes e o sofrimento maior pois os meus colegas não se inibiam em me apelidar e o constrangimento era maior [...] Ainda na faculdade consegui um estágio numa grande instituição de ensino, na qual passei em todas as fases para atuar como estagiária, mas eis que surge o empecilho, o rastafári, para eu ser contratada teria que tirar o rastafári, pois a escola não permitia, a pergunta era: Qual o problema? Preconceito? Por que o rastafári é uma técnica que negros usam? Senti sim um grande preconceito, pois o que iria influenciar eu usar, como questionei, desistiram da contratação e vieram com a desculpa de que eu iria aguardar em casa para esperar ser chamada para assinar o contrato e até hoje nada rsrsrs. (Flor)

O relato de Flor expressa a reprodução do racismo institucional e interpessoal no ambiente escolar e no mercado de trabalho, através das práticas racistas empreendidas por colegas de classe e por empregadores. Além disso, contemplando outras dimensões de análise como gênero e raça, a classe econômica também é apresentada na caracterização e efeitos dos espaços institucionais.

Segundo López (2012, p.121) o racismo institucional atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, provocando uma desigualdade na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial.

Dessa maneira, a vivência do racismo no espaço escolar resultou em desinteresse em frequentar a escola, na tentativa de acabar com esse sofrimento, e, por outro lado no espaço profissional na perda da vaga de emprego.

Chegaram ao ponto de me culpar na escola de quebrar a tomada e nem perto eu estava, mas geral na sala me culpou e tive que pagar. No horário do lanche, entrada e saída, sempre tinham as piadinhas, os apelidos como: Neguinha do café, preta, neguinha só com o detalhe, palavras ditas com desprezo, arrogância. As vezes nem pra aula eu queria ir, apesar de meus pais sempre insistirem para eu não ligar, mas era em vão. E assim ia levando...(Flor).

Essas vivências pelo racismo institucional desde a infância no período escolar até a fase adulta desdobram-se em processos de sofrimento psíquico. De acordo com Silva (2005) em função do racismo institucional os negros se sentem ora perseguidos, ora perseguidores, vivendo em estado de tensão emocional permanente, de angústia e de ansiedade, acrescentando que:

Essa situação causa diversos transtornos físicos e psíquicos às vítimas, incluindo taquicardia, ansiedade, ataques de pânico, depressão, dificuldade de se abrir, ataques de raiva violenta e aparentemente não-provocada, depressão, hipertensão arterial, úlcera gástrica, alcoolismo, entre outros (SILVA, 2005, p.130)

Como estratégia de superação, sua relação com o cabelo passou por processos ora de embranquecimento através do alisamento ora de enegrecimento com as tranças rastafári, para o enfrentamento às práticas racistas e no fortalecimento de sua identidade.

Cheguei ao ensino fundamental II e graças a Deus as coisas foram melhorando, os apelidos diminuíram, as amizades aumentaram, mas tinha um porém, eu tinha meu cabelo cortado igual de homem bem baixinho, então estava bem pixaim, era mais motivo para chacota, eu odiava meu cabelo por que era de “nego” e pior igual de homem. Até que finalmente alisei o cabelo e deu uma “melhorada” na aparência rsrsrs...(Flor)

A relação com o corpo negro, outro aspecto trazido por Flor, perpassa por um processo de auto ódio que afeta não somente a autoestima mas compreende outros desdobramentos sobre a percepção sobre si pela rejeição do outro, um outro sustentado pela dimensão hegemônica. Segundo Nogueira (1998), a autora acrescenta que:

Essas considerações se aplicam identicamente ao conceito de vergonha que pode levar ao ódio de si, proposto por Radmila Zygoris, que pode funcionar tanto como uma etapa intermediária antes da possibilidade de instauração propriamente dita do processo de despersonalização, como pode funcionar como processo pontual, eventualmente experimentado pelo sujeito em função das experiências vividas (NOGUEIRA, 1998, p. 97).

De acordo com Nilma Gomes (2002), o cabelo e o corpo são símbolos da identidade negra, e tais características precisam ser analisadas não somente pelo olhar do negro sobre si mas sobretudo na relação com o outro, evidenciando assim uma relação complexa.

O cabelo e o corpo são pensados pela cultura. Nesse sentido, o cabelo crespo e o corpo negro podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. Juntos, eles possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: a beleza negra. Por isso não podem ser considerados simplesmente como dados biológicos (GOMES, 2002, p.2)

Em contrapartida, o quilombo, lugar onde mora tornou-se um espaço de fortalecimento dessa identidade. Acrescenta, também, que o acesso à educação superior foi um marco de potência e libertação.

Em 2009, entrei na tão sonhada faculdade, cursei Licenciatura Plena em Letras – Língua Portuguesa. Ao longo dos períodos ia conhecendo e estudando na Literatura histórias que envolviam negros e a cada passo que lia sobre o encanto era maior, a história sobre o sofrimento, maus tratos etc,etc.etc.[...] Em 2014, a comunidade que moro, recebeu a certificação como Quilombo. Ahhh! Após a divulgação na mídia nosso lugar recebeu um grande reconhecimento. E assim levamos o nome da nossa comunidade para Brasília-DF, fui convidada para participar da Marcha das mulheres negras. Foi um lindo encontro. (Flor)

A caminhada pelo resgate histórico através do acesso a universidade e do percurso da certificação do quilombo onde mora, puderam favorecer a ressignificação de uma identidade de ser mulher negra positiva e potente. O reconhecimento do lugar e a afirmação identitária em contextos de jogos de interesse revelam-se como canais de potencialização individual e coletiva.

No grupo focal Flor acrescenta:

[...]que a nossa mãe nunca deixava se abalar por essas coisas, era uma mulher forte, característica da família, as mulheres que vão a luta que vão em busca da sua independência financeira seja o que for, e eu costumo dizer isso pra qualquer pessoa que as mulheres do quilombo né, são determinadas elas são influência própria. É de ir em busca do que quer sem precisar esperar por, dos seus maridos, esperar por um poder político porque eu costumo falar assim, todas as mulheres aqui é, são, e vivem disso a maioria das mulheres né, vivem com do que aprenderam com as nossas é... com as nossas é... com as suas mães... com suas vós e com a gente não foi diferente. Então, é, são mulheres determinadas que vão atrás das suas coisas e a gente aprendeu a viver com isso, então quem quer não espera por ninguém, vai atrás e a quanto a...essa vivência de...não aceitar certas coisas, isso é raiz, é nosso, que ninguém pisa e não pisa em ninguém, claro. Não aceito a ser subordinado a certas coisas, ser submisso a um tipo de preconceito, ah eu não vou ali porque a festa ali só tem gente branca, gente clara, eu costumo dizer que os incomodados que saiam. Se ta incomodado com a minha cor, comigo com o meu cabelo com o sei lá que for, que saia. Eu não vou sair do lugar porque ah, tão me olhando diferente tão...eu não aceito. (Flor, GF2)

Além dos fatores de acesso ao ensino superior e reconhecimento da comunidade em que vive, as referências geracionais, a ancestralidade feminina, promovem estratégias de enfrentamento e de potencialização.

Em função desses fenômenos analisados, elaborei a hipótese de Flor da seguinte maneira:

Questionamento sobre as características étnico-raciais tem início no período escolar, onde as práticas racistas são mais frequentes ou explícitas, aludindo à cor de pele e cabelo sentidos negativos e associando esta mesma negatividade ao caráter (criminalização, culpabilização). Estas vivências resultam em exclusão e desinteresse pela escola. A continuidade destas violências levou ao desenvolvimento de sentimentos negativos (ódio) acerca das próprias características étnico-raciais (cabelo “pixaim” de “nêgo”). O ‘embranquecimento’ (alisamento capilar) surge como estratégia de minimizar o racismo sofrido. A convivência em outros espaços (espaços coletivos de resistência e afirmação étnico-racial), acesso a curso superior e trocas intergeracionais, possibilitaram a emergência de potência, aprendizagem, autoconhecimento e fuga dos estereótipos. O enegrecimento (tranças rastafári) figura como estratégia de afirmação e posituação das características étnico-raciais (cabelo). No entanto, traz como consequência, vivência de racismo institucional (dificuldade de arranjar emprego atribuída a apresentar o cabelo com tranças).

Marielle Franco, 31 anos: O preconceito com a mulher negra ainda é muito forte.

Século XXI, ainda há pessoas que dizem sobre a existência de pessoas racista no mundo e em nosso país totalmente miscigenado (MARIELLE FRANCO, 31 anos)

Sua narrativa conta que o preconceito com a mulher negra ainda é muito forte. Embora não levasse desaforo para casa, reagindo de forma direta às práticas verbais de racismo, ela aponta que:

Na infância os apelidos ofensivos sempre me rodeava, mas era uma menina muito travessa e não levava desaforo ou ofensas para casa. A nega do cabelo duro, café do norte, Pelezinho, cabelo de Bombril e muitos outros não se deixava abalar por essas palavras. Se perguntar a minha mãe se já sofri racismo ela com certeza dirá que não, pois sempre tentei resolver e nunca me abalar (Diário de Marielle)

Acredita que por ser mulher negra já foi chamada para dar exemplos de superação, revelando que possui mais histórias ruins do que boas. Por outro lado, evidencia que a família, referenciada pelas mulheres negras, são exemplos de força e empoderamento feminino.

Minha mãe me ensinou desde pequena a ser forte e nunca abaixar a cabeça para ninguém e isso sempre me motivou a ser a pessoa que sou. [...] Sofrer o racismo eu sofri, mas sofrer com o racismo NUNCA. Não darei esse gostinho para essas pessoas. NUNCA. Histórias temos várias, boas e ruins. Infelizmente até mais ruim do que boas. Mas o que posso deixar aqui é meu recadinho de que se pudesse escolher a pessoa que iria ser, eu iria escolher eu mesma. Pois tenho uma família com mulheres negras empoderadíssimas e fortes o suficiente para passar a seus filhos, netos, bisnetos...o quão forte podemos ser e o quanto podemos e temos para mudar. (Marielle Franco).

Na hipótese construída a partir da história de Marielle, assim como a de Flor, Maria Filipa, Alexandrina, Dandara e Elza Soares, destaca a potência do social no âmbito da família, através de outras mulheres negras do mesmo núcleo.

O empoderamento através de aprendizagens transgeracionais (mulheres negras da família – mãe - avó - neta) fortalecem sentimentos de autoconfiança e autoestima eficazes ao enfrentamento dos episódios racistas vivenciados desde a infância (nega do cabelo duro, café do norte, ‘Pelezinha’, cabelo de Bombрил, etc.). O espaço de trocas entre mulheres negras na família promove a consciência acerca do preconceito racial, constituindo-se como potência e força para a mudança e transformação.

Preta, 29 anos: Assim fui crescendo, sendo chamada de Preta e aprendi que esse era o meu nome, a minha identificação.

A construção da minha identidade enquanto mulher negra inicia no meu nascimento (PRETA, 29 anos).

Sua narrativa de mulher negra mostra que desde tenra idade a família passou a lhe chamar de preta. Pseudônimo que durante toda sua vida passou por significações diferentes.

Quando nasci era visivelmente uma bebê negra, o que para minha família era um fato bem diferente, pois era a bebê mais escura que eles recebiam na família [...] ao nascer uma bebê escura, recebi o apelido de “Preta”. Assim fui crescendo, sendo chamada de Preta e aprendi que esse era o meu nome, a minha identificação [...] Uma forma bem sofisticada que meus familiares e vizinhos encontraram de me “torturar” por conta da minha diferença física em relação à minha mãe foi dizer que eu não era filha dela, que havia sido achada na lixeira. Como isso me fazia sofrer!!! (PRETA, 29 anos)

Seus registros no diário sugerem a existência de uma hierarquia estabelecida na família dada pelas gradações dos tons de pele, e, talvez, pelo gênero. Considerando a miscigenação brasileira e, no contexto da região amazônica, outras etnias não-brancas, mas

que não são também inscritas como negras, esta realidade certamente constitui parte do processo identitário de muitas mulheres.

Os cabelos cacheados também demonstram ser um indicador desse processo identitário – do domar os cachos ao libertá-los. Os termos utilizados - ‘domar’ e ‘libertar’, são bastante expressivos das representações sobre ser negra.

Outra memória da infância relacionada à negritude diz respeito aos cabelos. Se era algo diferente na minha família ter uma criança escura, igualmente era diferente ter uma menina de cabelos cacheados, que destoavam dos fios lisos do restante da família. Então ninguém sabia exatamente como cuidar desses cabelos e, certo dia apareceu um homem na vizinhança dizendo que poderia cortar os meus cabelos para que eles se tornassem lisos, menos volumoso, embaraçado e bem mais fácil de tratar, domar[...] Minha mãe obviamente topou a tentativa de “melhorar” meu cabelo e facilitar a vida dela. Passada a tesoura nos meus cabelos, na altura da orelha, de fato os cachos saíram, mas não resolveu a questão do volume ou melhorou a estética, conforme a proposta. Os cachos voltaram alguns anos depois, com o retorno do comprimento dos cabelos, aprendizagem relacionado a cremes, a cuidados básicos como pentear somente molhado etc., coisas que vieram junto com os cuidados na adolescência. Na infância uma das formas que os vizinhos expressavam sua opinião acerca dos meus cabelos era cantando uma música conhecida nacionalmente: “ Preta do cabelo duro, que não gosta de pentear[...]”(Preta)

O padrão de beleza na escola e o projeto de mulata desenhavam algumas condições que refletiram/refletem em ser mulher negra, onde na escola era preterida mas no ambiente externo era apontada como possível mulata pelos homens mais velhos. Com isso, fenótipos passaram a significar sentimentos negativos.

Ao mesmo tempo, enquanto no contexto escolar eu estava longe de atender ao padrão de beleza ali vigente, de estar nos “círculos de paquera” entre os colegas, no contexto comunitário do meu bairro, conforme eu crescia, com 12/13 anos, os homens já me olhavam de maneira diferente, alguns chegavam inclusive a lançar algumas piadinhas lascivas, algo sobre quem eu estava me tornando fisicamente ou quem eu iria me tornar. Uma espécie de profecia, de que eu seria um mulherão, uma “negona” e, a partir dessa profecia que esses homens lançavam, eles iam se “posicionando” ao meu redor, como caçadores que esperam a presa estar emponto de abate, alguns inclusive dispostos a queimar a largada na caçada pela presa. Diante desse fenômeno, ser uma adolescente negra me colocava, por um lado, num contexto no qual não era em nada atraente até rejeitada e, por outro, num lugar até de vulnerabilidade pelas mesmas características, diante do qual eu precisava me fechar e fortalecer para não cair numa trajetória bem comum para adolescentes do meu bairro, de gravidez na adolescência, abandono escolar etc. (Preta).

Preta apresenta como recurso para enfrentamento e afirmação, a intelectualização. Em sua trajetória, o acesso ao ensino superior também permitiu ressignificar de forma positiva os seus fenótipos.

E depois que eu passei e adentrei a universidade a identidade negra foi possível ser vista por mim com perspectivas mais positivas, para além da “negona” que me era prometida pelos meus vizinhos e que nunca chegou. A universidade possibilitou a mim, a inserção em espaços produtivos, intelectuais, políticos etc. e me permitiu a expressão e valorização do que havia de belo nas minhas características físicas. Pela primeira vez na vida pude ver minha cor, meus cabelos, meus lábios como compositores da minha beleza, me sentindo bela exatamente como sou e até aprendendo a cuidar de mim de modo a me aceitar exatamente com o que me caracterizava como a menina que poderia ter sido achada no lixo. Para além da valorização dos atributos físicos do fenótipo negro que passou a contribuir com minha identidade negra, o risco que representava eu ser uma “negona” como adulta, que trazia o risco do insucesso, não mais me assustava ou ameaçava[...] A universidade, as leituras que fui fazendo e as reflexões que me foram possibilitadas foram forjando a minha identidade enquanto profissional, mulher, negra, com alguns compromissos que pautavam o direcionamento da minha construção profissional que estaria presente profundamente no modo como eu iria me inserir nos ambientes de trabalho. (Preta)

Dessa maneira, elaborei a hipótese de Preta da seguinte forma:

Os estereótipos de mulher negra são vivenciados de forma distinta nos espaços sociais que frequenta. No contexto familiar ser negra pode adquirir sentido negativo (“ser achada no lixo” e não filha biológica, apelido na infância ‘preta’), ou produzir invisibilidade por ter a pele mais escura que os demais, sendo atribuído ao ‘lado’ negro da família sentidos indesejáveis/inferiores. A vivência de ser preterida não se restringe ao núcleo familiar, mas também estende-se à escola não despertando interesse dos garotos. Paradoxalmente perceber-se como objeto de desejo de homens mais velhos associa-se as construções referidas ao ser mulata. No contexto Amazônico a identidade da mulher negra é ora definida como cabocla ora como mulata ou negra, todas carregadas de caráter negativo. A negritude da mulher somado às questões de classe socioeconômica desfavorecida intensificam as vivências racistas. Dentre as estratégias para evitar a confirmação dos estereótipos está a intelectualização. Esta constitui-se espaço de potência, podendo fortalecer sentimentos de auto-estima e desenvolver um processo emancipatório e de conhecimento de uma negritude positiva.

Elza Soares, 28 anos: Desde de pequena o meu cabelo foi a questão, foi a primeira coisa que tive que defender na vida.

Elza Soares, 28 anos, um pouco sobre mim. Eu tenho traços da raça negra, cabelo afro, corpo, quadril, lábios, porém sou muito mais clara que minha mãe. Porque falar isso? Porque acredito que isso já fez grande diferença em muitas situações (ELZA SOARES, 28 anos)

Sua narrativa de mulher negra foi/é construída através do cabelo crespo (como parte central dos discursos racistas). Embora possua a pele mais clara que a mãe, carrega outros fenótipos que foram alvos de discursos racistas.

Desde pequena o meu cabelo foi a grande questão, foi a primeira coisa que tive que defender na vida. Eu nunca alisei o meu cabelo, a minha mãe sempre me criou com conceitos e ideias feministas e de liberdade. Então lembro que ao iniciar a vida escolar a implicância com o cabelo começou [...] Eu passei por poucas situações, sempre foi mais cabelo e corpo. Mas vi, e de alguns anos para cá converso muito com mulheres negras, porque só ouvindo, e se colocando no lugar do outro podemos imaginar a dor e assim ajudar na luta (Elza Soares).

Sua mãe foi sua referência de mulher negra. Ressentia-se da falta de representatividade na TV e em outros espaços informativos, encontrou na internet um caminho de potência por descobrir maneiras de cuidar do cabelo e por conhecer outras mulheres que vivenciavam as mesmas condições. Revela que estar com mulheres negras e ouvi-las é importante para a luta.

Mas quando eu chegava em casa a minha mãe além de elogiar o cabelo, me ensinava a me defender como rebater os apelidos e sempre caprichava no penteado[...] Quando eu era criança eu ganhava boneca/Barbie, e adivinha? Eu cortava o cabelo de toda curto como o da minha mãe e o meu que as vezes também era curto. Até hoje não suporto a Barbie, nem mesmo comessas novas bonecas de várias cores e corpos mas acho muito bom, finalmente ter várias outras bonecas de várias cores e cabelos. Quando eu era pequena a única pessoa na televisão de tinha cabelo cacheado era a Ana Paula Arósio. E ela com seu cabelo cacheado e não afro era a ÚNICA referência, então por um bom tempo eu queria ter o cabelo da Ana Paula Arósio. [...] Foi aí que a internet apareceu na nossa vida e os grupos puderam se encontrar e falar suas experiências. Então a mais ou menos 6 anos eu faço o meu próprio creme de cabelo, o mais barato o que melhor funcionou para mim e sei o que vai dentro. (Elza Soares)

Nesse sentido, elaborei a seguinte hipótese:

Núcleo familiar combativo (crítico ao racismo) e a influência positiva exercida pela mãe (trocas transgeracionais) ainda na infância favorecem ao enfrentamento das práticas racistas na escola, via de regra referidas ao cabelo (cabelo Bombril, cabelo ruim, cabelo duro, cabelo que não molha, etc...). O cabelo é apontado como elemento central do racismo sofrido. Mesmo a pele mais clara não impede necessariamente tais ataques. A ausência de representatividade ou sentido negativo/inferior atribuído ao cabelo crespo e do ser negra nos brinquedos e na mídia, bem como a ausência de discussão sobre relações raciais na escola e entre pares, quando percebidos de forma crítica influenciam no processo reflexivo e emancipatório. A representatividade positiva de mulher negra encontra-se no meio familiar (mãe). A internet pode se constituir como meio para afirmar positivamente a estética negra, como via de conhecimento sobre feminismo negro e da importância da coletividade das mulheres negras no combate as violências de gênero e de raça

Alexandrina, 25 anos: O que é ser Preta?

Sempre me vi como negra, disso nunca tive dúvidas. Mas não entendia a relação da sociedade comigo. Algumas coisas me incomodavam, mas não era normal né?!
(ALEXANDRINA, 25 anos).

A narrativa de Alexandrina conta que desde a infância entendia que era diferente, que era uma criança negra de pele escura, no que se refere no contexto fora da família. Sua cor de pele e cabelos crespos foram alvos de práticas racistas. Conta que a gastronomia e o sentimento em estar com mulheres negras são fatores de potência e afirmação da sua identidade.

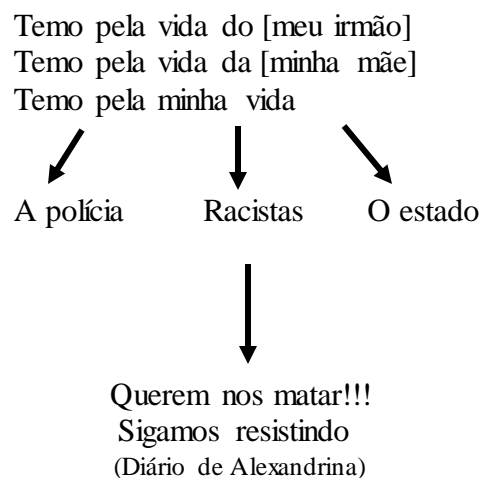
O que é ser Preta? é entender a sua cor, estar alerta, lutar, sentir a ancestralidade e respeitá-la, aceitar o cabelo, ralar o triplo p/conseguir oq quer, ter coragem, ser objetificada, ser silenciada, impor presença, encontrar outras pretas, ter um corpo fodão, se amar, evoluir por mim e pelo os outros, meter o pé na porta, cobrar o cheque, quem vai pagar? Pode ter certeza que vou cobrar e alguém vai ter que pagar
(ALEXANDRINA, 25 anos).

Alexandrina fala de recursos que utilizava ainda criança, para contornar as práticas racistas (exclusão, preconceito) e seus efeitos (isolamento).

Quando eu estudava na 4ª série, estudava em uma escola particular. Era amiga da sobrinha do diretor. Uma vez ela me contou que a professora dela (ela era mais velha) a proibiu de falar comigo por eu ser preta. Éramos muito novas. Não soubemos lidar com a situação. Brincávamos escondidas. (Alexandrina)

Alexandrina diz que junto com sua amiga, não-negra, não souberam lidar com a situação por serem crianças, e que por isso se escondiam para brincar. Contudo, o ‘esconder-se para brincar’ trazia uma subversão à ordem injusta imposta às crianças, para quem a segregação racista não fazia sentido. Pode-se dizer que há recursos nas formas de enfrentamento das crianças, mesmo quando atingidas diretamente pela violência das práticas racistas.

A participante traz, também, um alerta acerca da realidade das pessoas negras - homens e mulheres - diante da violência social e do genocídio dirigido a quem é negro no Brasil. Recentemente com o caso do músico Evaldo dos Santos Rosa, assassinado por militares quando estava no carro junto com a família, onde 80 tiros foram disparados. O caso, longe de ser um evento isolado, ocorreu meses após Alexandrina fazer o registro no diário da pesquisa, o que significa que os temores apresentados pelas mulheres negras neste estudo, não apenas são atuais, mas são concretos e estão de forma direta, inseridos no processo identitário delas: o medo faz parte da identidade de ser negra, tanto quanto a luta e a resistência.



O diário de Alexandrina traz vários elementos crítico-reflexivos, inclusive com caráter de atualidade, que mostra o quanto a mesma apresenta sua própria história, sua identidade, atravessada pelo contexto social. Aborda a constituição de um espaço de fala coletivo, um encontro com outras mulheres negras onde os sentimentos negativos são legitimados, reconhecidos por outras mulheres.

Não tive amigos negros ☹
 As que tenho atualmente são super recentes.
 Nossa como a conversa bate! A mesma angústia, desgaste, raiva, ódio, tristeza.
 Assim percebi que não estou só, tem várias manas que me entendem de verdade. É
 como se fôssemos a mesma carne.



Nossas entranhas se reconhecem
 Nossos ancestrais se reconhecem
 Nossa dor se reconhece
 As pretas devem se unir
 se ouvir
 se acolher
 se proteger

Representatividade (Diário de Alexandrina)

A seguir, a hipótese gerada a partir de suas memórias e retalhos:

O núcleo familiar feminino (mãe) fortalece a identidade negra através do compartilhamento de sentidos positivos a cultura afro-brasileira (religiosidade e gastronomia afro-brasileiras) e referências a mulher negra, o que favoreceu o enfrentamento de práticas racistas no período escolar, ainda que ataques constantes principalmente ao cabelo influenciam negativamente na auto-estima. Participação posterior em movimentos feministas e de negritude tornaram o enfrentamento na faculdade mais combativa, positiva e consciente. O espaço de compartilhamento e discussão entre mulheres negras resultam alívio dos sentimentos de angústia, desgaste emocional, raiva, ódio e tristeza e ativam sentimentos de parceria e solidariedade. Os efeitos psicossociais do racismo fazem parte da construção identitária, (auto estima diminuída decorrente de ataques na infância, etc.). Sentimentos de medo frente a violência racista contra si e seus familiares (mãe e irmão) são vivências constantes. Contudo, ter consciência sobre a vivência do sistema racista e machista auxiliam a não paralisar o processo emancipatório e combativo. Construir uma relação positiva com as características físicas como o cabelo crespo, pode ser vivenciado como resistência.

Diná, 22 anos: Só queria ser acolhida, só queria ser desejada, queria ser plena

Tenho 22 anos de idade, sou natural de Manaus - Amazonas. Sou estudante de psicologia há 5 anos (8º Período) deveria estar no décimo. “Quase uma vida kk⁹” (DINÁ, 22 anos).

É presente nos registros de Diná, um sentimento de não lugar, que remete a solidão e de não pertencimento e conseqüentemente um adoecimento. Sua narrativa mostra conflitos na identidade étnico racial, pairando sobre o projeto de mulata e de mestiça, acarretando em questionamento sobre o seu lugar nos espaços.

Não me identifico como mulher negra- pq acho que negras são descendentes ou africanos, e isso pra mim é algo muito poderoso. Então prefiro me perceber como mestiça ou um projeto de mulata. Nunca sofri pela minha pele, mas pelo meu cabelo já perdi as contas[...] Foram inúmeros “apelidos”

*Bombril
*Assolam
*Vassoura
*Juba de leão
* [...]

Eu tô triste, sabe? Estar sozinha é uma das piores sensações. Não ter amigos com vínculos profundos, com quem você pode mostrar quem é de verdade, dói! Doí na alma! (Diário de Diná)

Embora possua algumas contradições e conflitos acerca dessa identidade, revela que seu cabelo cacheado foi e é protagonista de discursos racistas. Conta que a família nunca fortaleceu seu vínculo com o seu cabelo, pelo contrário, a mãe a levava para fazer o processo de alisamento com química no salão desde muito nova.

Minha família nunca me fortaleceu, na verdade minha mãe me levava ao salão pra alisar/relaxar, usar toda e qualquer tipo de química possível no meu cabelo, como se fosse feio! Acredita nisso? (Diná)

Sua postura frente a sua estética sofreu algumas transformações a partir do contato com discursos de empoderamento e da expansão e visibilização dos cosméticos e cremes para cabelos cacheados e crespos.

Demorei muito pra me fortalecer e descobrir que eu sou o que eu sou, e que não tem problema em ter cachos. Essa mudança se deu, tenho certeza, por vários

⁹ Sequência de consoantes iguais que expressa risos, na escrita digital informal.

discursos de empoderamento, pela luta por produtos e a valorização de ser cacheada. (Diná)

Diná traz, em seu diário, vivências de isolamento, solidão e não pertencimento frequentes na literatura em se tratando de mulheres negras. Da mesma forma, também direciona para si, como resultado do processo de opressão, sentimentos negativos, atribuindo à sua pessoa culpa pelo sofrimento - sentir-se carente, sentir-se idiota:

Odeio ser tão idiota, tão fora de contexto, de me sentir sempre não pertencente aos lugares, de não me sentir acolhida de ser carente de tudo e de todos. Tô cansada de lutar há tanto tempo sozinha[...] Minha ausência não é sentida, minha presença não é percebida, e quando é, sinto, percebo os olhares de incômodo. Só queria ser acolhida, só queria ser desejada, queria ser plena (Diná).

A maneira que encontra de permanecer e enfrentar esses sentimentos é oferecido pela presença da filha.

Não sei lidar com isso. Essas coisas drenam minhas forças, minha vontade de viver, de continuar tentando. Permaneço aqui pela minha filha, quero ve-la crescer. Quero que se lembre de mim, mesmo que seja pouco, não tenho direito de tirar isso dela, não é justo. Tento ser o melhor pra ela, pena que meu melhor não seja o suficiente! Sempre tem alguém pra falar como eu erro como mãe! (Diná)

A hipótese que elaborei aponta que:

Ausência do discurso racial na infância e adolescência nos espaços sociais como família e escola, acarreta dificuldade de não se perceber de forma como mulher negra, sendo a identidade de mulata ou mestiça mais frequente/visível. A não afirmação ou reconhecimento da identidade étnico-racial não impede de sofrer práticas racistas, verbalizadas desde a infância até os dias atuais (cabelo Bombril, Assolam, vassoura, juba de leão). A ausência de suporte familiar, invisibilidade e negatificação da negritude são vividas como desamparo social e evocam sentimentos de isolamento (solidão, não pertencimento), sofrimento psíquico e físico (angústia, tristeza e pensamentos de autoflagelação). A maternidade (relação mãe e filha) influencia positivamente no sentido de existência. Mudanças contextuais (linhas de cosméticos direcionados para cabelos crespos e cacheados) são observados como estratégia de transformação e potência.

Dandara, 17 anos: Parei de me cobrar tanto e ser tão severa comigo mesma

Olá, me chamo Dandara, tenho 17 anos e tenho orgulho em ser e auto me declarar uma mulher negra, porque apesar de não ter a pele não escura, venho de uma descendência de pessoa de pele escura, traços marcantes, “cabelo ruim” e que possuem uma linda e emocionante história de vida, que ultrapassam o racismo, várias humilhações e preconceitos para ter o reconhecimento que tem hoje, e tudo isso com garra força e coragem (DANDARA, 17 anos)

A narrativa de Dandara revela uma ligação representativa do lugar onde mora, um quilombo urbano. Conta que tem a cor de pele clara mas características étnicas bem marcados como cabelo e nariz, e por essas características vivenciou situações de violência racista na escola e na vizinhança.

O que eu sofri foi por ter essas características, quando mais nova era difícil minha relação com o meu cabelo e nariz, porque além de alguns vizinhos e “amigos” da escola tiravam sarro de mim por ter o cabelo crespo cacheado, era chamada de “nega do cabelo duro”, “miojo queimado”, fora as paródias musicais que só tinham graça para eles. Diante disso foi bem difícil para eu me aceitar.

Revela também que as mulheres negras de sua família são referências de representatividade influenciando na sua postura afirmativa.

Diário autobiográfico escrito por uma adolescente de 17 anos, nascida e criada o meio de pessoas com variados estilos, crenças, cores e jeitos e que foi ensinada a tratar cada um da mesma forma e compreendendo que suas diferenças são particularidades próprias. Me chamo Dandara, moro no 2º quilombo urbano do Brasil, reconhecido por autoridades governamentais, tenho antecedentes escravos e me orgulho da história vivida por eles e por fazer parte dessa grandiosa e valoriza árvore genealógica, me orgulho de ter uma avó negra e por ela ser um exemplo de mulher guerreira, de garra e superação diária diante de tantos problemas que a vida impõe e ela enfrenta de cabeça erguida, pela criação e educação que deu aos seus filhos, incluindo a minha mãe que também tenho como exemplo e orgulho pela mulher que é e pela força que tem e a grande capacidade e coragem de correr atrás de seus objetivos. A quem sou, devo a elas, toda gratidão do mundo à essas grandes mulheres. (Dandara).

Contudo, apesar das referências, tem o sentimento de solidão, e de ter necessitado buscar força em si mesma para enfrentar o sofrimento e modificar os sentimentos negativos acerca de si.

comecei a procurar meios de me sentir melhor ao me olhar no espelho e de como acabar com as piadas sem graça que praticavam comigo[...] Trabalhei na cura das minhas feridas e aceitei minhas cicatrizes, parei de me cobrar tanto e ser tão severa comigo mesma e fiz de mim minha própria fortaleza, sentei, falei, chorei, desabafei sozinha, fui meu consolo e assim fui criando força e entendimento que importante não era o padrão de beleza que a sociedade tinha imposto, o que importava era se eu me olhava no espelho e enxergava além do meu reflexo e se eu gostava do que via, se a resposta fosse sim eu estava satisfeita [...] (Dandara)

A seguir, a hipótese sobre o processo de construção da identidade de Dandara.

As características étnicas demarcadas como cabelo, nariz, boca e a pigmentação de pele mais clara são associadas pela união inter-racial dos pais (mãe negra e pai branco) e parte constitutiva de ser mulher negra. A vivência do racismo pela geração anterior de mulheres negras da família, (mãe, avó, tias) é denotado com mais 'intensidade' em comparação a própria vivência de mulher negra de pele clara. Entretanto essa característica não a dispensa da violência verbal referida ao cabelo crespo, seja na escola ou na vizinhança (nega do cabelo duro, miojo queimado e paródias carnavalescas racistas). Como estratégia de fuga aos xingamentos racistas vivenciados na infância, utiliza da artimanha do embranquecimento no cabelo crespo (defrisagem/alisamento capilar). O período com o procedimento capilar (alisamento) é marcado por sentimentos de tristeza, baixa autoestima e isolamento social. O retorno para o cabelo 'natural' (através da transição capilar) é um período marcado por um processo de descoberta e autoconfiança realizado com o apoio de familiares e amigos. O ser mulher negra está associado a uma identidade coletiva em função das referências transgeracionais de mulheres negras na família. A representatividade no contexto familiar fortalece nos processos de autoestima, sobretudo com relação às características étnicas (cabelo crespos, nariz grande e de outros traços).

3.5 Costurando Memórias, Alinhavando retalhos: hipótese integradora

O método de análise utilizado utiliza o processo de contrastação constante entre as hipóteses que vão sendo geradas ao longo do estudo, as quais emergem a partir dos dados. A contrastação permite a construção de uma hipótese integradora que comporta de modo dialógico, todas as possibilidades apresentadas por todas as participantes, acerca do processo identitário que permitiu a elas reconhecerem-se e afirmarem-se enquanto mulheres negras.

O esforço teórico-reflexivo é de tentar compreender como as contradições, idiosincrasias, movimentos de avanço, resistência, ou, ainda, de assujeitamento ou aceitação concorrem na constituição identitária das mulheres negras, integrando histórias individuais e subjetividade histórico-social.

A hipótese integradora é apresentada como uma colcha de retalhos, com pedaços de tecidos de diversas cores, texturas, tamanhos, densidades, intensidades, mas, conectados através de uma costura que coloca estes retalhos em uma relação única com o Outro, com o

social: a relação de ser mulher e ser negra no Amazonas, em um contexto social onde a violência do racismo, do sexismo e de outras dimensões hegemônicas atravessaram e atravessam a vida de cada uma delas.

Hipótese geral:

O ser mulher negra está associado a uma identidade coletiva em função das referências transgeracionais de mulheres negras na família. A representatividade no contexto familiar fortalece nos processos de autoestima, sobretudo com relação às características étnicas (cabelo crespos, nariz grande e de outros traços). O núcleo familiar feminino (mãe, avós, tias) fortalece a identidade negra através do compartilhamento de sentidos positivos à cultura afro-brasileira (religiosidade e gastronomia afro-brasileiras) e são meios de representatividade racial e de gênero que, em conjunto, favorecem o enfrentamento de práticas racistas no período escolar, ainda que ataques constantes principalmente ao cabelo influenciem negativamente na auto-estima. Entretanto, quando há ausência do discurso racial na infância e adolescência nos espaços sociais como família e escola, contribui para a dificuldade de não se perceber como mulher negra, sendo a identidade de mulata ou mestiça mais frequente/visível. A não afirmação ou reconhecimento da identidade étnico-racial não impede de sofrer práticas racistas, verbalizadas desde a infância até os dias atuais. A ausência de suporte familiar, invisibilidade e negação da negritude são vividos como desamparo social e evocam sentimentos de isolamento (solidão, não pertencimento), sofrimento psíquico e físico (angústia, tristeza e pensamentos de autoflagelação). A participação em movimentos sociais (feministas e de negritude) e espaços de resistências históricas favorecem a afirmação étnico-racial, o enfrentamento de práticas racistas de maneira mais combativa, positiva e consciente, alimentando sentimento de coletividade. Com isso, o espaço de troca e compartilhamento entre mulheres negras, sendo elas integrantes ou não do núcleo familiar, resulta em alívio dos sentimentos de angústia, desgaste emocional, raiva, ódio e tristeza e ativam sentimentos de parceria e solidariedade. Apesar dessas estratégias, o sentimento de medo frente a violência racista contra si e seus familiares, são vivências constantes. As mudanças contextuais (linhas de cosméticos direcionados para cabelos crespos e cacheados) são observados como estratégia de transformação social e potência. Os fenótipos demarcados como cabelo, nariz, boca e a pigmentação da pele são associadas como partes constitutivas do ser mulher negra. A vivência do racismo pela geração de mulheres negras retintas da família é denotado com maior 'intensidade' em comparação a vivência de mulher negra de pele clara. Entretanto essa característica não isenta a vivência com a violência verbal referida aos traços étnicos no contexto escolar e comunitário (nega do cabelo duro, miojo queimado e paródias carnavalescas racistas). Como estratégia de fuga aos xingamentos racistas vivenciados na infância, o uso da estratégia do embranquecimento no cabelo crespo (defrisagem/alisamento capilar) é ativado. Por outro lado, construir uma relação positiva com as características físicas como o cabelo crespo, sem o uso do branqueamento, pode ser vivenciado como resistência. O procedimento capilar (alisamento dos cabelos) é marcado por sentimentos de tristeza, baixa autoestima e isolamento social, e quando comparados a transição capilar (retirada da química de alisamento para o nascimento do cabelo 'natural') desdobra-se em um processo de descoberta e autoconfiança realizado com o apoio de familiares e amigos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória vivenciada por mim desde meu encontro com a temática até a finalização do trabalho foi marcada por tensões e confrontações. Em todos os momentos, a familiaridade e o estranhamento foram companheiros de trajetória, bem como o confronto com a epistemologia hegemônica na construção do conhecimento científico, em especial, na Psicologia. Frente à a isto, numa postura para denunciar o epistemicídio científico e apresentar uma resposta a ele, reúno na dissertação autoras negras e autores negros, além dos autores já reconhecidos em suas expertises, para criar um espaço de escrita mais implicada e mais plural para a discussão.

Considerando os objetivos do estudo - conhecer a realidade concreta de mulheres negras através dos traços históricos e subjetivos que perpassam em três gerações - e, em complemento, localizar nos resgates históricos dos registros de mulheres negras, as estratégias de resistência frente a opressão (recuperação da memória histórica); identificar os processos ou meios onde operam desideologização do senso comum e da experiência cotidiana em relação ao que se refere a ser mulher negra, e por fim identificar caminhos de potencialização e posituação de ser mulher negra (potencialização das virtudes populares), considero que os mesmos foram alcançados.

Compreender a construção das identidades de mulheres negras através dos pressupostos da Psicologia Social Crítica e da Psicologia da Libertação, possibilitaram apreender os enlaces e desenlaces dos retalhos identitários elaborados.

Foi através do resgate da memória histórica, dos processos de desideologização do senso comum e das potencialidades, que as mulheres negras vêm buscando suas pluralidades em ser, uma existência libertária e potente que influencia e impacta outras mulheres negras a caminhar junto. As histórias foram contadas não somente pela via da escrita, mas pelos encontros, pela oralidade, pelos afetos distribuídos. E elas ainda estão acontecendo. Para além desse estudo, essas histórias são contadas todos os dias.

Foi possível observar que as identidades das mulheres negras estão atravessadas, a priori, pelas vivências do racismo e machismo demarcados pelos fenótipos, desdobrando em práticas que reproduzem a hipersexualização e objetificação de seus corpos, falas racistas sobre o cabelo ou tom de pele, paródias vexatórias, sensação de inadequação, solidão,

insucesso, que norteados por uma perspectiva brancocêntrica influenciam em seus processos identitários.

Por outro lado essas identidades encontram meios de potencialização quando reconhecem os processos históricos de sua condição, construindo assim uma perspectiva de negritude pautadas no resgate histórico e da valorização de ser negra. Fenômenos como a inteligibilidade, gastronomia afro-brasileira, acesso à educação, empoderamento feminino, coletividade e a referência e representatividade de outras mulheres negras na família ou na esfera social, são esboçados como lugares onde essas identidades efetivam suas potências.

O resgate histórico articulado com o contexto macro-cultural possibilitaram um olhar crítico acerca de ideologias reproduzidas no senso comum, como também evidenciaram as potencialidades dos grupos e dos sujeitos, favorecendo assim, um processo identitário libertador e emancipatório, como pontuaram Martín-Baró e Ciampa.

Os processos identitários são bastantes complexos e dinâmicos como muitos autores já afirmaram. Dentre as inúmeras manifestações identitárias existentes em mulheres negras, é importante compreender em que momentos elas são ativadas, e que isso, não necessariamente anula as outras, mas demarca que dependendo do contexto e dos jogos de interesse algumas identidades são colocadas na mesa.

Muitos incômodos emergiram durante o estudo, pude observar que enquanto mulher negra pesquisadora no Amazonas, vivenciava o privilégio de acessar e permanecer na universidade, condição que só foi possível através de políticas públicas, do suporte familiar tanto financeiro quanto afetivo, das relações de amizades fortalecedoras e de outros acessos que me possibilitaram caminhar nessa direção. Isso modifica realidades frente ao que é colocado nos censos estatísticos e indicadores sociais. Isso é operar mudança.

Por outro lado, problematizo o quanto o mito da democracia racial influenciou em minha trajetória com o ser negra, no sentido de me manter longe de mim mesma, da minha ancestralidade e potência.

A interseccionalidade surgiu como ferramenta para compreender o entrelaçamento das categorias de gênero, raça e classe social, juntamente com o aporte teórico sobre identidade sustentado por Antônio Ciampa, Aluísio Lima, Stuart Hall e Marco Prado, que evidenciam a identidade enquanto processo dinâmico, fragmentado, metamorfose em processo de emancipação, localizando esse processo identitário a um contexto histórico ocidentalizado marcado por um descentramento na contemporaneidade e de uma força coletiva política de enfrentamento.

Esses conceitos permitiram enxergar a quebra de um modo único de ser mulher negra, que alimentado por estereótipos aprisionam nossas existências. Logo, quando falo de identidade de mulher negra, estou tratando de identidades, vivências plurais, demarcando desde o início desse estudo que não pretendo universalizar as nossas histórias, mas de evidenciar as diferenças, complexidades e processos de resistências no enfrentamento do racismo patriarcal e heteronormativo.

A psicologia possui uma trajetória que influenciou diretamente na reprodução de estereótipos e de sistemas de opressão, onde as mulheres negras brasileiras foram uma das inúmeras impactadas. É em passos lentos que a ciência psicológica vêm tentando se colocar numa postura crítica frente às reais demandas da população brasileira, recuperando através de práticas e pesquisas científicas contribuir de forma significativa para a transformação social.

Todavia, é inegável que precisamos de mais. É preciso incluir na formação disciplinas que contemplem a realidade das mulheres negras, da população negra, que representa 54% no país. É preciso um olhar atento às práticas profissionais e às práticas relacionais cotidianas, desconstruindo falas de “Não sou racista”, “Não sou machista”, “Não tenho privilégios”, para uma fala que vá de encontro em confrontar e não confortar e manter o status quo. Nesse sentido, é preciso reconhecer as estruturas hegemônicas nas quais nos construímos e pensar em estratégias antirracistas e feministas para propor mudanças nas nossas relações. E essa postura não será fácil, gerará muitos incômodos.

O estudo traz como potência a possibilidade de contribuir para apreender esses processos, evidenciando suas narrativas de resistência, das práticas potencializadoras e de suas redes de solidariedade feminina. Por outro lado, também apresenta suas limitações. O levantamento bibliográfico contemplou somente artigos, sendo necessário incluir também nas análises as dissertações e teses. Além disso a utilização de outros descritores poderiam indicar outros dados significativos para a pesquisa.

Outra limitação deste estudo, refere-se ao contexto amazônico em que as participantes se encontram, onde poucas reflexões do impacto desse território em suas identidades foram levantadas, evidenciando que esse espaço geográfico e simbólico produz identidades regionais que estão presentes nas práticas culturais do ser mulher negra na Amazônia.

Não obstante, espera-se que outros estudos sejam realizados, sobretudo, implicados com as questões sociais que influenciam na vida das mulheres negras amazônicas, dos

protagonismos, das fronteiras territoriais, das redes de apoio, das mobilizações feministas e antirracistas, das vivências LGBTQI e mais, de suas narrativas como marcador histórico na denúncia das condições de vulnerabilidade como também no fortalecimento de suas estratégias de vida.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. A. M. **Sobre a anamorfose: Identidade e Emancipação na velhice**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. São Paulo: PUCSP, 2005.
- ALVES, F. C. Diário – um contributo para o desenvolvimento profissional dos professores e estudo dos seus dilemas. *Educação, Ciência e Tecnologia*, 2002, p. 222-239.
- CIAMPA, A. C. A estória do Severino e a história da Severina. 8º reimpressão da 1. ed. de 1987. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- CRENSHAW, K. A. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. " University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>
- CRENSHAW, K. A. Mapping the margins: Interseccionalidade, identity politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*, 1991, v.43:1241.
- CRENSHAW, K. A. Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: **Cruzamento Raça e Gênero**. Brasília: Unifem, 2004. p. 07-16. <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>
- BANUTH, R. F.; SANTOS, M. A. Vivências de Discriminação e Resistência de uma Prostituta Negra. *Psicologia: Ciência e Profissão* Set 2016, Volume 36 Nº 3 Páginas 763 – 776.
- BOCK, A. M. B. A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para la psicologia atual. **Psicol. Am. Lat.**, México , n. 1, fev. 2004 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870350X2004000100002&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 20 abr. 2017.
- CALEGARE, M. G. A. Abordagens em Psicologia Social e seu Ensino. **Revista Transformações em Psicologia**, v. 3, n. 5, p. 01-16, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/transpsi/v3n2/a03.pdf>. Acesso em: 12/07/2017.
- CALEGARE, M. G. A.; FERREIRA, M. S.; SILVA, D. K. O. A.; SILVA, E. A. S.; SILVA, J. L. P.; LOPES, K. P.; RAMOS, R. S.; RAMOS, R. F. C.; ARAÚJO, R. M.; CAMPELO, S. G. Comunidade Sol Nascente: problemáticas comunitárias de povos indígenas na cidade. In: CALEGARE, M.; ALBUQUERQUE, R. (Orgs.). *Processos psicossociais na Amazônia: reflexões sobre raça, etnia, saúde mental e educação*, Alexa Cultural: São Paulo, 2018
- CARVALHO, L. D. P. A concretização das desigualdades: disparidades de raça e gênero no acesso a bens e na exclusão digital. In: MARCONDES, M. M.; QUEIROZ, C.; QUERINO, A. C.; VALVERDE, D. (Orgs.) **Dossiê de mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em: 20/07/2017.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

CARNEIRO, A. S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil** - Consciência em debate Coordenadora Vera Lúcio Benedito. São Paulo: Editora Selo Negro, 2011a.

CARNEIRO, A. S. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Instituto da mulher negra, Geledés, 2011b, São Paulo. Disponível em: www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/. Acesso em 20 de julho de 2017.

CASTELAR, M.; LEMOS, F. C. S.; KHOURI, J. G. R.; ANDRADE, T. Brinquedos e brincar na vida de mulheres educadoras negras. *Psicologia Escolar e Educacional* Dez 2015, Volume 19 N° 3 Páginas 595 – 602, 2015.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. Pesquisa narrativa: experiências e histórias na pesquisa qualitativa. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, Volume 31, número 1, janeiro-abril, 2016.

COSTA, N.; Sierra, J. C.; BERMÚDEZ, M. P.; BUELA-CASAL, G. Comparación entre mujeres blancas y negras víctimas de la violencia de pareja en el nordeste de Brasil. *Rev. colomb. psicol.* 18(2): 135-143, jul.-dic. 2009. Artigo em Espanhol | LILACS | ID: lil-561544 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017.

CHAMON, A. R. M. ; NASCIMENTO, A. R. A. As "mulatas" de Di Cavalcanti: um estudo em psicologia social. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*; 35: 133-160, nov. 2018.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

EVARISTO, C. *Escrevivências da Afro-brasilidade: História e Memória*. In: *Releitura*, Belo Horizonte, Fundação Municipal de Cultura, nº 23, novembro 2008.

EVARISTO, C. **Insubmissas lágrimas de mulher**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

FERREIRA, R. F.; CAMARGO, A. C. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. *Psicologia: Ciência e Profissão* 2011, Volume 31 Nº 2 Páginas 374 – 389.

FREIRE, I. M. Tecelãs da existência. *Revista Estudos Feministas*, Ago 2014, Volume 22 Nº 2 Páginas 565 – 584, 2014.

FIGUEIREDO, L. C. M. Revisitando as Psicologias. Da Epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. Petrópolis: Vozes, 2011.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Certificação expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQs). Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-am-13052019.pdf>. Acessado em: 21/06/2019.

GADEA, C. A. Negritude e pós-africanidade: críticas das relações raciais contemporâneas. Porto Alegre: Sulina, 2013. 134 p.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra & CRIOLA – Organização de Mulheres Negras. A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: Violências e Violações. In *Mulher Negra*, publicações de Geledés, Violência contra Mulher, 2016. Disponível em <https://www.geledes.org.br/situacao-dos-direitos-humanos-das-mulheres-negras-no-brasil-violencias-e-violacoes/>. Acessado em: 20 de setembro de 2017.

GERMANO, I. M. P.; MONTEIRO, R. A. F. G.; LIBERATO, M. T. C. Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino. *Psicol. ciênc. prof.* 38(spe2): 27-43, out./ dez.2018.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, 2003, 12(24), 149-161.

GOMES, N. L. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra/Body and hair as symbols of black identity. 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf>. Acessado em: 23 de junho de 2019.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOOKS, B. **Intelectuais Negras**. In: *Estudos Feministas*. IFCS/UFRJ – PPCIS/UFRJ – vol.3 nº 2/1995, p. 465.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade/ bell hooks Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php. Acesso em: 10 de setembro 2017.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; ONU Mulheres; SPM - Secretaria de Políticas para as mulheres; SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade

Racial. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4^o.ed. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

JESUS, C. M. de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JESUS, C. M. de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

LARA JUNIOR, N. L.; LARA, A. P. S. Identidade: colonização do mundo da vida e os desafios para a emancipação. **Psicologia e Sociedade**, v. 29, p. 1-10, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e171283.pdf>. Acesso em: 12/08/2017.

LINCOLN, Y.; GUBA, E. G. **Naturalistic inquiry**. California,USA: Sage Publications; 1985.

LIMA, A. F. de. A identidade como “problema” de pesquisa. Estudos Contemporâneos da Subjetividade | Volume 2 | Número 2, 2012.

LIMA, A. F.; CIAMPA, A. da C. Metamorfose humana em busca de emancipação: identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. In: LIMA, A. F. (org.). **Psicologia Social Crítica: paraxes do contemporâneo**. Porto Alegre: Sulinas, 2012. p. 11-29.

LIMA, M.; RIOS, F.; FRANÇA, D. Articulado gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: MARCONDES, M. M.; QUEIROZ, C.; QUERINO, A. C.; VALVERDE, D. (Orgs.) **Dossiê de mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: c, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2017.

LÓPEZ, L. C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. Interface – Comunic., Saúde, Educ., v.16, n.40, p.121-134, jan./mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832012000100010. Acesso em: 25 de agosto de 2018.

LORDE, A. There Is No Hierarchy of Oppressions. Homophobia and Education. New York: Council on Interracial Books for Children, 1983. Disponível em: http://uuliveoak.org/pdfs/worship_9-04-09_excerpts_no_hierarchy_of_oppressions.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

MARCONDES, M. M.; QUEIROZ, C.; QUERINO, A. C.; VALVERDE, D. (Orgs.) **Dossiê de mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em: 20/07/2017.

MARTÍN-BARÓ, I. **La psicología de La Liberación**. Trota, 1998, Madrid.

_____. Desafios e Perspectivas da Psicologia Latino-Americana. In.: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JÚNIOR, F. (Orgs). **Psicologia social para a América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas: Alínea, 2011a. p. 99-219

_____. Para uma Psicologia da Libertação. In.: GUZZO, R.S.L.; LACERDA JÚNIOR, F. (Orgs). **Psicologia social para a América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas: Alínea, 2011b. p. 181-197.

MASIERO, A. L. A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 10, n.2, p. 199-206, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2005000200006. Acesso em: 17 de abril de 2017.

MATURANA, H. Da Biologia à Psicologia. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MIRANDA, S. F. Da base da pirâmide social à "elite" do sistema: um estudo de caso sobre as diversas incursões de uma mulher negra, nordestina e militante. *Pesqui. prá. psicossociais*; 11(1): 100-117, 2016.

MUNANGA, Kabengele. 1999. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional *versus* identidade negra. Petrópolis: Vozes.

MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NOGUEIRA, I.B. (1998). Significação do corpo negro. Tese de Doutorado, USP.

NOGUEIRA; S. G.; GUZZO, R. S. L. Psicologia Africana: Diálogos com o Sul Global. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*. v.1, n.2, Jul./Dez. 2016 | p.197-218

NOGUEIRA, C. Interseccionalidade e Psicologia Feminista. Salvador, Bahia: Editora Devires, 2017.

OLIVEIRA, M. L. P.; MENEGHEL, S. N.; BERNARDES, J. S. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. *Psicologia & Sociedade*, Ago 2009, Volume 21 N° 2 Páginas 266 – 274.

PAIVA, E. F. **Mulheres de diversas “qualidades” e seus testamentos na colonial, escravista e mestiça capitania das Minas Gerais**. In: XAVIER, G.; FARIAS, J. B.; GOMES, F. (Orgs). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p.11-23.

PÉREZ-BUSTOS, T.; GARCÍA-BECERRA, A. Situando a Científicas com posiciones de género no normativas em el sistema nacional de Ciencia y Tecnología Colombiano. *Acta Colombiana de Psicología*, Dez 2013, Volume 16 N° 2 Páginas 47 – 54.

PNAD - Pesquisa Nacional por amostra de domicílios. **Características Gerais dos domicílios e dos moradores 2017**. IBGE disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101566_informativo.pdf. Acesso em: 20/08/2018

PRADO, M. A. M. Psicologia Política e ação coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. **Revista Psicologia Política**, v. 1, n. 1, p. 159-172, 2001. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/artigos_pub/artigo_10.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2017.

RIBEIRO, M. mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Revista Estudos Feministas*, Dez 2008, Volume 16 Nº 3 Páginas 987 - 1004 .

RIBEIRO, D. O que é lugar de fala. Editora Letramento. Coleção Feminismos Plurais, 1º.ed., 2017.

RODRIGUES; C. S.; PRADO, M. A. M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, Dez 2010, Volume 22 Nº 3 Páginas 445 – 456.

ROMIO, J. A. F. A Vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil. In: MARCONDES, M. M.; QUEIROZ, C.; QUERINO, A. C.; VALVERDE, D. (Orgs.) **Dossiê de mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2017.

SAMPAIO, P. M. M. **O fim do silêncio**: presença negra na Amazônia. 1. ed. v. 1. Belém: Açaí, 2011.

SANTOS, E. F.; DIOGO, M. F.; SCHUMAN, L. V. Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. *Cad. psicol. soc. trab*; 17(1): 17-32, jun. 2014.

SANTOS, A. O.; SCHUCAN, L. V. MARTINS, H. V. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2012, 32(num.esp.), 166-175.

SANTOS, S. Boaventura. *Pela Mão de Alice*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SILVA, A. C. C. S.; SAMPAIO, C. R. B. Discussões teóricas sobre a construção identitária das mulheres negras no Brasil. In: CALEGARE, M.; ALBUQUERQUE, R. (Orgs.). *Processos psicossociais na Amazônia: reflexões sobre raça, etnia, saúde mental e educação*, Alexa Cultural: São Paulo, 2018.

SILVA, M. L. Racismo e os efeitos na saúde mental. *Anais do Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo 2004*. São Paulo: (Temas em Saúde Coletiva 3) Instituto de Saúde, 232 p. 2005.

SILVA, T. D. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: MARCONDES, M. M.; QUEIROZ, C.; QUERINO, A. C.; VALVERDE, D. (Orgs.) **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Ipea, 2013. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2017.

SILVEIRA; R. S. NARDI, H. C. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade*, 2014, Volume 26 N° spe Páginas 14 – 24.

SOARES, L. V. ; MACHADO, P. S. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Rev. psicol. polít*; 17(39): 203-219, maio-ago. 2017.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. v. 4. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOTERO, E. C. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. In: MARCONDES, M. M.; QUEIROZ, C.; QUERINO, A. C.; VALVERDE, D. (Orgs.). **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Ipea, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2017.

TEIXEIRA, L.C. Escrita autobiográfica e construção subjetiva. **Psicol.USP**, vol.14 no.1, São Paulo, 2003. Acessado em 18/09/2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642003000100004

TURRA, C.; VENTURI, G. Racismo Cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Ática, 1995.

VASCONCELLOS, M. J. E. Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da ciência. Campinas, SP: Papirus, 2002.

VYGOTSKI, L. S. (2000). Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, XXI(71), 23-44.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v.1, n.1, mar-jun de 2010.

XAVIER, E. C.; ROCHA, K. B. Subjetividade e interseccionalidade: experiências de adoecimento de mulheres negras com doença falciforme. *Avances en Psicología Latinoamericana*, Ago 2017, Volume 35 N° 2 Páginas 267 – 282.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Tópico informativo do Diário Autobiográfico

MEMÓRIAS, COTIDIANOS E HISTÓRIAS: RETALHOS DE IDENTIDADES DE MULHERES NEGRAS EM CONSTRUÇÃO

Obrigada por aceitar participar do projeto!

Este diário autobiográfico é uma ferramenta para que eu te conheça melhor. Nele, você se compromete a registrar diariamente as suas memórias, cotidianos e histórias que estejam vinculadas a sua vivência enquanto mulher negra. Você pode falar de episódios que aconteceram com você, de sentimentos, de familiares e amigos, de momentos especiais e marcantes que fazem parte da sua história em ser mulher negra. Solicito que cada registro realizado no diário, contenha a data que você está escrevendo, não sendo necessário, ainda que opcional, a data em que o fato narrado aconteceu. Não há limites de linhas ou folhas para suas anotações, ou seja, você tem liberdade de expressão. Caso haja a necessidade de outro caderno, ou tenha dúvidas referentes à pesquisa, fique à vontade para entrar em contato comigo pelo email: andrezacosta.ufam@gmail.com ou pelo telefone: (92)99316-1465. Após quinze dias, logo, em duas semanas, entrarei em contato com você para recolher o diário.

APÊNDICE B – Tópicos do Grupo Focal

MEMÓRIAS, COTIDIANOS E HISTÓRIAS: RETALHOS DE IDENTIDADES DE MULHERES NEGRAS EM CONSTRUÇÃO

Grupo Focal: O que vocês tem a dizer?

Contar um pouco sobre a gente, cada pesquisadora falar sua história.

Primeiro momento de apresentação das pesquisadoras e participantes.

Falar dos objetivos da pesquisa, metodologia, motivos que me levaram a pesquisar...

Quem são vocês, o que fazem? (Nome, idade, ocupação e afins)

Como se sentiram ao serem indicadas/chamadas para participar da pesquisa?

Todas participaram do primeiro momento dos diários...O que sentiram? Pensaram? Como Foi esse processo de escrita pra vocês? (fácil/difícil)

Do conteúdo que vocês registraram no diário, tem algum que gostariam de compartilhar aqui no grupo?

Sobre essa vivência de ser mulher negra e se reconhecer como tal, como as pessoas reagem à isso? Como eles(outros) se referem à vocês? O que vocês pensam sobre isso? Querem compartilhar algum episódio?

Dinâmica – (Brenda) - Pensem em uma mulher negra... o que vêm na mente? Como ela é? Qual a idade? Quais as características? Acreditam que a mulher negra carrega rótulos universais? quais estão mais presentes na história de vocês? O que vocês pensam sobre isso? Querem compartilhar algum episódio?

Como e quando se construiu sua vivência de mulher negra? (vivência de infância, estética, vida adulta...como foi esse reconhecimento?)

Aqui nesse grupo tem mulheres negras de gerações diferentes, que estão compartilhando suas experiências do que é ser mulher negra. Vocês acham que tem diferença de geração pra geração sobre o que é ser mulher negra? (vivência de infância, estética, vida adulta...como foi esse reconhecimento?)

As mulheres negras são ou não tratadas de forma diferente de outras mulheres?

O que vocês entendem por machismo? E Racismo? Acreditam que eles influenciam nas suas vidas? Caso negativo, por que? / Caso positivo, como eles se expressam pra vocês e como lidam com as dificuldades encontradas no dia-a-dia que estão atravessadas pelo machismo e racismo?

Onde encontram suporte/ajuda para enfrentar as dificuldades do dia-a-dia?

Quais são as suas maiores conquistas?

O que mais gostam de fazer ou que habitualmente fazem para relaxar/descansar/extravasar?

Conte pra mim como tem sido a sua vivência enquanto mulher negra. Como e quando ocorreu o processo de reconhecimento à essa identidade?

Esses temas são discutidos em família ou em outro espaço social?

Em que momentos ou lugares vocês se sentem bem para falar de si mesmas?

Quais as estratégias de enfrentamento e resistência encontradas para lidar com esses estigmas e estereótipos?

O histórico de vida de sua família acerca da identidade da mulher negra influenciou na sua construção? Foi um fortalecedor desse reconhecimento?

Quais as referências de mulher negra que você possui? Fale mais sobre os motivos da escolha ou da não escolha.

O que esse grupo te proporcionou enquanto mulher negra?

Mulher negra é....?

ANEXOS

Anexo I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezada Senhora:

Esta pesquisa intitulada “**Memórias, cotidianos e histórias: retalhos de identidades de mulher negra em construção**”, tem como responsável Andreza Cristina da Costa Silva, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PPGPSI da Universidade Federal do Amazonas, sob orientação da Prof. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio. A pesquisadora pode ser contatada no Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário/LABINS da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 Campus Universitário Setor Sul, Bloco X, Coroado, Cep 69077000, Manaus, ou pelo telefone (92) 3305-4127/ 3305-1181 ramal 4127, ou e-mail: pr.ufam.ps@gmail.com/andrezacosta.ufam@gmail.com/claudiasampaioufam@hotmail.com.

A pesquisa visa conhecer a realidade concreta de mulheres negras, identificando o resgate histórico, a superação das ideologias hegemônicas e a potencialização de suas virtudes, tendo como finalidade possibilitar a visibilidade de histórias legítimas que foram silenciadas e contribuir com a comunidade científica na discussão sobre a temática proposta. Solicitamos a sua colaboração para a realização da pesquisa através do preenchimento por escrito num diário autobiográfico durante quinze dias e participação em dois encontros grupais com tempo médio de 90 minutos, como também autorização para apresentar resultados deste estudo em eventos e revistas de caráter científico, em âmbito nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Caso ocorra vivência de desconforto na abordagem da temática ou havendo qualquer indício desta natureza, a pesquisa será interrompida de imediato, os dados obtidos desconsiderados e oferecida assistência psicológica gratuita pelo CSPA da UFAM ou através de encaminhamento para acompanhamento terapêutico na rede pública e nas universidades que oferecem o serviço.

Enfatizamos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida participar do estudo, é assegurado-lhe o direito de desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer dano ou prejuízo. Caso haja algum prejuízo de ordem material

decorrente de sua participação na pesquisa, assumimos o compromisso de indenizá-la nesse sentido de maneira compatível com o dano sofrido.

Seguindo as prerrogativas das resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 446 de 2012 e nº 510 de 2016, este TCLE estabelece que os participantes e seus acompanhantes, se necessário, terão direito ao ressarcimento de todos os gastos decorrentes de sua participação, tais como compensação material/financeira com transporte e alimentação, e tudo o que for necessário para a sua colaboração neste estudo, inclusive, se preciso, em casos anteriores à participação nesta pesquisa. Se necessário, será proporcionada assistência imediata e integral aos participantes em casos de complicações e danos decorrentes da pesquisa, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, pelo tempo que for necessário, de forma gratuita, sem necessidade de comprovação denexo causal entre estudo e dano. Assegura-se também o direito a indenização e cobertura material, em qualquer fase da pesquisa, aos participantes que vierem a sofrer quaisquer tipos de dano, imediato ou tardio, resultantes desta, previstos ou não neste TCLE, com fim de reparação do dano causado, e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há: valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos; previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades; definição da graduação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado), nas resoluções citadas.

A pesquisadora estará a sua disposição para sanar qualquer dúvida que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa, podendo dirimir quaisquer questionamentos junto ao Comitê de Ética em Pesquisa-CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus/AM, telefone (92) 3305-1181/ramal 2004, email:cep.ufam@gmail.com

Consentimento pós-informação

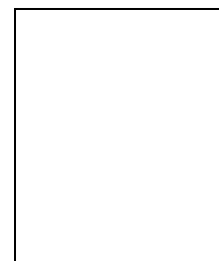
Eu, _____ fui informada sobre os objetivos da pesquisa e o porquê da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ter nenhum benefício financeiro e

que posso sair a qualquer momento da pesquisa sem que isso acarrete em prejuízos. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada uma de nós.

ASSINATURA DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL

ASSINATURA DA ORIENTADORA RESPONSÁVEL

Assinatura da Participante



IMPRESSÃO
DACTILOSCÓPICA

Manaus/Am: ____/____/____

Anexo II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)
(Para os responsáveis de adolescentes menores de 18 anos)

Prezada Senhora:

Esta pesquisa intitulada “**Memórias, cotidianos e histórias: retalhos de identidades da mulher negra em construção**”, tem como responsável Andreza Cristina da Costa Silva, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PPGPSI da Universidade Federal do Amazonas, sob orientação da Prof. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio. A pesquisadora pode ser contactada no Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário/LABINS da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 Campus Universitário Setor Sul, Bloco X, Coroado, Cep 69077000, Manaus, ou pelo telefone (92) 3305-4127/ 3305-1181 ramal 2004, ou e-mail: pr.ufam.ps@gmail.com. A pesquisa visa conhecer a realidade concreta de mulheres negras, identificando o resgate histórico, a superação das ideologias hegemônicas e a potencialização de suas virtudes, tendo como finalidade possibilitar a visibilidade de histórias legítimas que foram silenciadas e contribuir com a comunidade científica na discussão sobre a temática proposta. Solicitamos a colaboração da adolescente para a realização da pesquisa através do preenchimento por escrito num diário autobiográfico durante quinze dias e participação em dois encontros grupais com tempo médio de 90 minutos, como também autorização para apresentar resultados deste estudo em eventos e revistas de caráter científico, em âmbito nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, o nome da adolescente será mantido em sigilo absoluto.

Caso ocorra vivência de desconforto na abordagem da temática ou havendo qualquer indício desta natureza, a pesquisa será interrompida de imediato, os dados obtidos desconsiderados e oferecida assistência psicológica gratuita pelo CSPA da UFAM ou através de encaminhamento para acompanhamento terapêutico na rede pública e nas universidades que oferecem o serviço. A participação da adolescente se dará de forma voluntária, onde não será oferecido qualquer tipo de gratificação em dinheiro ou em outra espécie pelas informações fornecidas. Caso haja algum prejuízo de ordem material decorrente da participação na

pesquisa, assumimos o compromisso de indenizá-la nesse sentido de maneira compatível com o dano sofrido. Para que seja possível a participação da adolescente, solicito sua autorização assinando abaixo, permitindo desta forma, que possamos coletar os dados e usá-los na pesquisa, para que possam ser publicados e apresentados em congressos.

Seguindo as prerrogativas das resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 446 de 2012 e nº 510 de 2016, este TCLE estabelece que os participantes e seus acompanhantes, se necessário, terão direito ao ressarcimento de todos os gastos decorrentes de sua participação, tais como compensação material/financeira com transporte e alimentação, e tudo o que for necessário para a sua colaboração neste estudo, inclusive, se preciso, em casos anteriores à participação nesta pesquisa. Se necessário, será proporcionada assistência imediata e integral aos participantes em casos de complicações e danos decorrentes da pesquisa, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, pelo tempo que for necessário, de forma gratuita, sem necessidade de comprovação de nexos causal entre estudo e dano. Assegura-se também o direito a indenização e cobertura material, em qualquer fase da pesquisa, aos participantes que vierem a sofrer quaisquer tipos de dano, imediato ou tardio, resultantes desta, previstos ou não neste TCLE, com fim de reparação do dano causado, e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há: valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos; previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades; definição da gradação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado), nas resoluções citadas.

Se o (a) Sr. (a) aceitar que a jovem participe da pesquisa, contribuirá para uma reflexão sobre a realidade vivenciada por diferentes mulheres negras, bem como possibilitar a visibilidade de suas formas de enfrentamento no atual cenário social.

Consentimento pós-informação

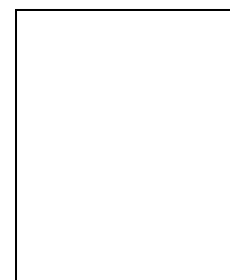
Eu _____, RG _____
_____, responsável pela adolescente _____ fui
informado(a) sobre os objetivos e o porquê da participação da jovem acima descrito, nesta

pesquisa e portanto, concordo em sua participação, sabendo que não teremos nenhum benefício financeiro, bem como que a qualquer momento a adolescente poderá sair da pesquisa sem que isso lhe acarrete prejuízos. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim (responsável pela jovem) e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

ASSINATURA DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL

ASSINATURA DA ORIENTADORA RESPONSÁVEL

Assinatura da Responsável



IMPRESSÃO
DACTILOSCÓPICA

Manaus/Am: ____/____/____

Anexo III – Termo de Assentimento para menores de 18 anos.

Gostaríamos de convidá-la para participar da pesquisa **“Memórias, cotidianos e histórias: retalhos de identidades de mulher negra em construção”**, sob a responsabilidade das pesquisadoras Andreza Cristina da Costa Silva e Cláudia Regina Brandão Sampaio. A pesquisa tem o objetivo de conhecer a realidade concreta de mulheres negras na cidade de Manaus.

Sua participação se dará de forma voluntária, onde não será oferecido qualquer tipo de gratificação em dinheiro ou em outra espécie pelas informações fornecidas. Solicitamos a sua colaboração para a realização da pesquisa através do preenchimento por escrito num diário autobiográfico durante quinze dias e participação em dois encontros grupais com tempo médio de 90 minutos, como também autorização para apresentar resultados deste estudo em eventos e revistas de caráter científico, em âmbito nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto

Caso ocorra vivência de desconforto na abordagem da temática ou havendo qualquer indício desta natureza, a pesquisa será interrompida de imediato, os dados obtidos desconsiderados e oferecida assistência psicológica gratuita pelo CSPA da UFAM ou através de encaminhamento para acompanhamento terapêutico na rede pública e nas universidades que oferecem o serviço.

Enfatizamos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida participar do estudo, é assegurado-lhe o direito de desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer dano ou prejuízo. Caso haja algum prejuízo de ordem material decorrente de sua participação na pesquisa, assumimos o compromisso de indenizá-la nesse sentido de maneira compatível com o dano sofrido.

Seguindo as prerrogativas das resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 446 de 2012 e nº 510 de 2016, este TCLE estabelece que os participantes e seus acompanhantes, se necessário, terão direito ao ressarcimento de todos os gastos decorrentes de sua participação, tais como compensação material/financeira com transporte e alimentação, e tudo o que for necessário para a sua colaboração neste estudo, inclusive, se preciso, em casos anteriores à participação nesta pesquisa. Se necessário, será proporcionada assistência imediata e integral aos participantes em

casos de complicações e danos decorrentes da pesquisa, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, pelo tempo que for necessário, de forma gratuita, sem necessidade de comprovação denexo causal entre estudo e dano. Assegura-se também o direito a indenização e cobertura material, em qualquer fase da pesquisa, aos participantes que vierem a sofrer quaisquer tipos de dano, imediato ou tardio, resultantes desta, previstos ou não neste TCLE, com fim de reparação do dano causado, e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há: valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos; previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades; definição da gradação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado), nas resoluções citadas.

Se você aceitar participar da pesquisa, contribuirá para uma reflexão sobre a realidade vivenciada por diferentes mulheres negras, bem como possibilitar a visibilidade de suas formas de enfrentamento no atual cenário social. Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com as pesquisadoras Andreza Cristina da Costa Silva ou Cláudia Regina Brandão Sampaio pelo endereço: Rua General Rodrigo Otávio, nº 300 (UFAM/Faculdade de Psicologia, mini-campus, bloco X) ou pelos telefones (92) 3305-1180, ramal 4127, (92) 99316-1465, (92) 9983-7026; ou ainda pelos e-mails: andrezacosta.ufam@gmail.com; claudiasampaioufam@hotmail.com. Poderá, ainda, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130/ (92) 3305-1181/ ramal 2004, email:cep.ufam@gmail.com.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Consentimento pós-informação

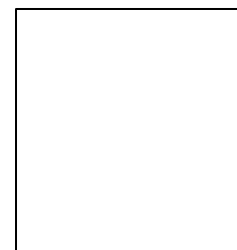
Eu, _____ fui informada sobre os objetivos da pesquisa e o porquê da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ter nenhum benefício financeiro e que posso sair a qualquer momento da pesquisa sem que isso acarrete em

prejuízos. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada uma de nós.

ASSINATURA DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL

ASSINATURA DA ORIENTADORA RESPONSÁVEL

Assinatura da Participante



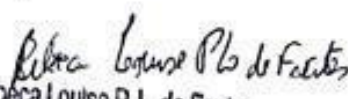
IMPRESSÃO
DACTILOSCÓPICA

Manaus/Am: ____/____/____

Anexo IV - Termo de Anuência do CSPA**TERMO DE ANUÊNCIA DO CSPA**

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo o atendimento psicológico, caso necessário, dos participantes da pesquisa intitulada "MEMÓRIAS COTIDIANAS E HISTÓRIAS: RETALHOS DA IDENTIDADE DA MULHER NEGRA EM CONSTRUÇÃO", sob a orientação da Professora Doutora Cláudia Regina Brandão Sampaio, a ser desenvolvida pela mestrande Andreza Cristina da Costa Silva. Projeto vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, o qual terá o apoio deste Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA).

Manaus, 05 de outubro de 2017.


Rebeca Louise P. L. de Freitas
Psicóloga
CRP: 3646/20

Rebeca Louise Pevas Lima de Freitas
Psicóloga responsável

Anexo V - Carta de Anuência do Coletivo Feminista Baré



TERMO DE ANUÊNCIA DO COLETIVO FEMINISTA BARÉ

O Coletivo Feminista Baré está ciente e autoriza a mestrande Andreza Cristina da Costa Silva, sob orientação da prof. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio, a realizar o projeto de pesquisa intitulado “**Memórias cotidianos e histórias: retalhos de identidades de mulher negra em construção**”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas. Concordamos em disponibilizar, para realização do estudo, nosso cadastro de integrantes a fim de contactar participantes para integrarem o mesmo.

Manaus, 19 de março de 2018

Jéssica Santos da Silva

Integrante do Coletivo Feminista Baré

Anexo VI – Carta de Anuência do Coletivo Negro Alexandrina



TERMO DE ANUÊNCIA DO COLETIVO NEGRO ALEXANDRINA

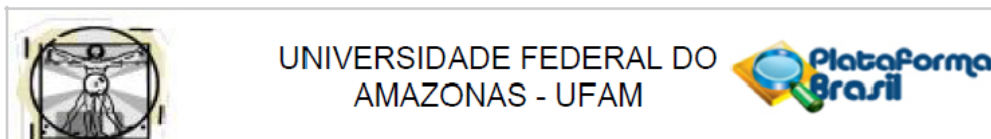
O Coletivo Negro Alexandrina está ciente e autoriza a mestranda Andreza Cristina da Costa Silva, sob orientação da prof. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio, a realizar o projeto de pesquisa intitulado “**Memórias cotidianos e histórias: retalhos de identidades de mulher negra em construção**”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas. Concordamos em disponibilizar, para realização do estudo, nosso cadastro de integrantes a fim de contactar participantes para integrarem o mesmo.

Manaus, 19 de março de 2018

Jéssica Santos da Silva

Integrante do Coletivo Negro Alexandrina

Anexo VII – Parecer Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MEMÓRIAS, COTIDIANOS E HISTÓRIAS: RETALHOS DE IDENTIDADES DE MULHER NEGRA EM CONSTRUÇÃO

Pesquisador: Andreza Cristina da Costa Silva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 82719517.7.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.620.600

Apresentação do Projeto:

Pensar o processo identitário da mulher negra no Brasil em um contexto sociocultural em que as questões étnico-raciais e de gênero entrelaçam-se profundamente com os lugares possíveis e modos de subjetivação nas relações que se estabelecem no tecido social, é sem dúvidas, algo significativo e necessário. Primeiramente pelas inúmeras formas de apagamento, silenciamento e invisibilidade que foram mantidas e transformadas no processo histórico dessas mulheres, minando as diversas dimensões de ser, seja na estética, no intelecto, no âmbito afetivo, nas relações com o Outro e consigo mesma. Expressões legítimas de identidades que são imbricadas por essas dimensões subjetivas e estruturadas por ideologias e padrões eurocêntricos que alimentam diariamente essa construção de (não) ser mulher negra. Em segundo lugar, cabe evidenciar as limitações de estudos da Psicologia sobre a temática, sobretudo, com um olhar mais sistêmico e crítico acerca da vivência de um grupo que historicamente foi e é subjugado e inferiorizado por uma sociedade patriarcalista e racista. Um contexto sociocultural que demarca inúmeras maneiras de expressão identitária, mas que a ciência psicológica não se apropriou, pelo contrário, endossou com aparato científico a perpetuação das ideologias dominantes. O presente trabalho intitulado "Memórias, Cotidianos e Histórias: retalhos de identidades de mulher negra em construção, possui o objetivo de conhecer a realidade transgeracional de mulheres negras da mesma família, no sentido de visibilizar suas histórias e identificar suas estratégias de enfrentamento frente a um cenário social marcado pelo racismo e o machismo. Para isso, seguindo

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

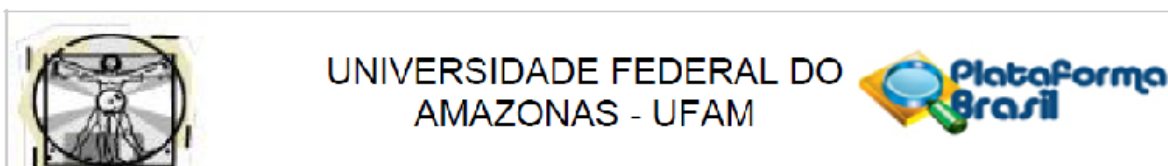
UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.620.600

o aporte teórico de Martín Baró, os objetivos específicos consistem em localizar as formas de superação das condições de opressão, realizando assim, um resgate histórico; identificar as desideologizações do senso comum e da experiência cotidiana; e por fim identificar caminhos de potencialização e posituação de ser mulher negra. A presente pesquisa é de cunho qualitativo e terá como metodologia de análise a Teoria Fundamentada nos Dados. Para isso, o estudo contará com a participação de seis mulheres negras divididas em dois grupos familiares, com idades entre 13 e 70 anos. Serão utilizados como instrumentos de pesquisa, narrativas escritas em diário autobiográfico e dois grupos focais. Espera-se que este estudo contribua para o conhecimento dos processos psicossociais que envolvem o reconhecimento da identidade das mulheres negras e, conseqüentemente, favoreça ao empoderamento das mulheres negras participantes e não participantes da pesquisa, e que incentive a produção de novas pesquisas, sobretudo da psicologia, voltadas para a qualidade de vida da população negra, enxergando-os como sujeitos autônomos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Conhecer a realidade concreta de mulheres negras através dos traços históricos e subjetivos que perpassam em três gerações.

Objetivo Secundário:

- Localizar nas histórias e nos registros do cotidiano de mulheres de três gerações pertencentes ao mesmo núcleo familiar, formas de superação das condições de opressão (recuperação da memória histórica);
- Identificar processos ou meios em que as participantes operam desideologização do senso comum e da experiência cotidiana em relação ao que se refere a ser mulher negra;
- Identificar caminhos de potencializações e posituação de ser mulher negra (potencialização das virtudes populares);

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos da pesquisa – adequados, pois contemplam o que determina a resolução 466/2012.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Folha de rosto – adequada

Folha de Informações básicas do projeto – adequada

TCLE - adequado

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

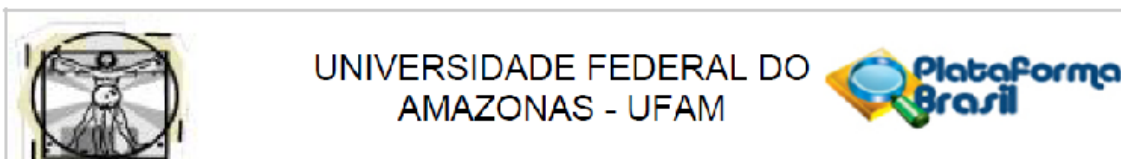
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.620.600

Procedimentos metodológicos – adequado

Termo de anuência do CSPA – adequado

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto apresenta relevância social e científica. As sugestões sinalizadas na primeira avaliação foram contempladas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomenda-se a aprovação do projeto de pesquisa ora apresentado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1034564.pdf	19/03/2018 18:12:46		Aceito
Outros	TermodeAnuenciadoFeministaBare.pdf	19/03/2018 18:11:44	Andreza Cristina da Costa Silva	Aceito
Outros	TermodeAnuenciadoColetivoNegroAlexandrina.pdf	19/03/2018 18:11:17	Andreza Cristina da Costa Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEs.docx	19/03/2018 18:08:21	Andreza Cristina da Costa Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_MESTRADO_ANDREZA.pdf	19/03/2018 18:07:57	Andreza Cristina da Costa Silva	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	19/03/2018 18:06:47	Andreza Cristina da Costa Silva	Aceito
Outros	Termo_de_anuencia.pdf	15/12/2017 18:17:15	Andreza Cristina da Costa Silva	Aceito
Outros	Termo_CSPA.docx	15/12/2017 18:12:00	Andreza Cristina da Costa Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Teresina, 495
Bairro: Adrianópolis
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: ccp.ufam@gmail.com